

# Intimidade com a História



Professor Gustavo Uchôas Guimarães

GUSTAVO UCHÔAS GUIMARÃES

# INTIMIDADE COM A HISTÓRIA

Volume 1

Varginha  
Edição do autor  
2020

ISBN: 978-65-00-01508-9

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Intimidade com a História**. Edição do autor: Varginha, 2020. Volume 1.

# Sumário

<b>Palavras Iniciais</b>	<b>5</b>
<b>Atualidades</b>	<b>6</b>
Cidadão de bem? Não, apenas cidadão	7
Cristãos, não tenhais medo	9
Câmeras - Chicote psicológico	10
Esporte e História local	11
Funk - Espelho da sociedade brasileira	12
Infeliz é a nação que precisa de heróis	14
Justiça da História	17
O passado nas mãos do poder	18
O perigo do discurso único: quando a universidade cede à ditadura das ideias	20
(Pre)Ocupações	22
Sobre bundas, melgaços e idiotas úteis	26
Sustentabilidade além da fé	27
Um convite à misericórdia	28
Você realmente defende a família tradicional?	29
<b>Educação</b>	<b>32</b>
Absurdos necessários	33
Educação e Internet	34
Idas e vindas na relação entre o aluno e o conhecimento	35
Pensando um pouco sobre escolas particulares e públicas	37
Síndromes arquimédicas e interdisciplinares	40
<b>Ensino de História</b>	<b>41</b>
Abordagem sobre mitos africanos na escola	42
Adaptação da obra Divina Comédia	43
Adaptação da peça teatral renascentista Auto da Barca do Inferno	45
O herói Tiradentes: representações e desconstruções	47
Professor, você é ateu?	49
Questões - 6º ano - Império Romano	51
Trabalho com mitos	53
<b>Eventos Acadêmicos</b>	<b>55</b>

XIV Semana de História - UFSJ - outubro de 2015 -----	56
VI Encontro de Pesquisa em História - UFMG - maio de 2017 -----	58
XXIX Simpósio Nacional de História - UnB - julho de 2017-----	62
<b>História Brasileira</b> _____	<b>77</b>
Entre projetos e programas - o exemplo do Bolsa Família -----	78
Eu te amo, meu Brasil, eu te amo: motivos para não defender a ditadura militar -----	80
Filhos de Itanhandu - Helle Alves.....	84
Filhos de Itanhandu - Marcelo Cunha.....	85
Lições do passado - a auditoria varguista.....	86
Relações nobres entre Brasil e Inglaterra -----	89
<b>História Geral</b> _____	<b>90</b>
Ciclos da História Ocidental.....	91
Macabeus, Charlie Hebdo e anti-ocidentalismo-----	93
O fascínio dos antigos pela origem mítica de seus líderes-----	95
O sobrenome Uchôas e o lobo ibérico.....	98
Os dois lados de Fidel.....	99
<b>Política</b> _____	<b>101</b>
Esmiuçando a PEC 55/2016.....	102
Utopias - parte 1 - Política se discute?.....	110
Utopias - parte 2 - A ingratidão é necessária.....	111
Utopias - parte 3 - Vá estudar História.....	113
Utopias - parte 4 - Quid est veritas?.....	114
Utopias - parte 5 - Separando o joio do trigo.....	116
<b>Produções Artísticas (Mídia/ Literatura)</b> -----	<b>118</b>
Análise da novela Os Dez Mandamentos -----	119
História oral em uma novela da Record -----	121
Opinião sobre o filme Os Dez Mandamentos -----	122
O riso de Aristóteles na obra de Umberto Eco -----	124
<b>Temas Diversos</b> _____	<b>129</b>
Arqueologia virtual.....	130
Ideias avulsas.....	131
Uma guerreira chamada Noêmia.....	132
<b>Palavras Finais</b> _____	<b>133</b>

# Palavras iniciais

"Intimidade com a História" é um projeto criado em 2014, para dialogar com leitores e estudiosos sobre os mais variados temas ligados à História, partindo das experiências deste autor como profissional da área de educação (professor de História na rede pública estadual de Minas Gerais) e pesquisador na área de História Indígena (no momento, sem nenhum vínculo com qualquer instituição de ensino superior). Buscando uma intimidade com os conhecimentos históricos, adquirida pela leitura e pelo despertar do interesse pela História, o ser humano é capaz de pensar o mundo ao seu redor, analisá-lo e formar opiniões, tomar posições, construir ideias.

Junto com o site <<https://em-intimidade-com-a-historia.webnode.com/>> , também foi criada, no *Facebook*, a página "Intimidade com a História" <<https://www.facebook.com/intimidadehistoria/>> , com o intuito de garantir maior alcance dos conteúdos publicados no site. Cada postagem na página do *Facebook* chega a alcançar quase 5000 pessoas, gerando possibilidades de reflexão, análise e discussão dos temas abordados.

Neste livro, estão reunidos os textos publicados no site "Intimidade com a História" entre 09 de novembro de 2014 e 14 de abril de 2018, totalizando 53 produções divididas, aqui nesta obra, em 9 temáticas: Atualidades, Educação, Ensino de História, Eventos Acadêmicos, História Brasileira, História Geral, Política, Produções Artísticas e Temas Diversos.

Cada texto reflete um momento da trajetória deste autor com relação a própria evolução como historiador atuante na rede pública de ensino e na pesquisa acadêmica, com diferentes estágios de aprendizado no que tange às práticas pedagógicas e à escrita e formatação de textos acadêmicos. Tais nuances e outras mais serão comentadas abaixo do título de alguns textos; também estarão presentes ao final de cada texto, na medida do possível, espaços para que o próprio leitor faça suas anotações e assim dialogue com o que foi lido. Caso o leitor queira dialogar diretamente com este autor, pode fazê-lo através da página "Intimidade com a História" (no *Facebook*) ou do próprio site.

# Atualidades

## **Cidadão de bem? Não, apenas cidadão!**

[Texto publicado dia 08/04/2017]

Desde que começou a onda de protestos pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff, ao mesmo tempo em que certas figuras políticas do "baixo clero" do Congresso passaram a ganhar maior destaque, também vem se avolumando na internet e nos discursos populares o uso da expressão "cidadão de bem", para se referir àqueles que trabalham muito, aparentemente não são corruptos e preferencialmente não se dão a atividades "subversivas" (por exemplo, não apoiam movimentos "comunistas" nem contestam as estruturas injustas do Estado e da sociedade, pois estão muito ocupados em trabalhar)<sup>1</sup>. Há inclusive quem, orgulhosamente, bata no peito dizendo ser um "cidadão de bem", talvez mais pelo massageamento de seu ego do que pela própria veracidade deste caráter (o que a própria pessoa muitas vezes não percebe ou finge não perceber)!

Se percorrermos o histórico da expressão "cidadão de bem", chegaremos a um incômodo episódio: a criação e divulgação do periódico *The good citizen*, que na primeira metade do século XX circulou pelos Estados Unidos com um discurso racista, anticatólico e antisemita. O "bom cidadão" ou "cidadão de bem" seria aquele que preservaria valores ligados à herança europeia da colonização dos Estados Unidos (a cor branca e a religião protestante). Além desta recordação que pode soar incômoda para aqueles que se acham "cidadãos de bem", também podemos analisar a expressão por um outro viés: a tendência do ser humano de se enxergar no lado positivo, bom e forte, atribuindo a si mesmo ou a seu grupo virtudes que muitas vezes não existem naqueles a quem elas são atribuídas. É a antiga prática de enxergar o mal apenas no "outro", taxando-o de subversivo, maligno, diabólico, herege, ignorante, bárbaro, entre outros adjetivos. Tal constatação pode ser feita, por exemplo, ao se estudar a forma como povos denominam a si mesmos<sup>2</sup>.

Pensando pelo viés do parágrafo anterior, vemos algumas tendências discursivas no Brasil que devem nos fazer refletir e agir em nome de uma mudança que ofereça à sociedade possibilidades mais consistentes de abordagem das situações políticas, sociais e culturais.

Por um lado, o discurso que utiliza a expressão "cidadão de bem" e que parte, muitas vezes, de quem na verdade é corrupto e não é tão "de bem" quanto o caráter auto-atribuído. O próprio uso da expressão "cidadão de bem" como uma tentativa de contraposição às ações de corruptos noticiadas pelas mídias oficiais cai por terra se entendermos que, sujeitos a um macro contexto sociocultural de corrupções e "jeitinhos", não há quem possa se dizer "cidadão de bem" com tamanha convicção. E mesmo que se queira deixar de lado esta associação entre o "cidadão de bem" e a incorruptibilidade para se atrelar a expressão à

---

<sup>1</sup> Estas constatações (e as que vierem ao longo do texto) são resultado de minha intensa atividade de observação dos discursos reproduzidos nas redes sociais, que são um campo aberto para a proliferação de uma infinidade de ideias, visto que as redes, no contexto da democratização virtual, oferecem a qualquer pessoa a possibilidade de ter voz, independente da quantidade, qualidade e veracidade de suas bases de ideias e crenças. Sobre a ideia de *cidadão de bem*, deixo uma sugestão de leitura semelhante ao pensamento exposto neste texto:

NEVES, Iago. *Cidadão de bem: um conceito pequeno-burguês*. Disponível em:

<<https://iagoiustitia.jusbrasil.com.br/artigos/356976282/cidadao-de-bem-um-conceito-pequeno-burgues-microtexto>> Acesso em: 08 abr.2017. Publicado em: jul.2016.

<sup>2</sup> Povos indígenas da América, por exemplo, dão a si mesmos nomes que significam "gente" ou "povo", diferenciando-os dos que não seriam tão "gente" quanto eles. Ou ainda, temos o caso da China, que adota para si mesma o nome *Zhongguo*, que significa "terra central", e dos nativos da ilha de Páscoa, que davam a seu território o nome de *Te Pito Henua* ("umbigo do mundo"). Para ler mais sobre estes casos exemplificados:

Povos indígenas: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132012000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000100012)

China: <http://mundoestranho.abril.com.br/geografia/por-que-o-nome-de-alguns-paises-muda-de-um-lugar-para-outro/>

Ilha de Páscoa: [http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo\\_255142.shtml](http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_255142.shtml)



## **Cristãos, não tenhais medo!**

*[Texto publicado em 29/06/2015. Reflexão dirigida especialmente a cristãos conservadores e a quem passa pela experiência de discutir e argumentar com eles]*

Foi com euforia e com gosto de vitória que os homossexuais do mundo inteiro acolheram a decisão da Suprema Corte dos EUA que legalizou a união homossexual em todo o território estadunidense. Ao mesmo tempo, grupos contrários a união homossexual também se manifestaram, o que é natural e aceitável em países democráticos que prezam pela liberdade de pensamento. Mas é também natural e imperioso que, em um país democrático que preza pela liberdade de pensamento, o Estado olhe as necessidades das minorias, o que implica sempre em desagradar algum grupo.

Tendo uma vida inteira de experiências dentro do cristianismo católico, não foram poucas as vezes que presenciei discursos contra a união homossexual tratando-a como “atentado a família”, “desobediência ao plano de Deus” e até mesmo “perseguição aos cristãos”. No entanto, justamente como cristão é que penso que não precisamos ter medo e não precisamos armar ferozes ataques para fazer coro àquilo que as instituições cristãs combatem. Na verdade, o que muitos cristãos de nosso país precisam entender é que estamos governados por um Estado laico que não pode e nem deve se dobrar às exigências de grupos religiosos, por mais que estes sejam maioria entre o povo. Sendo assim, o Estado brasileiro tem legitimidade para aprovar não só a união homossexual, mas também a pena de morte, a eutanásia, o aborto e outras tantas questões polêmicas. As instituições religiosas podem expor suas opiniões, mas não devem fazer disso uma tentativa de imposição de valores a quem não é seguidor de suas práticas religiosas.

Aliás, o Estado laico vivido mais profundamente é a melhor garantia de liberdade para todas as instituições religiosas, sejam cristãs ou não, bem como para todos os grupos de uma sociedade independente do aspecto sob o qual olharmos (religioso, político, social, etc). Por isso, é furado o argumento de líderes religiosos que falam que há uma campanha contra o cristianismo só porque o Estado reconheceu a união homossexual ou pode vir a reconhecer outras práticas que o cristianismo se posiciona contra. O Estado laico é a melhor garantia de liberdade religiosa porque não reproduz exemplos como a China (onde o Estado é declaradamente ateu) ou Arábia Saudita (onde o Estado é muçulmano), países onde as liberdades religiosas, políticas e sociais são tolhidas intensamente a favor de um determinado grupo dominante.

Por tudo isso, cristãos, não tenhais medo! A aprovação de quaisquer medidas ou práticas representa uma vitória para quem luta por elas, mas não é necessariamente uma derrota para quem é contrário a elas; tais aprovações nada mais são do que o funcionamento de uma situação democrática legítima que garante proteção e direitos a todos os envolvidos na sociedade (inclusive os grupos religiosos).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **Câmeras – chicote psicológico**

*[Texto publicado em 07/10/2015]*

Mudam-se épocas, lugares, pessoas e fenômenos históricos, mas certos elementos dificilmente se alteram na sua essência. Um destes elementos é o caráter humano de criar controles para organizar a sociedade. Dos grupos humanos tidos como “primitivos” até os que são tidos como “avançados”, é possível ver formas de controle social que visam organizar estes grupos para que haja ordem e bom funcionamento. E dentro do mundo do trabalho, o ser humano também criou diversos mecanismos de controle na medida em que a produção se torna mais complexa e as relações de trabalho se tornam mais diversificadas e exigentes quanto a qualificação, produtividade, qualidade, etc.

Um dos principais mecanismos é controlar o ritmo dos trabalhadores e, se preciso, punir aqueles que não se adaptam ao ritmo estabelecido. Tais punições variam conforme a época e o lugar, indo desde as antigas chicotadas e outras agressões físicas até as atuais advertências verbais e demissões. Neste contexto, entram instrumentos e funções que servem para manter os trabalhadores atendendo às demandas necessárias em seu local de trabalho sem fugir às convenções e regras estabelecidas.

Se na Antiguidade e no período medieval, por exemplo, havia o chicote e outros instrumentos para punição física dos trabalhadores, após a Revolução Industrial temos as figuras do “encarregado” e do “chefe de setor”, que são “olhos e ouvidos” do empregador para manter a ordem no local de trabalho e ser os intermediários entre empregadores e empregados nas mais diversas questões. No entanto, atualmente um instrumento tem sido muito eficaz nesta tarefa, substituindo o elemento humano no controle do ritmo de trabalho e da produtividade: as câmeras.

A instalação de câmeras em ambientes de trabalho é uma das respostas da tecnologia moderna para a necessidade de segurança no ambiente de trabalho, mas também é uma atualização dos mecanismos de controle que fazem o empregador parecer “onipresente”. A simples instalação de câmeras cria, mesmo que inconscientemente e mesmo naqueles que nada fazem fora das regras, a sensação de estar sendo constantemente observado e monitorado como se ali estivesse o próprio patrão.

Não se pretende aqui propor a abolição do uso de câmeras em ambientes de trabalho, pois isto seria impossível em um mundo cada vez mais obcecado por segurança, mas o que se quer aqui é apenas levantar uma reflexão sobre as formas de controle ao longo da História e como a tecnologia serve a este propósito. Quando Orwell escreveu sobre o “Grande Irmão”, talvez o mundo jamais imaginaria que tivéssemos a tecnologia tão a serviço do controle de todos os passos dos seres humanos, em especial em seus ambientes de trabalho, onde os olhos eletrônicos substituem os olhos humanos para monitorar o trabalho e a produtividade.

As câmeras, em alguns casos, funcionam como “chicotes psicológicos”, no sentido de manter a ordem e punir desregramentos. Não é preciso mais um feitor observando o trabalho, como em sociedades antigas, ou um encarregado, como nas sociedades de países industrializados, mas basta um “olho eletrônico” que pode dar aos superiores na hierarquia um panorama do ritmo dos trabalhadores e da produtividade.

Assim, evoluem os métodos de controle social com apoio tecnológico e reafirma-se o que já faz parte do caráter humano: a necessidade de organização, de ordem e de garantia do ritmo estabelecido por quem “dá as cartas”.

## **Esporte e história local**

[Texto publicado em 26/07/2015]

Há uma tendência nas últimas três décadas de valorizar a história local como expressão da inclusão das pessoas à sociedade, fazendo-as perceber-se sujeitos históricos e não meros espectadores que assistem os fatos ocorrerem. Em Paim e Picolli (2007), vemos esta ideia no contexto da discussão sobre a retomada do real papel da história após o fim da ditadura militar brasileira. Os autores explicam que “trabalhar a história regional e local [...] possibilita perceber que local e regional não são reflexos do nacional” (2007, p. 115). Estudar e entender a história local é também, segundo Fagundes (2006), entender as organizações espaciais e sua crescente diversidade, apesar de todo desenvolvimento que interage e aproxima os povos.

Dentro deste contexto, podemos incluir a investigação histórica desportiva como atividade que possibilita compreender melhor as realidades locais e resgatar a história principalmente de pequenas localidades. As atividades esportivas podem oferecer subsídios para o levantamento histórico de fatos e pessoas que passariam totalmente despercebidas sob uma abordagem puramente macro-histórica. Diversas cidades do interior têm histórias com algum esporte, principalmente o futebol, envolvendo em torno de si personalidades municipais e pessoas mais simples que demonstram sua paixão esportiva através de diversas atividades, desde a simples torcida até o trabalho esportivo de fato (jogando, treinando, presidindo, etc). A respeito disso, Campos (2013) destaca, ao falar sobre o futebol (mas a ideia pode ser aplicada aos demais esportes), a capacidade esportiva de mobilização e organização territorial, além do papel que cumpre muito além das regras e práticas esportivas. Realmente, o esporte, de uma forma geral, tem um papel histórico que influencia as pessoas e mobiliza-as tanto territorialmente<sup>3</sup> quanto socialmente.

Por isto, não se pode perder de vista as manifestações esportivas como importantes meios para se conhecer, aprofundar e resgatar histórias locais. Seja onde for, o pesquisador pode lançar mão da investigação histórica desportiva para aprofundar-se em contextos e transformações histórico-sociais, e este tipo de pesquisa pode e deve ser fomentada em benefício do resgate dos fenômenos históricos.

### **Referências bibliográficas:**

CAMPOS, Israel Cayo. *Geografizando o futebol: do global ao local*. Revista *Holos*, Natal, ano 29, v. 3, p. 213-231, 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1333/685>> Acesso em: 26 jul.2015.

FAGUNDES, José Evangelista. *A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim*. Natal, 2006. 194 p. UFRN. Orientadora: Profª Drª Maria Inês Sucupira Stalalto. Tese de doutorado em Educação. Disponível em: <<ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/JoseEF.pdf>> Acesso em: 26 jul.2015.

PAIM, Elison Antônio; PICOLLI, Vanessa. *Ensinar história local e regional no Ensino Médio: experiências e desafios*. Revista *História e ensino*, Londrina, v. 13, p. 107-126, set.2007. Disponível em: <[www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11647/10331](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11647/10331)> Acesso em: 26 jul.2015.

---

<sup>3</sup> Campos (2013) aborda o futebol e sua capacidade mobilizadora sob o ponto de vista geográfico, focalizando a questão territorial.

## **Funk – espelho da sociedade brasileira**

*[Texto publicado em 10/11/2015, inspirado em uma conversa que tive com um amigo historiador em uma mesa de lanchonete em São João Del Rei. Lendo este texto atualmente, sou desafiado a questionar: os gostos e tendências pessoais já presentes em alguns indivíduos os fazem se identificar com o funk e alavancar seu sucesso ou o funk é que "cria" no indivíduo certos gostos e tendências?]*

Por onde quer que se vá hoje no Brasil, é certo que se vai escutar uma música em ritmo de funk. Mesmo ainda fortemente associado ao Rio de Janeiro, o funk ganhou um imenso espaço entre os brasileiros e recebe atenção tanto de quem gosta quanto de quem não gosta das músicas que falam de favela, de dinheiro, de mulheres ou de polícia. Na verdade, o funk tem este espaço na sociedade brasileira porque criou identificação: há muitos que gostam porque se identificaram com o funk, assim como também há muitos que não gostam justamente porque também se identificaram com o funk. Este ritmo, ao longo dos anos, foi se tornando um espelho de boa parte da sociedade brasileira. E quando se olha no espelho, tem-se a tendência de gostar ou não do que viu, mas este gostar ou desgostar não mudam a imagem refletida no espelho, pois o espelho reflete aquilo que quem vê realmente é.

Particularmente, não gosto de funk, por ter crescido habituado a outros ritmos musicais (principalmente o sertanejo de raiz), e há quem não goste por também ter ouvido outros ritmos ou por ter desenvolvido um senso crítico que não é receptivo à “qualidade” das letras no funk. Mas todos nós, mesmo não gostando do funk e observando um pouco mais da sociedade atual e suas estruturas de mentalidades, haveremos de convir que o funk expressa de maneira escrachada o que muitos brasileiros desejam ou fazem no seu íntimo. Afinal, em um mundo capitalista, competitivo, imediatista e que valoriza o dinheiro, o prazer e o hoje à máxima potência, quem é que não se sentiria tentado a desejar um monte de “plaquê de 100”, podendo andar em uma Hornet e sendo mirado de longe por causa das joias no corpo<sup>4</sup>?

Os valores presentes hoje em boa parte da sociedade giram em torno do dinheiro, da satisfação, da atitude de se negar quaisquer frustrações, do prazer imediato e da super autovalorização. E para vermos estes valores sociais, basta escutarmos a maioria da produção musical brasileira atual (não só o funk). O que faz sucesso atualmente? A ostentação, a vitória<sup>5</sup>, a “pegação”, a vaidade<sup>6</sup>, entre outras características que o ser humano gosta de destacar em si mesmo.

No caso do funk, em particular, escracha-se o gosto pelo sexo, a ostentação de bens materiais que atraem as mulheres, a libertação da mulher<sup>7</sup> ou a sua subordinação<sup>8</sup>, o gosto pelas baladas e pela “eterna” diversão, enfim, tudo o que pessoas da sociedade brasileira muitas vezes não admitem que gostam e que valorizam. E quando as pessoas não gostam de algo, ou criticam ou partem ao ataque; e é o que se faz com o funk: ou criticam-no com base

---

<sup>4</sup> As referências ao “plaquê de 100”, ao Hornet e às joias no corpo foram tiradas da música “Plaquê de 100”, de MC Guimê.

<sup>5</sup> Antigamente conseguiam fazer sucesso canções de “derrotados” e “frustrados”, tendo como grande exemplo as músicas onde o “eu lírico” é corno, abandonado, embriagado, “doente de amor”. No entanto, hoje em dia fazem sucesso as músicas onde o eu lírico é “pegador”, apaixonado correspondido, etc.

<sup>6</sup> Um grande exemplo na música brasileira recente: “Esse cara sou eu” (Roberto Carlos).

<sup>7</sup> “Eu vou pro baile procurar o meu negão / vou subir no palco ao som do tamborzão / sou cachorrone mesmo / e late que eu vou passar / agora eu sou piranha e ninguém vai me segurar” (trecho da música “Agora eu sou piranha”, da Gaiola das Popozudas).

<sup>8</sup> “E aí, piranha / quem é que te come? / Vamo no cartório / passar seu cu pro meu nome” (trecho da música “Quem é que te come”, de MC Maromba).



## "Infeliz é a nação que precisa de heróis"

[Texto publicado em 16/01/2017. Um questionamento àqueles que, em tempos de polarização e trato político semelhante a torcidas de futebol, se apegam a figuras tidas como "heróicas"]

A frase que intitula este texto foi dita pelo escritor alemão Bertolt Brecht (1898-1956). Esta simples frase traz em si um incômodo a quem lê: "Como assim uma nação é infeliz quando precisa de heróis? Então os heróis são desnecessários?" Antes de mais nada, é preciso pensar algumas questões sobre o "herói": o que é o herói? Quem constrói o herói e por quê?

A noção de herói está muito ligada a grandes feitos, bravura, coragem, desprendimento, altruísmo, solidariedade<sup>9</sup>. Oras, então como uma nação é infeliz ao precisar de pessoas com estas virtudes e realizações? Daí partimos para o segundo questionamento do parágrafo anterior. O herói é construído! Ninguém nasce herói ou se faz herói sozinho. O grupo no qual o indivíduo vive é que vai alçá-lo à categoria de "herói".

Esta construção do herói pode passar pela projeção que fazemos no outro daquilo que gostaríamos de ser, pensar e fazer ou como tentativa de reafirmar o que pensamos, sentimos e fazemos, ou ainda pelo senso de acomodação, sentindo-nos mais seguros e tranquilamente acomodados porque alguém está fazendo e lutando por nós. Este senso de acomodação podemos ver nas histórias dos "super heróis", nas quais as pessoas podem dormir tranquilas porque Batman, Super Homem, Homem Aranha e companhia estão lutando por eles. Ou ainda, pensando em questões políticas e sindicais, por exemplo, como parece bom acomodar-se sabendo que líderes estão tomando a frente para conduzir as pautas de defesa de uma categoria ou de um grupo social, político, cultural. Já a projeção acontece quando, por exemplo, um grupo político quer legitimar seu poder projetando em personagens históricos seus próprios valores e princípios, como no caso da figura de Tiradentes, que ganhou "ares republicanos" quando foi alçado à categoria de herói brasileiro nos primeiros tempos da República brasileira<sup>10</sup>. Ou ainda, acontece quando um determinado grupo escolhe personagens que simbolizem e sintetizem valores fundamentais defendidos pelo grupo, como no caso, por exemplo, de grupos políticos de esquerda quando reverenciam figuras como Che<sup>11</sup>, Stalin<sup>12</sup>, Marighella<sup>13</sup>, entre outros, ou os grupos políticos de direita quando reverenciam os militares que governaram o Brasil<sup>14</sup>, Ustra<sup>15</sup>, entre outros<sup>16</sup>.

---

<sup>9</sup> *Conceito de herói*. Disponível em: <<http://conceito.de/heroi>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 07 dez.2012.

<sup>10</sup> FRANCO, Paula de Almeida. *Tiradentes: a construção de um herói republicano*. Disponível em: <<https://historiandonanet07.wordpress.com/2011/04/21/tiradentes-a-construcao-de-um-heroi-republicano/>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 21 abr.2011.

<sup>11</sup> FUENTES, Pedro. *Che Guevara, herói e mártir da revolução permanente*. Disponível em: <<http://esquerdasocialista.com.br/che-guevara-heroi-e-martir-da-revolucao-permanente/>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 2016.

<sup>12</sup> ALVES, Cristiano. *Stalin foi um herói e seus críticos trotskistas, psicopatas e fracassados*. Disponível em: <<http://apaginavermelha.blogspot.com.br/2013/12/literatura-stalin-foi-um-heroi-e-seus.html>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 23 dez.2013. Apesar do texto focar mais na crítica à pessoa e pensamento de Lev Trotsky, oferece um panorama de como grupos de esquerda veem Stalin.

<sup>13</sup> CAPIBERIBE, Artionka. *Marighella - O que é um herói?* Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/08/30/marighella-o-que-e-um-heroi/>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 30 ago.2012.

<sup>14</sup> *Os generais e a salvação do Brasil*. Disponível em: <<http://heroisdedireita.blogspot.com.br/>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 24 mai.2016.

Historicamente, é comum a construção de heróis partindo da encarnação de valores e princípios sociais e da exaltação de quem defende a sociedade contra seus inimigos. No entanto, a infelicidade da nação que precisa de heróis está justamente nestes princípios de exaltação e encarnação, a partir do momento em que uma sociedade ou um grupo paralisa sua capacidade de ação e transformação em prol do herói que foi construído, ou seja, o grupo social se acomoda ou se "anestesia" ao ver seus anseios e ideias encarnados por alguém em quem este grupo acaba projetando suas esperanças. Este grupo, então, pode assumir a atitude de se mobilizar somente quando o "herói" conclamar a isto ou pode simplesmente se colocar como espectador das ações do seu "herói", portando-se por vezes como "torcedor".

A primeira atitude (mobilização somente quando o "herói" dá o comando) podemos exemplificar com o uso da palavra "golpe" para todo o contexto envolvendo o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff; o contexto do processo passou a ser chamado de "golpe" por vários grupos e movimentos de esquerda quando assim o contexto foi definido em discursos proferidos pelo ex-presidente Lula<sup>17</sup>. A segunda atitude ("torcer" pelo herói e ser seu espectador) podemos exemplificar com a movimentação em torno da figura do juiz Sérgio Moro, alçado à condição de herói nacional pela sua condução da Operação Lava Jato<sup>18</sup> e que ganhou, entre as massas populares, uma "aura intocável" que o blindava de questionamentos às suas ações como juiz<sup>19</sup>. Se Lula é um político honesto ou não e se Moro está conduzindo honesta e eticamente a Operação Lava Jato ou não, este não é o alvo desta reflexão, mas sim o fato de que tanto Lula como Moro, em momentos e por motivos diferentes, ganharam das camadas populares a pecha de "herói" e têm em torno de si uma "aura mítica" que impede a muitos brasileiros de questioná-los em suas ações e palavras (experimente colocar em xeque a integridade de Lula a um petista ou a de Moro a um de seus defensores).

Considerando o exposto no parágrafo anterior, as redes sociais vêm potencializando a visibilidade daqueles que adotam heróis e se alienam da necessidade de também se portarem como agentes transformadores da sociedade, torcendo por figuras que eventualmente ganham destaque no cenário nacional. Foi assim que as redes sociais se inundaram, momentaneamente, de postagens, *hashtags* e memes exaltando Joaquim Barbosa, Eduardo

---

<sup>15</sup> *Torturador ou herói?* Disponível em: <<http://heroisdedireita.blogspot.com.br/2016/05/torturador-ou-heroi.html>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 06 mai.2016.

<sup>16</sup> Aqui é importante ressaltar que a citação de nomes a nível nacional ou internacional não significa que tais figuras sejam "unânicos" ou majoritariamente reverenciadas em todos os grupos políticos (seja de direita ou de esquerda).

<sup>17</sup> PORTAL G1. *Lula diz a líderes de esquerda que o país resistirá a "golpe do impeachment"*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/lula-diz-lideres-de-esquerda-que-pais-resistira-golpe-do-impeachment.html>> Acesso em: 15 jan.2017.

REVISTA ÉPOCA. *Em vídeo, Lula chama impeachment de golpe e faz apelo aos deputados*. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/em-video-lula-chama-impeachment-de-golpe-e-faz-apelo-aos-deputados.html>> Acesso em: 15 jan.2017.

<sup>18</sup> CONSTANTINO, Rodrigo. *Algo está mudando e alimenta a esperança no Brasil*. Disponível em: <<http://rodrigoconstantino.com/artigos/algo-esta-mudando-e-alimenta-a-esperanca-no-brasil/>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 25 nov.2015.

<sup>19</sup> CANAL SEU TUBE. *Sérgio Moro herói - O mundo reconheceu - Eleito 13º maior líder mundial pela Fortune*. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=LCtYh\\_XqyJ8](https://www.youtube.com/watch?v=LCtYh_XqyJ8)> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 24 mar.2016.

A referência a um vídeo do Youtube é uma amostra do que a internet vem disponibilizando sobre Sérgio Moro, sendo apenas uma entre inúmeras produções (vídeos, memes, páginas, etc).

Cunha, Newton Ishii (o "Japonês da Federal"), Janaína Paschoal, etc<sup>20</sup>, da mesma forma que ainda se inunda de homenagens e "torcidas" a Dilma Rousseff, Lula, Moro, entre outros, dependendo da tendência ideológica de quem posta.

Voltando à ideia brechtiana, projetar os anseios da sociedade em um personagem e exaltá-lo como síntese dos valores de um grupo podem trazer consequências não boas para a sociedade, se isto a imobiliza e a faz esperar que outro (no caso, o "herói") faça pelo grupo aquilo que ele mesmo poderia fazer mediante mobilizações (protestos, abaixo-assinados, pressões sobre os governantes e as autoridades, etc). Que consequências não boas seriam estas? Por exemplo, permitir que seus "heróis" estejam livres para atos corruptos, visto que a "aura heroica" os blinda de sentimentos populares adversos<sup>21</sup>; ou ainda, deixar de lado o senso crítico quando seus "heróis" cometem erros e alegar que fizeram o que o povo gostaria que fizessem ou que fizeram bem ao povo apesar de seus erros<sup>22</sup>.

Partindo da frase de Brecht, como uma nação pode evitar a "infelicidade"?

Primeiro: não se apegando aos heróis. Não é errado um grupo social ter referências (que sejam pessoas, fatos históricos, livros, etc), mas também não é saudável a este grupo apegar-se aos seus heróis ao ponto de se tornarem meros espectadores da sua própria dinâmica social. Segundo: agindo. Quaisquer mobilizações sociais fazem um povo ser transformador de suas realidades (sejam as mobilizações cotidianas ou as de grande relevância em um dado momento<sup>23</sup>). Não adianta, por exemplo, esperar um herói que seja modelo de integridade quando os que o reverenciam se dão a atos corruptos (pequenos ou grandes); ou ainda, não adianta esperar um herói que faça pela sociedade o que ela muitas vezes não está disposta a fazer.

A frase de Bertolt Brecht continuará ecoando e incomodando a todos os que realmente pararem para pensar em como estão lidando com a questão dos "heróis" sociais ou nacionais. Pensar a relação da sociedade com o heroísmo significa também pensar o lugar das camadas populares na construção e condução de seu próprio destino.

---

<sup>20</sup> BAÇO, José António. *Heróis da direita têm prazo de validade*. Disponível em:

<<http://www.chuvaacida.info/2016/04/herois-da-direita-tem-prazo-de-validade.html>> Acesso em: 16 jan.2017. Publicado em: 05 abr.2016. Apesar do texto ser voltado para a crítica às direitas no Brasil, vale como uma amostra da "rapidez" com que muitos brasileiros elegem "heróis" e os esquecem.

<sup>21</sup> Mesmo que a mídia mostre erros deste "herói" ou que espaços virtuais mostrem na internet um outro lado destas figuras, boa parte da população tende a não aceitar ou não enxergar, "hipnotizadas" que estão por aquilo que foi construído em torno de seus "heróis" (virtudes, etc).

<sup>22</sup> Apontar esta consequência baseou-se em experiências pessoais deste autor nas redes sociais, testemunhando postagens em que se defende Sérgio Moro a despeito dos argumentos que mostram os erros do juiz ao divulgar áudios envolvendo Lula, bem como postagens em que se defende políticos petistas a despeito dos argumentos que mostram suas ligações com esquemas corruptos na Petrobras. No primeiro caso citado, muitas postagens de defensores de Moro alegaram que ele fez o que o povo gostaria que fizesse; no segundo caso, houve (e ainda há) diversas postagens alegando que o PT fez bem ao povo a despeito de seus erros no poder.

<sup>23</sup> Por mobilizações cotidianas, entenda-se tudo o que cada indivíduo, dentro da coletividade e no cotidiano, pode fazer para transformar a sociedade (não ser corrupto, valorizar a educação, etc); já por mobilizações de grande relevância em um dado momento, entenda-se as movimentações coletivas que chamam a atenção de um grupo para uma causa (protestos, abaixo-assinados, quaisquer atos envolvendo multidões, etc).

## **Justiça da História**

*[Texto publicado em 09/09/2015. Atualmente, faço uma pequena ressalva dando menos peso ao domínio europeu como um dos fatores de origem das migrações de sírios e de outros grupos do Oriente Médio e norte da África, considerando com maior peso as próprias dinâmicas históricas e políticas nestas regiões]*

É com muita preocupação que o mundo vem acompanhando a onda migratória que atinge a Europa nos últimos meses, por conta principalmente da guerra civil na Síria e das atividades terroristas do grupo Estado Islâmico. Milhares de pessoas tentam desesperadamente entrar em vários países europeus. Só para 2015, estão previstos 800 mil pedidos de entrada em países da Europa (quatro vezes mais que o ano passado). Além disto, cenas tristes marcam os noticiários do mundo todo, como a da criança síria que apareceu morta em uma praia turca após sua família, sem sucesso, tentar atravessar o Mediterrâneo para entrar na ilha de Cós (Grécia). Se pensarmos, porém, que esta onda tem origens distantes na História, veremos que esta vem fazendo justiça de forma triste, fazendo voltar aos europeus, séculos depois, consequências de atos passados.

No final do século XIX, a Conferência de Berlim dividiu o continente africano entre vários países europeus. França, Inglaterra, Portugal, Espanha, Alemanha, Itália e Bélgica teriam grandes extensões de terras e a tarefa de garantir a manutenção de seus domínios territoriais. No início do século XX, esta sanha de domínio se estendeu ao Oriente Médio, em especial com França e Inglaterra tomando posse da maior parte do antigo Império Turco. Tanto no caso africano quanto no médio-oriental, “territórios artificiais” sem coesão nacional foram criados, muitas vezes colocando em um mesmo território grupos rivais (caso, por exemplo, dos hutus e tutsis em Ruanda, na África) ou deixando um mesmo grupo disperso em vários territórios (caso dos curdos, que até hoje se dividem entre a Síria, o Iraque e a Turquia). A exploração do Oriente Médio e sua divisão autoritária por potências europeias agora se voltam contra os europeus, várias décadas depois, na pessoa dos imigrantes que têm de escolher entre sucumbir nas mãos de guerrilheiros e terroristas ou correr risco de morte nas águas mediterrâneas. Estes imigrantes são vítimas de anos de maus governos e de tensões políticas e religiosas que muitas vezes são frutos da colonização que formou os “territórios artificiais” (ou seja, diferente de vários outros territórios que se formaram em longos processos de formação nacional) e depois deixou estes territórios a mercê de ditadores e grupos rivais que digladiam pelo poder e fazem morrer milhares de civis inocentes.

Infelizmente, não são somente as potências europeias do passado que pagam este preço da colonização. Países como Grécia, Hungria e Sérvia também sofrem com a onda migratória e a pressão para aceitarem um número cada vez maior de médio-orientais fugitivos de suas desgraças. No entanto, a justiça da História nem sempre é justa como imaginávamos que devesse ser. Agora, cabe às atuais potências europeias buscar meios que apaziguem os ânimos da onda migratória e sanem ao máximo o problema, pagando assim algumas dívidas do passado.

---

---

---

---

---

---

---

---

## **O passado nas mãos do poder**

*[Texto publicado em 14/02/2015. Continua atual, diante de cenários onde se avolumam as chamadas "fakenews"]*

Em tempos como os nossos, onde um mundo a nosso dispor faz com que todos falem de tudo, temos uma sociedade dividida entre quem produz informações e conhecimentos e quem apenas os reproduz. A internet tem sido um fértil terreno para os reprodutores que, a todo momento, espalham as informações sobre todos os assuntos, muitas vezes sem questionar quem são ou o que pensam os produtores destas informações.

Ultimamente, abrir as redes sociais no Brasil tem sido uma experiência desagradável de desinformação e desserviço disfarçados de politização. Todos acham saber tudo sobre o momento político brasileiro, todos opinam com seus gritos de *impeachment*, suas acusações contra “coxinhas” ou “petralhas”, suas convocações para marchas e protestos que interessam a sabe Deus quem, seus discursos carregados de paixão e ódio como se fosse possível “torcer” por um partido como se torce por um time de futebol. E em meio a tantas coisas que as pessoas publicam nas redes sociais, na maioria das vezes sem passar pelos filtros da verdade e da imparcialidade, uma das grandes vítimas é o passado. De repente, eleitores e militantes acabaram se tornando também historiadores capazes de analisar e até distorcer o passado para legitimar seus discursos, protestos e “paixões políticas”. Este movimento de olhar para o passado acontece independentemente do partido ou das simpatias políticas.

Percebi este “movimento passadista” ao observar nas redes sociais inúmeras comparações entre o governo presidencial tucano (1995-2002) e os governos presidenciais petistas (desde 2003). Analisar o que cada um fez ou deixou de fazer é um ato legítimo e necessário, pois a História tem em si este caráter essencial de ser memória. Junte-se a isto o direito que todos têm de saber o que ocorreu no passado (lembrando que a palavra “História”, no grego, significa “qualidade de saber”), por isto é necessário sempre rememorar governos, fatos e mentalidades de todas as épocas. No entanto, algumas comparações e usos do passado extrapolam os limites da memória e do saber, tornando-se manipulações, justificativas e tentativas de armar os militantes contra seus “inimigos”.

Falando concretamente sobre as ideias desenvolvidas até aqui, podemos citar o uso do passado tanto por militantes tucanos quanto por militantes petistas em nome de seus argumentos, fazendo com que a História ocorra em função de suas ideias. Muitos petistas nas redes sociais, sempre que os outros expõem os maus feitos do PT, recorrem ao passado tucano para tentarem mostrar que era pior; já muitos tucanos nas redes sociais, sempre que os outros expõem os maus feitos do PSDB, recorrem ao passado petista para também tentarem mostrar que com o atual partido no poder as coisas são ruins. O problema destas apropriações do passado é que estes militantes, tanto petistas quanto tucanos, o utilizam para esconder algo e desviar o foco de algum assunto: ao invés de fazerem uma autocrítica e repensarem as práticas de seus partidos, acusam o oponente para deslegitimá-lo e fazem com isto uma política suja e desonesta, como foi o caso das últimas eleições presidenciais no Brasil, quando os principais candidatos, Dilma Rousseff e Aécio Neves, frequentemente recorriam ao passado para diminuir um ao outro. Um outro exemplo para ser ainda mais concreto: os petistas preferem destacar a origem dos atuais problemas de corrupção na Petrobrás (ligados ao governo FHC) do que fazer uma autocrítica sobre o envolvimento de petistas nestes esquemas, enquanto os tucanos preferem destacar as sujeiras petistas na Petrobrás ao invés de fazer uma autocrítica sobre o envolvimento de tucanos nos mesmos esquemas.

Talvez alguém pense que seja ingenuidade imaginar que não deveriam acontecer estes ataques e manipulações ou leituras distorcidas e seletivas do passado. Realmente, sabemos que era de se esperar esta “guerra” entre governo e oposição com a utilização do passado como arma de ataque ou defesa, mas devemos ainda acreditar que neste país venha a existir



## **O perigo do discurso único: quando a universidade cede à ditadura das ideias**

*[Texto publicado em 07/02/2018]*

Nos "anos de chumbo" que o Brasil viveu sob uma ditadura militar, as universidades foram um dos focos de resistência contra o regime que impunha ideias carregadas de censura ao que era considerado "subversivo", de exagerado nacionalismo e ufanismo ("Brasil: ame-o ou deixe-o") e de repressão ao livre pensamento e livre debate de ideias. Passado este período, porém, os meios universitários foram se cercando de um conjunto de discursos e ideias que, se antes combatiam um regime autoritário, agora caminharia para ser igualmente autoritário ao combater ideias que poderiam ser normalmente debatidas em um regime democrático. O fato é que o meio universitário é rondado constantemente pelo perigo de uma "ditadura do discurso único". E é sobre este perigo que vamos refletir brevemente, estando este texto direcionado ao público em geral.

Primeiramente, cabe ressaltar que a "ditadura do discurso único" não é uma exclusividade das direitas ou das esquerdas. Atualmente, a face desta "ditadura" que mais se evidencia é uma face de "esquerda", como vemos, por exemplo, quando socialistas se recusam a ouvir ou debater com quem não é socialista e taxa seus "oponentes" com adjetivos como "fascistas", "golpistas", "reaças", entre outros; no entanto, há também uma face de "direita" nesta ditadura (como, por exemplo, a proposta da "Escola sem Partido", conjunto de ideias que tem partido e se alinha a setores principalmente antissocialistas e conservadores). Nosso foco de reflexão será a face de "esquerda" da "ditadura do discurso único", pois é a que mais se evidencia especialmente após o regime ditatorial militar.

Experimente realizar um debate sobre a situação atual do Brasil, no campo social, político e econômico, convidando para o debate figuras autodeclaradas de esquerda<sup>24</sup> e também figuras autodeclaradas de direita<sup>25</sup>. Muito provavelmente, os que se declaram à esquerda não aceitarão a presença dos de direita, alegando que as ideias destes são "excludentes", "fascistas", entre outros adjetivos. Ou ainda, experimente realizar um debate em que se convide quem acredita que o impeachment de Dilma Rousseff foi golpe e quem acredite que não foi golpe; neste caso, também haverá chilikos contra os que não associam o impeachment a um golpe. Tais situações exemplificadas aqui revelam uma tendência a se fazer aceitar, nem que seja goela abaixo, linhas de raciocínio político e contextual tidas como "óbvias" ("é óbvio que foi golpe", dizem os apoiadores de Lula e Dilma; "é óbvio que as cotas são necessárias", dizem os "especialistas" que apelam ao "lugar de fala"<sup>26</sup>). E quando se tratam certas questões como óbvias, fecham-se as possibilidades de debates pautados na diversidade de ideias e na pluralidade argumentativa, fazendo com que o espaço universitário (e outros espaços também) se torne palco de um único discurso. Aqui não se pretende entrar nos méritos do impeachment (se foi golpe ou não) e das cotas raciais (se são passíveis de concordância ou não), mas destacar o que foi dito na frase anterior: os espaços de diversidade

---

<sup>24</sup> Não há apenas uma "esquerda" atuando e pensando a política e a economia, embora haja determinados discursos comuns às esquerdas (por exemplo, a teórica valorização dos trabalhadores como protagonistas de transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, etc).

<sup>25</sup> Não há apenas uma "direita" atuando e pensando a política e a economia, embora haja determinados discursos comuns às direitas (por exemplo, o antissocialismo).

<sup>26</sup> Trocando em miúdos, a ideia de "lugar de fala" refere-se à voz que deve ser dada a grupos que buscam protagonismo em suas lutas e à legitimidade desses grupos para falar de suas realidades; por exemplo, o negro tem o "lugar de fala" - ou seja, a legitimidade - para abordar o racismo e a mulher tem o "lugar de fala" para tratar do feminismo. O problema reside quando o conceito é enrijecido e se torna "lugar de fala", ou seja, não se reconhece legitimidade quando um branco fala de racismo ou um homem fala de feminismo, a despeito do conhecimento que é possível ter destes temas sem necessariamente ter vivido na pele os problemas que negros e mulheres enfrentam.

de ideias e de debates pautados na pluralidade de argumentações estão se fechando diante da imposição de raciocínios elevados à categoria de "obviedades" e "certezas cristalinas".

Tal fechamento dos espaços de debates e imposição de linhas de raciocínio enfraquecem o mundo universitário naquilo que deveria resguardar com convicção, desenvolver ao máximo e prezar como um valor: a capacidade de conhecer e debater ideias sem medo de entrar em contato com pensamentos e concepções diferentes das próprias visões de mundo. Por exemplo, ao se pensar crises econômicas no Brasil, o fechamento em uma linha socialista de raciocínio e exclusão de quaisquer pontos de vista não-socialistas enfraquece o debate no qual ideias socialistas e liberais poderiam se contactar de forma séria através de pessoas que saibam argumentar com conhecimento e oferecer possibilidades de soluções plausíveis ao país; claro que também podemos pensar no fechamento daqueles que se encasulam em linhas de raciocínio antissocialistas, o que enfraquece o debate da mesma forma, mas lembremos aqui que este texto reflete sobre a face "esquerda" da ditadura do discurso único.

Ainda sobre o fechamento à pluralidade de ideias e tentativa de "sacralização" de um só conjunto de raciocínios, outro ponto que sai prejudicado é a liberdade de expressão. Por exemplo, alguém que não enxergue o impeachment de Dilma Rousseff como golpe tem dificuldades para expressar suas ideias, por mais bem elaboradas e embasadas que sejam, diante de um cenário em que a ideia de golpe está cristalizada nas mentes das militâncias. Ou ainda, alguém que defenda saídas liberais para a superação da crise econômica no Brasil terá dificuldades para expressar suas ideias, por mais embasadas e bem construídas que sejam, diante de um predomínio das saídas socialistas nas mentes das militâncias. Assim, o espaço universitário (e também outros espaços) perde ao ver diminuídas as chances de se promover a liberdade de expressão como um valor fundamental à democracia.

Para finalizar esta breve reflexão, consideremos as reações já existentes a esta face socialista da imposição de discursos em detrimento de outros. Uma das principais reações é o projeto "Escola sem Partido", que na verdade acaba agindo com o mesmo arsenal de ações que seus defensores atribuem às esquerdas: imposição de determinados raciocínios aliado a uma censura daquilo que é considerado inimigo ideológico (enquanto é possível ver socialistas que chamam de "fascismo" a tudo o que lhes é "estranho" e alheio, também é possível ver defensores do Escola sem Partido que chamam de "comunismo" a tudo o que lhes é "estranho" ou alheio). No final das contas, impera a intolerância (fruto do fechamento em seu próprio "mundinho de ideias"), a ignorância e desonestidade intelectual (divulgação desonesta de falsas notícias sem compromisso com a veracidade ou sem pesquisar as mesmas, por exemplo) e um exemplo negativo à sociedade, que continua agarrada ao senso comum, às falsas notícias, ao sensacionalismo e à cegueira das militâncias por não encontrar no meio universitário uma proximidade e um terreno fértil de ideias que lhe desenvolva o senso crítico, a capacidade de questionamento das ideias e contextos e a elevação qualitativa dos debates.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **(Pre)Ocupações**

*[Texto publicado em 01/11/2016, no contexto das ocupações de escolas e universidades em vários pontos do Brasil. Atualmente, porém, se tais ocupações ocorressem, este autor observaria melhor e mais atentamente as motivações do movimento, especialmente quanto ao viés político-partidário que muitos líderes acabam impondo a este e outros movimentos que deveriam ser apenas políticos e com reivindicações que transcendam e prescindam de um ou outro partido]*

A onda de ocupações de escolas e universidades no Brasil vem aumentando consideravelmente, em especial após a aprovação, na Câmara dos Deputados, da PEC 241/2016 (no Senado, será votada como PEC 55/2016). Além disso, há também uma indignação com relação à MP 746/2016, que reforma o Ensino Médio.

Antes de mais nada, é importante salientar que este autor apoia o movimento de ocupações. Estas são um legítimo instrumento democrático de mostrar indignação diante de situações como uma reforma do Ensino Médio feita por Medida Provisória e uma PEC que não foi discutida com a sociedade brasileira e que está sendo votada "a toque de caixa" sob a pressão de um governo que, como os anteriores, mais atende as demandas de grupos econômicos do que do povo brasileiro. Neste texto, vamos pensar um pouco nas bases que legitimam as ocupações, mas vamos focar principalmente nas preocupações em torno deste movimento.

### *1. Bases de legitimação*

Em primeiro lugar, há que se considerar que as ocupações não são feitas por "vagabundos", como vêm sendo taxados os estudantes por alguns dos críticos das ocupações. É tradicional na cultura política brasileira desqualificar o oponente atribuindo-lhe pechas ao invés de discutir as motivações e as ideias. Esta subcultura rasteira é comum tanto nas direitas quanto nas esquerdas, havendo de todos os lados indivíduos que, para compensar a falta de argumentos minimamente consistentes, recorrem às ofensas e às desqualificações pessoais.

Em segundo lugar, é possível afirmar que a escola é um espaço político, ou seja, para muito além das tradicionais aulas com organização em fileiras e trocas de professores que se alternam no estudo de livros didáticos e outras fontes e métodos, a escola é espaço para discussão política, debate de ideias, manifestações pacíficas daquilo que os alunos pensam e sentem. O interior da escola carrega em si o conflito entre os ideais daqueles que a veem como espaço para habilitar os trabalhadores ao mundo do trabalho e aqueles que a percebem como meio de desenvolvimento de potencialidades e como instrumento de formação integral, contemplando os aspectos social, cultural, pessoal, político, etc<sup>27</sup>. A própria discussão destas possíveis (e não necessariamente inconciliáveis) finalidades da escola é um ato político carregado de ideologias e de visões de mundo e de sociedade que, trazidos para dentro da escola, fazem desta um espaço político.

A escola também é um espaço democrático, devendo lidar com novas situações que desafiam especialmente os gestores<sup>28</sup>. As ocupações de escolas apontam para a realidade atual

---

<sup>27</sup> OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. *Função social da educação e da escola*. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/saibamais\\_8.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf)> Acesso em: 01 nov.2016.

<sup>28</sup> ELOY, Denise. *As ocupações estudantis e a gestão democrática no Ensino Médio*. Disponível em: <<http://gestaoescolar.org.br/dia-a-dia-na-educacao/ensino-medio-ocupacao-estudantes-gestao-democratica-954381.shtml>> Acesso em: 01 nov.2016. Publicado em: 10 jun.2016.

no qual jovens percebem no espaço escolar uma oportunidade de reivindicar por demandas<sup>29</sup>, o que é um exercício de democracia e cidadania integrante da formação do indivíduo não só enquanto aluno, mas enquanto pessoa. Este exercício de democracia e cidadania obviamente gera resistências até mesmo entre estudantes, o que mostra a capacidade democrática de abarcar ideias diferentes e desafiar a sociedade para que possa gerir os conflitos de ideias sem recorrer a animosidades, clichês, bordões, desqualificações pessoais, xingamentos, etc.

Até aqui, temos alguns argumentos pela legitimidade das ocupações, considerando também que tais movimentos obrigatoriamente devem ser pacíficos, ter acompanhamento do Conselho Tutelar e primar por uma organização baseada na formação de comissões de alunos (como, por exemplo, o grupo de segurança que ajudará a garantir a preservação do patrimônio público) e na elaboração de atividades como apresentações artísticas, "aulões", debates, etc.<sup>30</sup>, mostrando aos críticos que tais movimentos não são desordenados, baderneiros nem arruaceiros.

Antes de passarmos à parte de preocupações, é necessário trazer à tona um argumento de quem tem sido contrário às ocupações, alegando que isto tira dos estudantes o foco de sua preparação para o mercado de trabalho e para avaliações como o ENEM. Sensatamente, não podemos desprezar o caráter da escola como formadora para o mercado de trabalho, mas também seria insuficiente desconsiderar por completo o caráter da escola como formadora integral de aspectos culturais, políticos, sociais, entre outros. A preparação para o ENEM e para o mercado de trabalho não se prejudica naqueles estudantes que mantém hábitos de estudo ou, no mínimo, procuram se instrumentalizar com conhecimentos básicos (este assunto será melhor abordado na parte de preocupações). Além disso, a preparação para provas e para o mercado não exclui a possibilidade de manifestação política e prática democrática e cidadã.

## 2. Preocupações

Após uma breve defesa do ponto de vista da legitimidade das ocupações, faz-se necessária uma reflexão sobre preocupações que precisam povoar a mente de quem organiza e de quem participa destes movimentos.

Em primeiro lugar, há que se considerar que caráter político não é sinônimo de caráter partidário. As ocupações devem ter um caráter político, mesmo porque este é o caráter da escola enquanto espaço democrático de debates de ideias. No entanto, há de se ver com preocupação as movimentações partidárias em torno das ocupações. Na verdade, esta é uma preocupação não só das ocupações de escolas, mas de quaisquer mobilizações populares que tenham bases ideológicas de esquerdas ou de direitas. Basta considerarmos como exemplos as evidências de participação do PMDB, PSDB, Solidariedade e Democratas como financiadores e apoiadores do Movimento Brasil Livre (MBL)<sup>31</sup> ou ainda as presenças de partidos políticos nas manifestações pró ou contra o *impeachment* de Dilma Rousseff. Tais exemplos devem nos fazer refletir sobre até que ponto é "saudável" o apoio às ocupações da parte de pessoas ligadas ao PT, PSTU, PCdoB e outros partidos.

---

<sup>29</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. *Ofício nº 569/2016*. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=1610>> Acesso em: 01 nov.2016. Publicado em: 07 out.2016.

<sup>30</sup> UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). *Saiba como ocupar a sua escola*. Disponível em: <<http://ubes.org.br/2015/saiba-como-ocupar-a-sua-escola/>> Acesso em: 01 nov.2016. Publicado em: 19 nov.2015.

<sup>31</sup> LOPES, Pedro; SEGALLA, Vinícius. *Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>> Acesso em: 01 nov.2016. Publicado em: 27 mai.2016.

Em segundo lugar, é preciso, mesmo que isto contrarie pessoas ligadas às esquerdas e aos movimentos de ocupações, ponderar sobre as posições da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) em relação a pautas que são defendidas pelos estudantes nas ocupações. Páginas da internet ligadas a grupos de direita vêm destacando o apoio que a UBES deu à reforma no Ensino Médio enquanto o PT estava no poder<sup>32</sup> (ao contrário da posição atual, em que a UBES se mostra desfavorável à reforma proposta pelo governo Michel Temer). Sendo isto um fato, seria importante um comunicado da própria UBES explicando suas posições e as razões para mudar rumos de um governo para outro; ou se a UBES considerar esta polêmica uma distorção interpretativa para confundir o público, ainda assim cabe-lhe a tarefa de se expressar sobre o assunto. Esta polêmica em torno da UBES não deslegitima o movimento de ocupações, no entanto faz-nos retornar ao ponto de reflexão sobre o caráter partidário que perigosamente pode ser assumido ou que pode influenciar as decisões e ações de um grupo ou movimento.

Uma terceira preocupação tange às programações que os alunos adotam nas ocupações. É muito importante que tais movimentos pensem que suas atividades devem promover pleno diálogo com a comunidade escolar em um todo e que primem pela formação cidadã tanto na teoria como na prática. A organização das ocupações precisa ter sempre em mente uma abertura a discussões que nem sempre se encaixem com o pensamento da maioria dos ocupantes. Os "aulões" devem ser pensados como momentos de real formação política, cidadã e democrática.

A próxima preocupação tem a ver com aspectos culturais intrínsecos na sociedade brasileira. Ao final do capítulo sobre as bases de legitimação, tocou-se no ponto da necessidade de hábito de estudo e de uma instrumentalização mínima do aluno com conhecimentos básicos ao seu processo específico de formação intelectual e acadêmica. É cultural entre muitos alunos brasileiros deixar para rever conteúdos faltando pouco tempo para as provas (isto quando revê conteúdos) ou ainda ter a mentalidade de que estudar conteúdos visa apenas a realização de provas (ao contrário do ideal de que conteúdos aprendidos são conhecimentos adquiridos para a vida em seus vários aspectos). O processo de ocupações, com suas atividades voltadas à cidadania e à formação política, precisa também utilizar de seu poder de mobilização para discutir e desconstruir esta cultura estudantil, incutindo nos ocupantes uma reflexão que possibilite-os repensar suas próprias visões em relação aos estudos e aos comportamentos dentro do ambiente escolar, para que as ocupações não percam sua credibilidade e confiabilidade por causa de alunos que participam motivados por um "espírito de oba-oba" e sem consciência da importância dos estudos como fator de transformação pessoal e social e de formação integral do ser. Assim, as ocupações, além do aspecto político, têm a oportunidade de se fortalecer em seu aspecto pedagógico e em seu papel transformador de culturas e mentalidades, apontando para os alunos que a prática política e democrática anda de mãos dadas com a valorização dos estudos como instrumento de mobilização, autotransformação, mudança social e formação integral.

Apresentada esta breve reflexão sobre as ocupações e as necessárias preocupações em torno do movimento, espera-se despertar e estender um debate que realmente contribua para que as visões sobre o movimento, mesmo que contrárias em suas ideias, não resultem em mais

---

<sup>32</sup> IMPLICANTE. *Recordar é viver: na gestão de Dilma Rousseff, a UBES defendia a reforma do Ensino Médio*. Disponível em: <<http://www.implicitante.org/noticias/recordar-e-viver-na-gestao-de-dilma-rousseff-ubes-defendia-reforma-do-ensino-medio/>> Acesso em: 01 nov.2016. Publicado em: 07 out.2016.  
JORNALIVRE. *Hipocrisia: UBES defendeu reforma do ensino médio quando a proposta veio do governo Dilma*. Disponível em: <<https://jornalivre.com/2016/10/27/hipocrisia-ubes-defendeu-reforma-do-ensino-medio-quando-a-proposta-veio-do-governo-dilma/>> Acesso em: 01 nov.2016. Publicado em: 27 out.2016.



## **Sobre bundas, melgaços e idiotas úteis**

*[Texto publicado em 14/02/2015. Importante frisar que não tenho nada contra Paolla Oliveira; é, particularmente, uma de minhas atrizes favoritas]*

De tempos em tempos (e ultimamente vem ocorrendo com cada vez mais frequência), aparecem assuntos no Brasil que mobilizam a população, fazem parte das discussões de mesas de bar e entretêm as massas. Estes assuntos vão desde “quem matou Odete Roitman” até “quem será o próximo eliminado no BBB”. Enquanto isto, assuntos importantes que afetam a vida dos brasileiros andam a passos lentos por falta de boa vontade política, de mobilização popular e de acompanhamento daqueles que elegem os representantes no poder.

No presente momento, entre os assuntos que mobilizam a população (em especial os internautas) temos os “atributos traseiros” de Paolla Oliveira, a verdadeira identidade de Fabrício Melgaço (novela “Império”), a corrupção na Petrobrás e a crise hídrica. Apesar dos dois primeiros assuntos (ligados ao entretenimento) serem totalmente diferentes dos dois últimos (ligados a atual situação do país), todos estes primam por uma característica essencial de vários assuntos da cena brasileira: desviar o foco do que realmente importa.

Oras, mas então a crise hídrica pouco importa? A corrupção na Petrobrás não importa a este que vos escreve? Sim, os fatos importam, porém a abordagem destes fatos, em especial na internet, desvia o olhar do brasileiro de questões realmente essenciais para discussões. A crise hídrica e a corrupção na Petrobrás estão servindo para cada vez mais ataques intensos entre militantes da situação e militantes da oposição, com tudo aquilo que caracteriza a maior parte das discussões políticas nas redes sociais: desinformação, parcialidade, descompromisso com a veracidade dos fatos, manipulação de fatos e ideias em nome de interesses escusos.

São poucos (para não dizer raros) os militantes políticos que, através das redes sociais, fazem análises e discussões realmente sensatas, equilibradas, comprometidas com uma politização honesta e com uma discussão que acrescente ao invés de prestar desserviços. Pelo contrário, o que mais se vê é o uso dos fatos em evidência para inúmeras acusações e discussões que chegam a atentar contra os princípios democráticos (por exemplo, os pedidos para que os militares voltem a instalar uma ditadura no Brasil).

Esta massa de internautas acusadores muitas vezes desconhece as profundidades dos fatos que eles discutem e acabam sendo meros reprodutores de ideias que uma minoria concebeu para desestabilizar o país. E enquanto estes reprodutores (ou “idiotas úteis”) “dão à luz” mil acusações e não se preocupam com a veracidade do que dizem, projetos importantes ficam parados no Congresso Nacional à mercê da inércia da classe política. A energia e a “paixão” utilizadas para reproduzirem e discutirem todo tipo de assunto que ataque o oponente político sem debater ideias deveriam ser utilizadas para cobrarem dos nossos representantes a importância e a agilidade não dadas a temas como: reformas política, tributária e agrária, questões ambiental e indígena, estruturas da mobilidade urbana, entre outros.

Mas o que se vê é um desconhecimento ou distorção destas questões da parte de militantes que espalham manipulação e inverdades pelas redes sociais e também da parte de quem simplesmente não discute política sob nenhum ponto de vista e coloca futilidades como prioridades, pois discutir o tamanho da bunda de Paolla Oliveira não incomoda, não compromete nem gera reflexão. Afinal, por que se incomodar em estudar e buscar informações sobre as reais urgências do país se Fabrício Melgaço ainda não se revelou?

E depois que as massas se esquecerem da bunda de Paolla e da identidade de Melgaço, certamente outros assuntos surgirão para alienar os desavisados que se gabam por não discutir ou por não gostar de política, como também surgirão assuntos políticos que, ao invés de serem debatidos em sua essência, apenas alimentarão a guerra dos “idiotas úteis” contra seus oponentes.



## **Um convite a misericórdia**

*[Texto publicado em 08/12/2015]*

Nesta terça-feira, dia 08 de dezembro, o papa Francisco dá início oficialmente ao chamado Ano Santo, quando todo o catolicismo é chamado a aprofundar-se na sua espiritualidade. O Ano Santo que se inicia neste dia 08 tem como tema a “misericórdia”. O papa Francisco, assim, convida os católicos a se relacionarem com a misericórdia divina e a praticarem o que o catolicismo chama de “obras de misericórdia”: atender famintos, peregrinos, presos e doentes em suas necessidades; dar bons conselhos; perdoar os ofensores; entre outras. No entanto, o próprio papa Francisco enfatiza que este período (Ano Santo) deve ser também de diálogo com as demais tradições religiosas ao redor do mundo.

Mesmo sendo algo voltado principalmente ao mundo católico, o evento do Ano Santo consagrado a misericórdia é um convite a todos os que, independente de ter ou não uma religião e de crer ou não em divindades, percebem um mundo cada vez mais assolado por guerras, terrorismo, fome, disputas de poder e tantas outras catástrofes que afetam negativamente a humanidade. E como o papa Francisco, com seus discursos voltados ao diálogo e a vivência do amor, vem ganhando a empatia de muitos não-católicos, a abertura do Ano Santo dirigido a misericórdia acaba por chamar a cada pessoa a dirigir seu coração para as misérias do mundo atual e agir em prol da superação destas misérias.

Na verdade, independente do seu credo religioso ou do fato de crer ou não na existência de deus ou deuses, todos sentimos a urgência de se pensar misericordiosamente nos refugiados, nos discriminados, nas crianças pobres, nos perseguidos em conflitos e em tantos outros grupos que precisam da ajuda de pessoas de boa vontade.

O Ano Santo da Misericórdia é um evento que extrapola os limites do catolicismo para nos fazer refletir e agir com relação aos que são obrigados a fugir de seus países em meio a guerras; aos que são perseguidos por motivação religiosa (no Oriente, por serem cristãos ou muçulmanos tidos como “moderados”; no Brasil, por serem umbandistas e candomblecistas; entre outros vários exemplos); aos que são discriminados e sofrem violências psicológicas e físicas por serem estrangeiros, negros, mulheres, homossexuais e pobres; aos que mais sofrem com a corrupção e a falta de serviços que lhes atendam as necessidades mais básicas.

E quando se trata de olhar por todas estas pessoas, é imperioso que se deixe de lado questões ideológicas, que não se sobreponha o direitismo ou o esquerdismo, que não se acentuem conflitos de ordem política, pois os mais necessitados precisam apenas de misericórdia e ação. Inclusive, há que se enfatizar isto: misericórdia sem ação é algo vazio e hipócrita. Voltar o coração para as misérias humanas em todos os seus aspectos exige de cada um postura e atitude!

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **Você realmente defende a família tradicional?**

*[Texto publicado em 18/10/2016]*

As organizações familiares vem se diversificando ao longo do tempo, mas ainda assim há quem levante a bandeira da "família tradicional". No entanto, é importante se questionar: o que é a família tradicional e quem a compõe?

Este questionamento pode ser iniciado a partir de um livro de cunho educacional e religioso. Na obra "Mitos da Educação Adventista", George Knight (2010), ao abordar as transformações na educação e nos arranjos familiares, questiona aqueles que defendem o modelo de pai, mãe e filhos como sendo a família tradicional, e para justificar este questionamento ele coloca como contraponto a organização familiar anterior a Revolução Industrial, quando normalmente vários parentes viviam sob o mesmo teto (pai, mãe, filhos, sogra, primos, "agregados", etc).

Este breve texto não intenciona questionar a ideia de família defendida como sendo a "tradicional", mas repete e estende o questionamento: para você, o que é a família tradicional? Uma simples análise da configuração familiar predominante antes da Revolução Industrial, em comparação com a atual configuração defendida como "família tradicional", nos leva a concluir que a ideia de família é uma construção social, ou seja, as formas de organização familiar podem mudar conforme a época, a situação econômica, a cultura de cada grupo social, etc. Assim, o uso da expressão "família tradicional" fica um pouco esvaziado ao se referir a um modelo que ficou predominante na cultura ocidental somente após a Revolução Industrial.

Brabo (2006) afirma que, antes da Revolução Industrial, "casas e famílias eram empreendimentos 'abertos'", ou seja, não havia o ideal de privacidade que protege o núcleo familiar (pai, mãe e filhos) do mundo "externo". Além disso, o próprio arranjo familiar não tinha o núcleo como referência, mas comportava avós, primos, empregados, etc., e a organização familiar tendia a girar em torno do ofício exercido pelo chefe da família, segundo atesta Ariès (1986, p. 196) ao falar da organização familiar medieval. Este arranjo sobrevive até o século XVIII e passa a sofrer maiores transformações a partir da Revolução Industrial, quando a nova organização da produção faz os chefes de família terem de buscar melhores oportunidades nas fábricas e a privacidade tende a ganhar relevância como sendo o "refúgio" do trabalhador que esteve fora de casa o dia todo.

Neste momento, a mulher, no papel de mãe, torna-se cada vez mais a "dona de casa" que deve educar os filhos; até então, os filhos eram educados também pelo pai, visto que este muitas vezes trabalhava em casa, e/ou pelos parentes. Ariès (1986, p. 226), ao citar a educação em sociedades não-latinas (a inglesa, por exemplo), aponta que crianças normalmente não criavam laços afetivos com seus pais por serem entregues a parentes que os educariam profissionalmente. Esta situação muda, segundo Araújo (2002, p. 100-101), entre os séculos XVI e XVIII, quando, aos poucos e a partir das classes mais abastadas, se vai desenvolvendo o sentimento familiar em torno do modelo "pai - mãe - filhos", ao mesmo tempo em que também se valorizam os desejos de intimidade e privacidade.

Com a Revolução Industrial, a família passa a ser dividida no cotidiano: o pai trabalhando fora de casa, a mãe em casa e o filho na escola, segundo Santana, Oliveira e Meira (2013). Já Rocha, Cury e Rocha (2015, p. 244-245) destacam outro ponto de vista: os casos em que mulheres e crianças também passam a ir para as fábricas na medida em que a pobreza exige o trabalho de todos os membros da família para a sobrevivência. Seja qual for o ponto de vista a ser apontado, o fato é que divide-se mais intensamente a vida pública da vida privada ou o "mundo produtivo" do "mundo doméstico" (lembrando que, anteriormente, a casa era também o espaço de trabalho do chefe de família, dos seus filhos e parentes). Aqui temos a redução da família até termos apenas o núcleo; segundo Santana, Oliveira e Meira (2013), "esta nova

organização da casa na modernidade e a modificação dos costumes e relações afetivas proporcionaram uma maior intimidade a esta 'nova família' composta por pais e filhos, não incluindo mais os amigos, clientes e criados". Portanto, somente com as transformações advindas da Revolução Industrial é que temos a predominância do modelo familiar chamado de "tradicional" atualmente.

O modelo de família baseado na organização "pai - mãe - filhos" é chamado de "tradicional" especialmente por religiosos e conservadores, e vem sendo defendido em nosso país por grupos ligados a eles e políticos que representam estes grupos (Campos, 2016), inclusive com a inserção, no projeto de lei que propõe o Estatuto da Família (Ferreira, 2013), do conceito de família como sendo a "união entre um homem e uma mulher". No entanto, aqui cabe uma questão: o que os defensores da ideia de "família tradicional" entendem por "tradicional"? Aliás, o que é "tradicional"?

Silva e Silva (2006), ao analisarem os conceitos de "tradição", citam Weber ao afirmarem que as tradições "são atitudes que os indivíduos tomam em sociedade e são orientadas pelo hábito, pela noção de que sempre foi assim". Se tomarmos apenas esta ideia weberiana abordada por Silva e Silva, já poderíamos dizer que o termo "tradicional" não se aplicaria ao modelo familiar defendido por conservadores e religiosos, a partir da constatação de que o modelo "pai - mãe - filhos" nem sempre foi vivenciado como é defendido como ideal para os dias atuais. Vimos que este modelo é bastante recente, ainda mais se o colocarmos diante de toda a caminhada histórica da humanidade. No entanto, Silva e Silva também mencionam Dominique Wolton para citar sua ideia de que a tradição também pode ser aprendizagem ou reapropriação, isto é, as tradições podem evoluir e se transformar de acordo com o surgimento de novas necessidades sociais. Partindo desta ideia, ainda assim teríamos dúvidas em utilizar o nome "tradicional" para o modelo "pai - mãe - filhos", visto que não foi o modelo familiar em si que se transformou, mas o que houve foi um arranjo familiar (o que é chamado de "tradicional") se sobrepondo a outro que até então era predominante (parentes e empregados vivendo juntos e praticando ofícios comuns em uma grande proximidade da vida privada com a pública).

Considerando todo o exposto até aqui, pode-se falar, então, em uma mudança na forma de se nomear o modelo familiar defendido por religiosos e conservadores, substituindo a expressão "família tradicional" por "família nuclear". Esta ideia de família nuclear é explorada e abordada normalmente considerando seu conceito como sendo a organização da família baseada em um núcleo que envolve o pai, a mãe e os filhos (Encyclopaedia Britannica, s/d). Azevedo (1947) vai mais longe e define a família como "núcleo miniatura da sociedade", ou seja, ela carrega em seu núcleo (pai - mãe - filhos) os valores e princípios que devem ser também os da sociedade.

Portanto, o discurso da defesa de uma "família nuclear" seria, para religiosos e conservadores, mais acertado do que a defesa de uma "família tradicional", considerando que esta expressão não se aplica ao modelo nuclear, visto que nem sempre foi o predominante na "sociedade cristã europeia ocidental pré-industrial" (assim como em outras sociedades ao redor do mundo e ao longo da História).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Cláudia Valéria Furtado de Oliveira. *Pai, mãe e filho - reflexões sobre família e educação na modernidade*. Revista Estilos da Clínica, vol. 7, nº 12, 2002, p. 100-111. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/estic/article/viewFile/61123/64123>> Acesso em: 15 out.2016.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 2ª ed.

AZEVEDO, Aldo M. *Por que eu não sou comunista?* Revista Serviço Social, ano VII, nº 44, São Paulo, 1947.

BRABO, Paulo. *A família entrincheirada e a invenção da privacidade*. Disponível em: <<http://www.baciadasalmas.com/a-familia-entrincheirada-e-a-invencao-da-privacidade/>> Acesso em: 16 out.2016. Publicado em: 22 mar.2006.

\_\_\_\_\_. *A família pré-industrial*. Disponível em: <<http://www.baciadasalmas.com/a-conturbada-historia-da-familia/>> Acesso em: 14.out.2016. Publicado em: 01 fev.2006.

CAMPOS, Ana Maria. *"Família é pai, mãe e filhos", diz Sandra Faraj (SD), entrevistada do CB. Poder*. Disponível em: <<http://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/familia-e-pai-mae-e-filhos-diz-sandra-faraj-sd-entrevistada-do-cb-poder/>> Acesso em: 16 out.2016. Publicado em: 04 jan.2016.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. *Nuclear family*. Disponível em: <<http://global.britannica.com/topic/nuclear-family>> Acesso em: 18 out.2016.

FERREIRA, Anderson. *Projeto de Lei 6583/2013*. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761&filenome=PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filenome=PL+6583/2013)> Acesso em: 16 out.2016.

KNIGHT, George R. *Mitos na educação adventista: um estudo interpretativo da educação nos escritos de Ellen G. White*. Trad. Ana M. M. Schaffer e Fernanda C. de Andrade Souza. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress- Imprensa Universitária Adventista, 2010.

MARIANO, Ana Beatriz Paraná. *As mudanças no modelo familiar tradicional e o afeto como pilar de sustentação destas novas entidades familiares*. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/ana-beatriz-parana-mariano.pdf>> Acesso em: 16 out.2016.

ROCHA, Jamile Simão Cury Ferreira; CURY, Paulo José Simão; ROCHA, Rodrigo Ferreira. *Breve ensaio sobre família: da Pré-História à contemporaneidade*. Revista Jus Populis, n. 1, v. 1, jan/jun 2015, p. 243-268. Disponível em: <[revistadigital.unibarretos.net/index.php/JusPopulis/article/download/46/47](http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/JusPopulis/article/download/46/47)> Acesso em: 14 out.2016.

SANTANA, Vagner Caminhas; OLIVEIRA, Daniel Coelho de; MEIRA, Thiago Augusto Veloso. *Novos arranjos familiares: uma breve análise*. Revista Digital EFDeportes, Ano 17, nº 177, Buenos Aires, fev.2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd177/novos-arranjos-familiares-uma-breve-analise.htm>> Acesso em: 16 out.2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006. Verbete "Tradição". Disponível em: <[http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito\\_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf](http://www.igt.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/conceito_TRADI%C3%87%C3%83O.pdf)> Acesso em: 16 out.2016.

# Educação





## **Idas e vindas nas relações entre o aluno e o conhecimento**

*[Texto publicado em 09/10/2015]*

Os tempos atuais têm sido de muitas informações disponíveis aos alunos de nossas escolas. Eles chegam a escola já tendo acesso a um mundo de informações que possibilitam saber de tudo o que se passa. No entanto, é também visível o cada vez maior desinteresse dos alunos pela escola, mesmo sendo esta um espaço privilegiado de interação com as informações para formar conhecimento. Na verdade, sobre isto devemos fazer algumas considerações.

A primeira delas está no caráter estrutural da escola. Sem exageros, é possível imaginarmos um professor do século XIX viajando no tempo e se sentindo razoavelmente a vontade em muitas das escolas atuais, do ponto de vista da estrutura escolar muito presa ao quadro, carteiras enfileiradas, uso de livros, entre outros aspectos. Enquanto nossos alunos acessam a internet e utilizam cada vez mais aparelhos eletrônicos para se comunicarem e terem acesso a informações, muitas escolas ainda seguem o tradicional esquema da aula expositiva com quadro e giz e presa a um manual didático, com o professor ora falando, ora tentando controlar os alunos para que fiquem disciplinados (ou “calados”, como quiserem). Para que este quadro se reverta, não é preciso nenhum ato revolucionário, mas o primeiro passo seria o professor passar a utilizar com mais frequência tecnologias que auxiliem na dinamização das aulas (claro que não podemos esconder que isto depende da disponibilização de tecnologias da parte dos sistemas de ensino, sejam eles públicos ou privados, afinal não se pode cobrar do professor algo que ele não possa fazer por não ter respaldo e suporte do sistema para o qual trabalha).

A segunda consideração tange a postura que muitas pessoas têm em relação ao conhecimento. É comum ouvir de alunos a seguinte pergunta: “Para que serve isto?” Esta questão mostra que o conhecimento é visto apenas por seu caráter utilitário e não como algo bom em si mesmo e que, mesmo não tendo aplicações práticas imediatas no cotidiano do aluno, vale como enriquecimento cultural e fator de auxílio em processos como raciocínio e desenvolvimento de pensamento crítico. O conhecimento visto apenas por seu lado utilitário imediato deve ser combatido pelos professores e substituído, aos poucos, por uma visão de conhecimento como agente de crescimento intelectual, pessoal e consciencial.

Outra consideração a ser feita é que não precisamos, enquanto professores, nos desgastar em argumentos longos e diversificados para convencer o aluno da importância do conhecimento. Já há 2000 anos, o filósofo romano Caio Musônio falava da desnecessidade de muitos argumentos para expor uma ideia ou convencer alguém de algo a ser atingido. Para ele, pessoas de mente aberta se convencem com poucos (mas suficientes) argumentos, enquanto pessoas de mente fechada não se convencem nem com inúmeros argumentos. No caso de jovens, Musônio propunha também que fossem educados a maneira espartana. Obviamente, nos tempos atuais não se aplicam mais os métodos de educação da antiga cidade de Esparta, mas ainda é imperativo que nossos alunos desenvolvam, desde a infância, a organização e a disciplina pessoais como formas de aprender o valor do conhecimento e do estudo. Em uma sociedade hedonista e imediatista, professores devem ser mediadores para que os alunos aprendam que o conhecimento é algo a ser valorizado por aquilo que ele mesmo é e que o conhecimento é adquirido através da interação com as informações disponíveis, dando-se isto através do estudo, que exige tempo, organização, disciplina pessoal, paciência e que não é prazeroso a todo tempo (pelo menos não como muitos alunos esperam que seja prazeroso, ou seja, “mastigado” e sempre de fácil entendimento).

Analisando as considerações feitas até agora, temos um panorama do que se pode, inicialmente, fazer para atenuar problemas nas escolas e despertar nos alunos o gosto pelo estudo: trazer cada vez mais as tecnologias modernas para dentro do espaço escolar e das



## **Pensando um pouco sobre escolas particulares e públicas**

[Texto publicado em 21/07/2017]

Este texto é mais uma reflexão de um professor do que uma fria exposição de dados estatísticos com análises quantitativas e qualitativas. Claro que se recorre a dados para embasar ideias, mas a intenção é integrá-los a algo maior: refletir sobre a qualidade da educação atual em nosso país pensando o prisma da suposta superioridade qualitativa das escolas privadas em relação às públicas. Como já dito no início, é uma reflexão de um professor que transita entre mundos escolares diversos e vai observando tendências, sistemas, práticas e mentalidades dentro destes mundos.

Oliveira (2016) aponta uma crise geral na educação brasileira, afetando tanto as escolas públicas como as privadas, de modo que "os alunos das melhores escolas particulares brasileiras não atingem o nível dos alunos medianos de redes públicas em países desenvolvidos". Esta crise no sistema educacional brasileiro pode ser melhor analisada e entendida na obra *O professor refém*, de Tânia Zagury, onde ela expõe mitos e fatos sobre o atual cenário educacional brasileiro, baseando-se em pesquisa científica e oferecendo um panorama realista a respeito do que ocorre em nosso país quando se trata de educação escolar. Apesar desta crise, porém, é possível ver alguns pontos em que, atualmente, as escolas privadas têm se sobressaído às públicas.

O primeiro ponto refere-se a forma como as escolas privadas, em relação às escolas públicas, podem lidar melhor com seus alunos. Resumindo: a escola pública tem maior heterogeneidade que a privada, ou seja, tem um público muito mais diverso em quesitos econômicos, sociais, religiosos, culturais, entre outros, o que dá à escola pública maior complexidade na mediação de conflitos, na diversificação metodológica da prática docente, na busca por solução de problemas internos, etc., enquanto a escola privada, sendo menos complexa por ser menos heterogênea, pode padronizar melhor as resoluções de problemas e conflitos, estreitar o leque de possibilidades metodológicas no ensino, entre outros comportamentos.

Um segundo ponto toca no quesito seletividade. A escola pública, justamente por ser pública, não pode recusar alunos; Grilo e Kuhlmann (sem data) analisam a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para destacar que toda criança e adolescente deve permanecer na escola e esta não pode impedir o acesso à educação escolar. Já as escolas privadas, por exemplo, não são obrigadas a renovar a matrícula de alunos inadimplentes (Ribas, sem data), além da seletividade que ocorre pelo simples fato da escola não receber alunos cujos pais não concordam com a filosofia adotada pela mesma (neste caso, a escola não seleciona escolhendo quem entra e quem não, mas sua filosofia acaba sendo um fator selecionador de alunos na medida em que é aceita ou não pelas famílias destes potenciais alunos<sup>33</sup>).

O terceiro ponto que podemos analisar diz respeito às metodologias e práticas dentro dos ambientes escolares. Instituições públicas e privadas são cada vez mais envolvidas por discursos pedagógicos que enfatizam a afetividade nas relações entre professor e aluno, a valorização de uma educação que construa cidadãos plenos (ou seja, não só futuros trabalhadores, mas também agentes de transformação social) e a consideração de fatores sociais, culturais e emocionais como pontos importantes ao se avaliar o desempenho de um aluno. Estes discursos são cada vez mais assumidos por professores e gestores que contam com uma sempre mais volumosa base intelectual e literária (podemos citar, por exemplo, Paulo Freire e Mário Sérgio Cortella, expoentes brasileiros em assuntos ligados a educação).

---

<sup>33</sup> Apenas a título de exemplos, podemos citar casos de pais evangélicos que não matriculariam seus filhos em escolas católicas ou pais que preferem uma educação tradicional e que, portanto, não matriculariam seus filhos em escolas de práticas construtivistas.

No entanto, podemos notar uma diferença no trato das escolas privadas e públicas em relação a tais discursos que cada vez mais se avolumam nos cursos de formação de professores e nos ambientes escolares. Os sistemas públicos, por exemplo, na ânsia de enraizar práticas voltadas à cidadania e à formação para a transformação social, acabam por fazer o que Pierluigi Piazzini (2009) aponta como evitar o conteudismo retirando os conteúdos, ou seja, não estariam dando o devido valor à formação acadêmica ao desfocar o ensino de conteúdos que, mesmo não tendo aplicação prática no cotidiano, ainda assim são importantes como conhecimentos que instrumentalizam o aluno para ingressar no ensino superior e no mercado de trabalho. Enquanto isso, as instituições privadas enfatizam mais a formação acadêmico-intelectual, podendo ser isto notado nos conteúdos das apostilas das redes de ensino, na frequência com que as escolas privadas fazem simulados (especialmente os alunos do Ensino Médio), entre outras práticas.

Os três pontos apresentados acima são realidades que este autor observa nos anos de prática docente, leituras e estudos. Junto a estas realidades, vêm alguns olhares sobre necessidades das escolas públicas e sugestões para melhorias (onde estas sugestões forem cultural e legalmente possíveis).

Sobre o primeiro ponto acima exposto, a maior heterogeneidade das escolas públicas não constitui um defeito destas, embora percebamos que as escolas privadas conseguem lidar melhor com seu público dada a menor complexidade deste (ou seja, menos diferenças e menores distâncias sociais, econômicas, culturais, etc). No caso da maior diversidade entre os alunos das escolas públicas, estas podem diminuir seus "fardos" das mediações de conflitos e resoluções de outras situações-problema na medida em que fazem com que as famílias dos alunos se aproximem sempre mais da escola e se sintam também responsabilizadas pela educação de crianças e adolescentes. Apesar desta presença maciça e próxima das famílias ser considerada uma utopia por grande parte dos profissionais da educação, as escolas públicas podem, quando necessário, lançar mão de meios legais<sup>34</sup> para garantir a presença familiar e evitar que a escola se veja obrigada a assumir atribuições que são dos pais ou responsáveis.

Em relação ao segundo ponto acima exposto, não se quer aqui, de forma alguma, insinuar que as escolas públicas seriam melhores se selecionassem alunos, mas trazer à luz esta realidade que as diferem das escolas privadas. Mesmo não podendo fazer nenhum tipo de seleção de alunos, as escolas públicas podem elevar-se em qualidade se seguirem o caminho que será sugerido para o terceiro ponto.

Referente ao último ponto mostrado, também não se quer aqui insinuar que as escolas públicas deixem de lado reflexões e práticas que incluam a afetividade, a educação para a cidadania e a valorização de múltiplos fatores na avaliação dos alunos; mas que, mantendo tais características, as práticas escolares foquem com mais veemência os conteúdos que realmente darão base acadêmica e intelectual aos alunos! Se estes não manifestam interesse, que lhes sejam cada vez mais mostradas as necessidades de formação acadêmico-intelectual em um mundo que urge por pessoas qualificadas! Se ainda assim os alunos não se comprometerem com os estudos, que as escolas busquem sem cessar a maior participação das famílias (já foi dito aqui que, se necessário, se usem mais forçosa e repetidamente os meios legais para tal). Da parte dos professores, obviamente espera-se excelência na qualificação profissional. Sabemos que, devido a vários fatores, a formação básica e continuada dos professores é deficiente e não podemos culpá-los por aquilo que deveria ser oferecido por instituições de ensino e secretarias de educação, mas também é preciso fomentar ainda mais nos professores as possibilidades de busca por mais conhecimentos (para isto temos, por

---

<sup>34</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo, se profundamente estudado e aliado a parceria entre escola, promotoria pública e Conselho Tutelar, é um instrumento que compromete os pais ou responsáveis a participarem efetivamente da vida escolar dos jovens.





# Ensino de História

## **Abordagem sobre mitos africanos na escola**

*[Texto publicado em 18/10/2015]*

A edição número 286 da revista Nova Escola (outubro de 2015) traz uma interessante sugestão pedagógica para a Educação Infantil. A sugestão consiste na contação de histórias de origem africana e no posterior desenvolvimento de atividades que interajam as crianças com este mundo mitológico tão diversificado.

A proposta da revista é totalmente válida no sentido de abrir às crianças um mundo diferente daquilo a que elas estão acostumadas, ainda mais se considerarmos que as crianças que entram na Educação Infantil têm a família como o primeiro, principal e muitas vezes único referencial cultural, tornando a contação de histórias (não só mitos africanos, mas quaisquer histórias) uma abertura privilegiada a vários mundos culturais. Além disso, o que é proposto na revista Nova Escola vem ao encontro da lei 10639/2003 que, apesar de estabelecer o trabalho com a história e cultura africanas apenas nos Ensinos Fundamental e Médio, faz a Educação Infantil refletir e assumir também para si a responsabilidade de introduzir os alunos nos elementos formadores da sociedade e da cultura no Brasil.

No entanto, a proposta de contação de histórias africanas na Educação Infantil permite algumas considerações a respeito dos entraves para que ela aconteça com qualidade. O primeiro entrave é a formação acadêmica do professor, que muitas vezes não têm bases metodológicas, históricas e culturais satisfatórias para lidar com a diversidade cultural africana e explorá-la em sala de aula a favor da aprendizagem. Por bases metodológicas, entenda-se conhecimentos que permitam tratar de temáticas africanas de forma lúdica sem deixar de dar atenção aos estereótipos que devem ser evitados na formação da visão dos alunos sobre a África; por bases históricas e culturais, entenda-se conhecimentos básicos que um professor precisa ter ao abordar temáticas africanas (povos, crenças, contextos sociais e culturais, etc).

O segundo entrave é a formação religiosa e escolar do professor e dos alunos. Não podemos fechar os olhos para os vários casos de intolerância e os vários preconceitos em relação a elementos culturais africanos. Isso se deve, muitas vezes, a uma formação escolar onde a África é apresentada com estereótipos ou a uma formação religiosa que combate e “demoniza” o que vem da cultura africana. Os estereótipos sobre a África são formados na medida em que o aluno passa a acreditar que o continente só tem miséria e guerras e na medida em que o professor aborda o continente africano de maneira rasa sem levar em conta que a África é um continente (acredite: há alunos que crescem achando que a África é um só país) e que tem diferenças culturais e sociais imensas. Já a demonização ocorre quando rituais e tradições religiosas diferentes do que acreditamos passam a ser vistos como “obras do demônio” e como ameaças que devem ser combatidas belicamente em nome do deus que adoramos (seja ele qual for). Estes dois fenômenos (estereótipos e demonizações) constituem obstáculos imensos ao ensino de temáticas africanas na escola.

Está mais do que na hora de nossos professores, independente da formação que tiveram em vários níveis (acadêmica, religiosa, cultural, etc), abram-se às possibilidades de ensinar os alunos a enxergar e respeitar as inúmeras diversidades presentes na sociedade brasileira (não se está falando aqui em concordar, mas apenas em enxergar e respeitar), a fim de que aos poucos possamos ver uma sociedade mais tolerante, mais respeitosa e mais combativa contra as violências e intolerâncias que ainda vicejam atualmente.

### **RECOMENDAÇÃO DE LEITURA:**

Revista Nova Escola, Fundação Victor Civita, ano 30, nº 286, out.2015, p. 38-40 (“Debaixo da árvore, histórias e mitos”).

## **Adaptação da obra Divina Comédia**

*[Texto publicado em 25/10/2017]*

### Cena 1

Cenário imitando o inferno. Um homem entra andando como se estivesse perdido, olhando para todos os lados. Ele encontra um outro homem, de pé, parado a sua frente.

DANTE (dirigindo-se ao homem parado): Não sei o que faço. Não sei como vim parar aqui!

VIRGÍLIO (parado e sereno): Acalme-se, Dante! Ajudarei você a percorrer o caminho que vai tirá-lo daqui.

DANTE (surpreso): Como sabe o meu nome?

VIRGÍLIO: Beatriz, tua amada que infelizmente faleceu, veio pedir-me ajuda para te guiar no caminho até a saída do inferno. Eu sou Virgílio, o poeta romano que você tanto lê.

DANTE (sorrindo): Beatriz, mesmo morta, ainda me ama e me ajuda? Então, vamos! Sigamos nosso caminho!

VIRGÍLIO: E que Deus nos ajude! Na entrada deste lugar há uma placa que diz: "Abandonai toda a esperança, vós que entraís". Mas nós podemos ser movidos pela esperança.

(Os dois caminham até encontrarem um condenado diante de um juiz)

MINOS (dirigindo-se ao morto): Eu, Minos, juiz do inferno, determino que você vá para o sétimo círculo, onde os violentos contra o próximo são punidos com o eterno afogamento no sangue daqueles que sofreram as violências.

MORTO (desesperado): Não, Minos, por favor, não faça isto comigo! (Vem um demônio e o pega pelo braço, retirando-o de cena)

MINOS (dirigindo-se a Dante): E vocês? O que querem?

DANTE: Passar e ir embora.

(O demônio que levou o morto volta à cena)

DEMÔNIO (rindo): Daqui ninguém vai embora!

VIRGÍLIO: Ele ainda não morreu.

DEMÔNIO: Oras, então realmente vá embora!

MINOS (dirigindo-se a Dante): "Tu, que entras no asilo da dor, vê bem em quem confias e como entras aqui. É fácil de entrar, mas não te enganes".

(Minos e o demônio saem de cena. Dante e Virgílio andam um pouco mais e vão conversando)

DANTE (reflexivo): Como são os outros círculos do inferno?

VIRGÍLIO: Em cada círculo são punidos pecadores conforme o pecado que cometeram. Há círculos para os violentos, os gulosos, os gananciosos, os sedutores, entre outros. O pior círculo é o último.

DANTE (curioso): Por quê?

VIRGÍLIO: Ali são punidos os traidores. Eles são presos em um lago de gelo, onde são castigados pelo próprio príncipe dos demônios.

DANTE (assustado): Vamos depressa! Preciso encontrar a saída!

(Andando um pouco mais, os dois veem uma saída)

VIRGÍLIO: Dante, eis a saída. Logo a frente você entrará no paraíso, mas eu não poderei te acompanhar e terei de voltar ao lugar onde vivo. Foi muito bom estar com você!

DANTE (triste): Até um dia, meu amigo!

(Dante e Virgílio se abraçam e cada um sai para um lado)

(Troca de cenário)



## **Adaptação da peça teatral renascentista Auto da Barca do Inferno**

*[Texto publicado em 25/10/2017]*

### Cena 1

Um rio corta o cenário, tendo a beira dele dois personagens: um anjo e um demônio, cada um ao lado de um barco à margem do rio.

Chega um fidalgo para se apresentar aos personagens.

FIDALGO: O que estou fazendo aqui?

DEMÔNIO (rindo alto): Oras, você morreu!

FIDALGO (surpreso): Eu? Você está enganado! Aliás, quem é você?

DEMÔNIO: Sou o demônio, o encardido, o satanás, o coisa-ruim, o que fede enxofre, o danado...

FIDALGO (se afastando, assustado): Credo! Sai pra lá, bicho feio! (o fidalgo vê o anjo e pergunta) E você, quem é? Diga o que está acontecendo!

ANJO (sereno e sorrindo): Sou um anjo e você morreu!

FIDALGO (irritado): Mas como eu morri? Eu só posso estar louco e me internaram!

ANJO: Você não está louco! Lembre-se: para morrer, basta estar vivo! Você estava vivo e morreu!

FIDALGO (pasma): Céus! O que eu fiz pra merecer isso? Eu tinha tanta coisa pra fazer e pra viver! Bom, mas já que eu morri, então eu vou para o meu merecido descanso no céu. (e começa a andar na direção do anjo)

ANJO (barrando a passagem do fidalgo): Onde pensa que vai?

FIDALGO (rindo): Oras, para o céu! Lá é o lugar de pessoas como eu!

DEMÔNIO (rindo alto): Pessoas como você? Então venha comigo, pois o teu lugar é o inferno!

FIDALGO (irritado e olhando para o anjo): Eu vou bater naquele chifrudo! E se você não deixar eu ir para o céu, seu anjo de meia pataca, vou te mostrar com quantas penas se faz uma asa!

ANJO: É duro admitir, mas o demônio desta vez está certo. Você vai para o inferno.

FIDALGO (bravo): Quero um advogado!

(Entra mais um anjo e mais um demônio)

ANJO 2 (sereno e sorrindo): Aqui não temos serviços de advocacia, meu caro. As ordens superiores determinaram que você deve ir para o inferno.

FIDALGO: Mas o que eu fiz?

(O outro demônio puxa um rolo de papel que vai até o chão quando é esticado)

DEMÔNIO 2: Você simplesmente descumpriu todos os 10 mandamentos da Bíblia, os 5 mandamentos da Igreja, além de seguir totalmente ao contrário o que teu padre dizia nas missas.

FIDALGO (surpreso): Mas como segui ao contrário? Sempre fui modelo! Doei dinheiro aos pobres e ajudei na reforma da igreja.

ANJO 2: Sim, mas você deu dinheiro roubado e ajudou na reforma dando material de péssima qualidade. Lembra que a igreja caiu um ano depois?

(Entra um terceiro demônio, rindo alto)

DEMÔNIO 3: Acabei de pegar na caixa de correspondências: são orações em favor deste traste!

FIDALGO (bravo): Vou te mostrar quem é o traste! (E se virando ao primeiro anjo) Está vendo? Eu devo entrar no céu, pois tem pessoas rezando por mim lá na terra.

DEMÔNIO 3 (rindo): E acha que isso vale alguma coisa quando você teve a vida que escolheu ter?

ANJO 2: Você roubou dinheiro enquanto governava a vila, enganou a esposa durante muito tempo, usou o nome de Deus para fazer maldades, roubou a fortuna de seu pai e era ganancioso! Como acha que entra no céu assim? Vai pensando aí enquanto eu recebo aquele outro morto que vem aí.

### Cena 2

Mesmo cenário. Todos os personagens juntos, com o fidalgo se recolhendo a um canto para observar o próximo morto.

Uma mulher bem vestida se aproxima.

MULHER (surpresa): Onde estou? O que aconteceu?

ANJO 2 (sereno): A senhora morreu!

MULHER (pasma): Mas como?

DEMÔNIO 1 (rindo): Morrendo, oras! Estava viva e morreu.

ANJO 1: A senhora está à margem do seu destino final. Ou vai para o céu comigo ou vai para o inferno com ele. (e aponta um demônio)

MULHER (sorrindo): Oras, mas é claro que vou para o céu! Ajudei muitas meninas!

DEMÔNIO 2 (rindo): Sei muito bem como ajudou estas meninas.

MULHER (irritada): Ajudei sim! Elas não tinham para onde ir!

DEMÔNIO 3: E daí a senhora deu-lhes lugares para irem: a casa do padre, a casa do juiz, a casa do padeiro e todas as casas onde homens estavam prontos para se divertirem com suas mocinhas, né?

MULHER (nervosa): Exijo um advogado!

(Entram em cena mais um anjo e mais um demônio)

ANJO 3 (sereno e sorrindo): Aqui não há advogados, minha senhora!

DEMÔNIO 4 (rindo): O último advogado que passou por aqui foi direto para os braços do diabo! E vamos logo, pois teu lugar te espera! Mas, antes, vem comigo. A punição já vai começar antes de entrar no barco.

(Este demônio pega a mulher pelo braço e ambos saem de cena)

### Cena 3

Mesmo cenário. Estão na cena três anjos e três demônios. O fidalgo volta ao centro da cena.

DEMÔNIO 1 (rindo): Pensou bem em tudo o que fez, né? Lembrou de tudo? Terá toda a eternidade para refrescar a memória! Aliás, refrescar não: queimar!

FIDALGO (desesperado): Permita-me voltar para falar com minha esposa! Dá-me mais uma chance! Ela está tão triste pela minha morte, pois me amava muito!

DEMÔNIO 2 (rindo alto): Amava? Está triste? Só que não, trouxão! Ela está feliz, curtindo a vida com o amante. Assim que te sepultou, foi correndo comemorar!

DEMÔNIO 3 (pegando no braço do fidalgo): Vamos depressa! O inferno te espera!

Os anjos vão para seu barco, enquanto os demônios conduzem o fidalgo até o outro barco. Entram mais um anjo e um demônio.

ANJO 4 / DEMÔNIO 5 (falando juntos): Faça o que tiver de fazer, pois não há volta para os que vêm a este lado! Seja o que tiver de ser, pois deste lugar para frente o que vier é definitivo!

## **O herói Tiradentes: representações e desconstruções**

[Texto publicado em 02/04/2018]

### **Sugestão de atividades para serem aplicadas e mediadas**

*Público alvo:* Alunos de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental

*Áreas do conhecimento envolvidas:* História, Arte e Língua Portuguesa

#### *Objetivos:*

- Aprofundar o conhecimento sobre Tiradentes e a importância dada a ele na história brasileira
- Discutir a construção do "herói" e suas representações nos livros e nas artes plásticas
- Perceber aspectos da Inconfidência Mineira (alcance do movimento, papel de Tiradentes, etc)

#### *Procedimentos:*

- Roda de conversa com o tema: "O que é um herói?" Nesta conversa, utilizando uma linguagem adequada a cada série em que se encontra o público alvo, o professor de História e de Língua Portuguesa motivará os alunos a se expressarem sobre o que pensam a respeito do heroísmo, da forma como pessoas podem ser elevadas à categoria de "heróis" ou "heroínas" e de como esses heróis podem ser representados tanto por via escrita quanto por vias oral, musical e imagética.

- Exibição do vídeo intitulado "Tiradentes", do canal Nerdologia (Youtube), cujo link será colocado ao final deste projeto. O professor de História, fazendo a mediação para que o conteúdo do vídeo seja compreendido por alunos de séries diferentes, analisará com os alunos, a partir das informações do vídeo, questões como o papel de Tiradentes dentro do movimento que queria a independência de Minas Gerais (e não a do Brasil) e a forma como Tiradentes foi alçado à condição de "herói nacional" pelos primeiros governantes após a proclamação da República.

- Análise de livros didáticos de diferentes épocas (conforme a disponibilidade dos mesmos na escola ou em arquivos da localidade em que se encontra a escola), com o professor de História mediando junto aos alunos uma comparação entre o que é abordado sobre Tiradentes em diversas épocas.

- Produção, da parte dos alunos, de manifestações artísticas diversas falando sobre Tiradentes e a construção e representação de seu "heroísmo". Esta atividade deverá ser feita com a presença e o auxílio dos professores de História, Arte e Língua Portuguesa, podendo os alunos produzirem poemas, músicas, paródias, pinturas, desenhos, histórias em quadrinhos, danças, teatros, entre outras manifestações que mostrem o que foi discutido a respeito de Tiradentes, do seu papel no movimento dos inconfidentes mineiros e das representações de sua figura e características heroicas nas artes em geral.

*Culminância:* Exposição artística com as produções dos alunos, estando aberta a toda a comunidade escolar.

*Cronograma e avaliação:* Podem ser planejados pelos professores envolvidos, considerando a realidade da escola e o andamento do programa de conteúdos.

#### *Links e leituras:*



## **"Professor, você é ateu?"**

*[Texto publicado em 14/04/2018]*

A pergunta que intitula este texto foi feita a mim outro dia por um aluno do Ensino Médio. E qual não foi a surpresa dele quando eu disse: "Sou católico"! O que motivou a pergunta foi a postura que tenho como historiador lecionando a alunos de escola pública, e é sobre esta postura que compartilharei este breve texto aos amigos e colegas historiadores.

Os currículos de História para o 6º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio normalmente preveem o ensino da História da Antiguidade Oriental (Mesopotâmia, Egito, Fenícia, Israel, Pérsia, Índia e China). Em especial no caso de Israel (e eventualmente quando se estuda Mesopotâmia, Egito, Fenícia e Pérsia), não se escapa de utilizar a Bíblia como documento histórico (a mesma também acaba sendo utilizada ou mencionada quando se estuda, por exemplo, o surgimento do islamismo, que teve o cristianismo e o judaísmo como bases doutrinárias, e as ideias por trás de eventos como o surgimento do cristianismo, o avanço da Igreja na colonização da América, a Reforma Protestante, etc).

Já sabendo da diversidade de crenças religiosas que normalmente encontro nas turmas onde leciono e ciente de que a maior parte desta diversidade é de igrejas cristãs (católica ou evangélicas), sempre lembro aos meus alunos que menciono a Bíblia em sala de aula apenas como documento histórico (ou seja, reflexo e produto das crenças e contextos de quem escreveu o livro e das épocas em que foi escrito) e que a sala de aula, nas aulas de História (aliás, em qualquer aula), não é espaço para debater a validade de dogmas ou a veracidade de relatos bíblicos (isto deve ser debatido nas igrejas, com auxílio de líderes religiosos, ou em alguma conversa informal fora do espaço e do horário de aulas).

Seguindo o que informo aos alunos (conforme o parágrafo anterior), tenho uma postura em relação ao trato com a Bíblia em sala de aula como quem não fosse de religião alguma, abordando os relatos bíblicos dentro do contexto do que é ensinado em sala de aula e sempre utilizando expressões como: "De acordo com o relato bíblico...", "Baseado no relato bíblico, os judeus / cristãos acreditam que...", "O relato bíblico é assim interpretado por...", "Os muçulmanos interpretam este relato de tal jeito, embora cristãos e judeus interpretem de tal jeito...". Esta postura, acredito eu, coloca a Bíblia como o que ela deve ser em uma sala de aula numa escola pública: um documento histórico (enquanto produto de um contexto social e cultural) a ser mencionado e trabalhado dentro de um contexto pedagógico no qual seja respeitada a diversidade de crenças religiosas (e também a opção pela não-crença).

Mesmo com todo este cuidado na prática em sala de aula, é preciso ter um "jogo de cintura" para situações nas quais queiram se levantar questionamentos de ordem dogmática ou teológica. Quando ministro aulas sobre a Mesopotâmia, por exemplo, costumo contar aos alunos o relato da Epopeia de Gilgamesh; toda vez que chego à parte da Epopeia que relata o dilúvio, alunos me falam: "Isto é parecido com o que está na Bíblia" e alguns chegam até a dizer: "Este livro copiou da Bíblia". E estes últimos ficam surpresos quando falo que as primeiras versões da Epopeia são 1500 anos mais antigas que os primeiros escritos bíblicos! Já ouvi casos em que, após esta surpresa, alunos quiseram me questionar sobre a veracidade da história de Noé e a falsidade da história de Ziusudra (Epopeia de Gilgamesh), visto que, segundo os alunos questionadores, o relato sobre Noé é "Palavra de Deus" e sobre Ziusudra menciona muitos "falsos deuses". Limite-me apenas a dizer que questões de ordem doutrinária ou dogmática deveriam ser perguntadas a um teólogo (seja ele de que religião for) e que crença religiosa (ou a ausência dela) é algo que cada um deve ter para si mesmo. A mesma resposta eu dou quando, ao ensinar sobre Reforma Protestante, explico as diferenças entre católicos, protestantes, evangélicos, ortodoxos e cristãos independentes (e sempre tem algum aluno para questionar qual "corrente" está certa em suas doutrinas; ou pior, às vezes aparece algum aluno taxando a própria crença como certa porque "está na Bíblia"). Também a



## Questões – 6º ano – Império Romano

[Texto publicado em 01/11/2016]

Aos amigos e colegas professores de História, fica a dica de questões sobre o Império Romano para alunos do 6º ano do Ensino Fundamental.

### QUESTÃO 1.

Assista o vídeo cujo link está abaixo:

[www.youtube.com/watch?v=ZXAhxmbGIsY](http://www.youtube.com/watch?v=ZXAhxmbGIsY)

Tendo assistido o vídeo, responda:

- Qual povo inspirou o modo romano de se organizar como cidade?
- A qual famoso conflito os romanos se referiam como sendo a sua origem?

### QUESTÃO 2.

O trecho a seguir foi tirado da Lei das Doze Tábuas, conjunto de leis romanas criado em 450 a.C. após conflitos entre patrícios e plebeus.

#### TÁBUA QUARTA

Do pátrio poder e do casamento

- É permitido ao pai matar o filho que nasceu disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos.
- O pai terá sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los.
- Se o pai vender o filho três vezes, que esse filho não recaia mais sob o poder paterno.
- Se um filho póstumo nascer até o décimo mês após a dissolução do matrimônio, que esse filho seja reputado legítimo.

(FONTE: <[www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/12tab.htm)>)

- De que forma, atualmente, podem ser tratadas as crianças deficientes (que os romanos chamavam de "disformes") em nosso país?
- Em sua opinião, como os filhos devem ser tratados no mundo atual?

### QUESTÃO 3.

Assista o vídeo cujo link se encontra abaixo. É uma cena do filme Asterix e Obelix contra César (1999). Mesmo as falas sendo em francês, o mais importante é atentar para a sequência de imagens na cena.

[www.youtube.com/watch?v=xMqabbqRDyo](http://www.youtube.com/watch?v=xMqabbqRDyo)

Cite pelo menos dois efeitos de humor da cena, ou seja, recursos que foram usados para torná-la engraçada.

### QUESTÃO 4.

A figura abaixo representa uma múmia encontrada em El-Fayoum (norte da África).



(FONTE: [br.pinterest.com/pin/230035493437551181/](https://br.pinterest.com/pin/230035493437551181/))

Repare que o rosto representa a pessoa que foi mumificada. Baseado no que estudamos ao longo do 6º ano, o uso da mumificação entre os romanos teve influência de qual povo?

#### QUESTÃO 5.

(Mackenzie) Leia o texto:

"Os homens que combatem e morrem pela Itália têm o ar, a luz e mais nada (...). Lutam e perecem para sustentar a riqueza e o luxo de outro, mas embora sejam chamados senhores do mundo, não têm um único torrão de terra que seja seu."

(Tibério Graco - Perry Anderson, PASSAGEM DA ANTIGÜIDADE AO FEUDALISMO, pág. 60)

#### **Os irmãos Tibério e Caio Graco, Tribunos da Plebe romana, pretendiam:**

- a) limitar a área de terras públicas (Ager Publicus) ocupadas por particulares e distribuir as mesmas aos cidadãos pobres.
- b) limitar a área de latifúndios e distribuir as terras públicas aos Patrícios.
- c) limitar o direito de cidadania romana aos habitantes do Lácio, Etrúria e Sabínia.
- d) limitar a excessiva expansão territorial derivada de uma prolongada política de conquista e anexação de terras.
- e) limitar a expropriação dos latifúndios e estabelecer propriedades coletivas.

**OBSERVAÇÃO:** O uso de questão do Mackenzie nesta série de exercícios vincula-se à minha própria experiência com os alunos no estudo sobre a Roma antiga, não sendo, portanto, exigência além daquilo que os alunos estudaram e discutiram em sala de aula.

---

---

---

## **Trabalho com mitos**

*[Texto publicado em 14 e 15/07/2015]*

Uma rápida pesquisa escolhendo mitos de diversos povos mostrará que, por mais diferenciados que possam ser entre eles, sempre haverá elementos em comum. Os mitos de judeus e sumérios, por exemplo, tem incríveis semelhanças quando fala da origem do homem e de episódios onde há intervenção divina na humanidade (o que explica este fenômeno, neste caso, é o fato dos judeus serem descendentes dos sumérios). Mesmo povos distantes podem ter características comuns em seus mitos, como por exemplo os diversos povos que falam da criação de homens a partir da palavra divina. Isto poderia nos levar a pensar na possibilidade de estes mitos terem uma origem comum que só com o passar de milênios foi se diversificando em seus personagens, cenários e ações.

Para o professor de História, é muito interessante trabalhar esta ideia com os alunos. Primeiro, porque é fundamental trabalhar a multiplicidade de visões de mundo junto a alunos que também trazem consigo visões múltiplas sobre a realidade. Segundo, porque é necessário "fugir" de uma História puramente cronológica e factual. Terceiro, porque em um mundo globalizado é importante a valorização das diversas culturas e de suas manifestações.

Dada esta justificativa inicial, no próximo artigo será explanada uma sugestão de como o professor pode trabalhar com mitos em salas de aula apontando suas características comuns, as bagagens culturais dos povos que os contam e as possibilidades que os mitos oferecem para o trabalho docente até mesmo em outras áreas do conhecimento (Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, etc).

Em um trabalho com mitos, é muito importante definir junto aos alunos o conceito de mito, e definir isto de maneira profunda, mostrando como o mito foi pensado ao longo da História e apontando o mito como algo que não pode ser simplesmente reduzido às qualidades de "verdade" ou "mentira". Em um primeiro momento, portanto, o professor pode analisar com os alunos a definição de mito a fim de que possam todos desenvolver melhor os passos seguintes. Esta definição do conceito também se faz necessária para que, a posteriori, não haja maiores problemas quanto a diversidade dos alunos. Sabemos que nosso país é diverso em manifestações religiosas e que nem todos são tolerantes ou respeitosos com aqueles que creem ou pensam diferente.

O trabalho com mitos pode envolver as áreas de Língua Portuguesa e de Arte em um segundo momento, quando o professor pode trazer mitos de vários povos a fim de que os alunos os leiam e desenvolvam atividades sobre eles, como interpretações de texto, desenhos, pinturas, colagens, montagens, intertextualidades, etc. O importante neste momento é que o aluno se familiarize com os mitos, percebendo neles como vários povos explicam o mundo e seus fenômenos.

O próximo passo é identificar aspectos que podem contribuir para a construção dos mitos: um acidente geográfico, a presença de uma espécie animal ou vegetal de grande importância para o povo, uma característica da paisagem a qual o povo está acostumado, etc. Estes aspectos são importantíssimos para a construção dos mitos. No caso hebreu, por exemplo, podemos ver o mito do Paraíso após a criação, onde os hebreus, povo habituado aos desertos, colocam um oásis como lugar de perfeição e de plena relação com a divindade. Ou ainda, podemos ver as várias mitologias indígenas brasileiras tendo por personagens animais como onças, pássaros e cobras.

Discutida a definição de mito, lidos e trabalhados alguns mitos e percebidos seus aspectos componentes, o professor pode levar os alunos a pensarem sobre pontos em comum entre os mitos. Por exemplo: os mitos de criação tupi-guarani, asteca, navajo e persa associam o Sol à divindade (o Sol como um deus ou como parte dele); já os mitos hebreu e grego falam do caos



# Eventos acadêmicos

## **XIV Semana de História – UFSJ – outubro de 2015**

[Texto publicado em 07/11/2015]

### **Conferência de abertura**

#### **O lugar da História nos currículos contemporâneos – Profª Drª Circe Bittencourt**

A atual discussão sobre o currículo escolar e o papel da História dentro dele mostra que a História é problemática, e isto podemos ver no contexto do ensino desta disciplina nas escolas brasileiras.

A História faz parte do currículo das escolas desde o século XIX. Nesta época, a disciplina era dividida em três áreas: *História Sagrada* (pendendo para o relato bíblico), *História Universal* (que hoje conhecemos por História Geral) e *História do Brasil*. No entanto, ao longo do referido século não havia cursos de formação para docentes na área de História, ficando o exercício da docência nesta disciplina a cargo de professores com outros níveis de formação. Somente em 1938, na recém-criada Universidade de São Paulo (USP), é que se abre o primeiro curso superior de História do Brasil para formação de professores na área.

Durante muito tempo, o ensino de História girava em torno do Estado e de seu papel na formação da identidade nacional. Estudavam-se os grandes heróis nacionais, grandes feitos heroicos e grandes fatos da História nacional.

A ditadura militar no Brasil deu força a um ensino bastante influenciado pela iniciativa empresarial. Os materiais didáticos utilizados nas escolas e a própria formação dos professores ficam cada vez mais subordinadas a influência e aos interesses de empresas que lucravam em cima da educação. Assim, o currículo (em especial o de História) entra em uma tensão, dividida entre o capitalismo próprio das empresas que passam a controlar o meio educacional e o socialismo defendido por historiadores. O capitalismo empresarial sobressai durante o período militar e a História passa a ser ensinada, através dos materiais didáticos, sob os pontos de vista do capitalismo, do tecnicismo, do patriotismo e do liberalismo.

Com o fim da ditadura militar, várias propostas se conflitam para modelar o ensino de História: qual História voltaria à escola? A social? A política? A econômica? E neste debate a História social acaba ganhando mais terreno e se sobressaindo aos demais enfoques históricos. Neste contexto, as leis federais 10639/2003 e 11645/2008 vêm “frear” o ensino de uma História eurocêntrica ao valorizar o ensino da história e da cultura indígena e africana nas escolas. Inclusive, há entre muitos historiadores e especialistas em História da Educação a tendência de valorizar nas escolas o ensino de uma “História Antiga” brasileira (do início do povoamento do Brasil até a chegada dos portugueses).

Atualmente, reações a esta História social vêm se concretizando através de iniciativas como a do governo do estado de São Paulo, que tirou a História das séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano; ensina-se apenas Português, Matemática, Educação Física e Artes), e também através de projetos de lei como o PL 867/2015 (apelidado de “Escola Sem Partido”), que pretende impor aos professores um ensino de História sem política.

### **Mesa redonda**

#### **PIBID – Prof. Orlando**

O PIBID é um programa para iniciação científica de universitários, criado no governo Lula em 2007. No entanto, em 2015 o programa sofreu vários cortes, dentro do contexto da crise que afeta o Brasil. E para que o programa não seja extinto por falta de verbas ou por quaisquer outros motivos, é consenso nos meios acadêmicos que o PIBID deixe de ser uma “política de governo” para ser uma “política de Estado”, dado a sua importância na formação prática dos profissionais, em especial os dos cursos de licenciatura. Porém, este consenso acaba recebendo “jatos” de desânimo quando se percebe, no contexto geral, como a educação

é tratada no Brasil; só para exemplificar este cenário, apenas em 2015 o país teve três ministros da Educação, sendo que nenhum deles teve ligações mais profundas com o meio educacional (o atual ministro, Aloísio Mercadante, sequer teve alguma experiência com docência e militância em Educação).

### **Mesa redonda**

#### **Idade Média – Prof. Maurício Carrara**

A intenção da mesa redonda seria discutir as contribuições mútuas entre a História e a Filosofia nos estudos medievais. É muito importante ao historiador e ao filósofo a superação do caráter descritivo dos estudos para se chegar a um caráter explicativo, isto é, que o estudioso não só descreva o objeto de estudo (o que fez, o que falou, onde viveu, etc.), mas também explique contextualizando o momento estudado e oferecendo um olhar a respeito de como as pessoas daquela época receberam as ideias e fatos sobre os quais agora o estudioso se debruça.

### **Oficina de Paleografia**

#### **Coordenação: Prof<sup>a</sup> Juliana Soares Resende dos Santos**

A paleografia se debruça sobre documentos antigos para facilitar ao historiador o entendimento destes documentos. Para entender um documento antigo, cabe ao historiador cercar-se de vários conhecimentos da época no qual o documento foi produzido. Se, por exemplo, o historiador trata com documentos oficiais, é necessário o conhecimento da máquina administrativa, ou seja, os termos e nomenclaturas oficiais utilizados em cada época, em cada órgão produtor e arquivador dos documentos estudados. Assim, o historiador precisaria se cercar de conhecimentos sobre termos jurídicos, políticos, econômicos, etc, dependendo daquilo que ele está estudando.

Outra exigência a um historiador que trata com documentos antigos é a paciência, isto é, que leia várias vezes o documento para se familiarizar com sua linguagem, sua caligrafia, sua estrutura, enfim, com tudo o que o documento tem de particular e que pode fazer a diferença na análise por parte do historiador.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## **VI Encontro de Pesquisa em História - UFMG - maio de 2017**

[Texto publicado em 05/09/2017]

### **08 de maio**

Conferência de abertura: Prof. Dr. Durval Muniz Albuquerque Júnior

*"A poética do arquivo: as múltiplas camadas semiológicas e temporais implicadas na prática da pesquisa histórica"*

- O professor leu um poema chamado "Arquivo", destacando a beleza de "perder-se no arquivo como um homem se perde na mulher".

- Arquivo vem do grego *arché* (começo, comando), dando a ideia de que abre as portas (é o começo) para um mundo de conhecimentos.

- "Os arquivos começam a falar dos tempos antes mesmo que cruzemos seus umbrais".

- Houve um tempo em que, de tão concentrado nos arquivos documentais, o historiador tornou-se insensível aos objetos que falam da História (colocando a tarefa de manejo e análise dos objetos para os arqueólogos e museólogos).

- Tanto no cristianismo quanto no positivismo acadêmico e na ciência atual, o pesquisador se emociona na pesquisa no arquivo, mas é "seco" na criação do texto de análise do documento. Ainda nas três realidades mencionadas no início da frase anterior, não há lugar para o corpo (o do pesquisador e o do documento), as emoções, os prazeres, etc, havendo espaço apenas para o trabalho, os percalços da pesquisa, entre outros. Isto é visto na forma como se aborda a metodologia de pesquisa usada no texto (seja um TCC, uma tese, etc), com o pesquisador insensível aos destinos e descaminhos do documento.

- A pesquisa em História é um corpo a corpo com as fontes.

- Até mesmo na História oral, os historiadores escondem as emoções e contextos do contato com a "fonte", intelectualizando e racionalizando os relatos.

- Muitas vezes a análise do objeto se sobrepõe ao próprio objeto ("danação do objeto"), deixando de lado a descrição da materialidade (e as experiências sensoriais) para que até mesmo não se seja taxado como "positivista".

- Os diferentes suportes e suas marcas temporais afetam o historiador. Por exemplo: uma coisa é uma carta contida em um livro coletânea; outra coisa é a carta original, onde vemos o tipo de papel e tinta, a caligrafia de quem escreveu, etc. Estas características do original (o encontro entre poeira e poesia) se perdem quando deixam de ser narradas em nome de uma retórica languageira e cientificista da narrativa histórica e historiográfica.

- A escrita historiográfica foi se afastando, no século XIX, da filosofia, da arte e do literário. No arquivo, não vemos arte nem poética, mas somente técnica, tecnologia e cientificismo, ficando-se insensível aos signos literários e outros signos presentes no documento histórico, que enriqueceriam a pesquisa.

- Muitos historiadores acreditam que o conceito é externo ao documento, como se o historiador não pudesse criar conceitos e estes não fossem parte do contexto do documento (a vida cotidiana).

- O conceito faz parte da vida humana e a conduz, dá-lhe consistência. Porém, o historiador, muitas vezes, busca nos arquivos apenas os fatos, datas, contextos, etc, mas esquece os conceitos que ajudaram a construir seu objeto de pesquisa no momento mesmo em que ocorreu e/ou foi escrito / produzido. Quando esquece, o historiador comete anacronismos e erros quanto a referência e escrita da História analisada.

- "O documento é a espacialização dos signos".

### **09 de maio**

Mesa temática: *"Revoluções no século XX, um debate contemporâneo"*

1ª explicação: Adriane Vidal Costa - "*Que es el MIR? Revolución e ação política nas origens do Movimiento de Izquierda Revolucionária chileno*"

- Uma das principais fontes para entender o Movimento de Esquerda Revolucionária no Chile (daqui em diante, usarei MIR) é a revista "Estratégia", que faz uma discussão teórica do movimento e dá seus fundamentos.

- O MIR surge da necessidade de se articular as esquerdas latino-americanas.

- Em escala continental, o MIR surge na década de 1960 com teorizações políticas sobre a luta armada, um debate entre a luta armada e a via pacífica, às vezes evocando figuras como Che Guevara (e a ideia do "foquismo", ou seja, criação de focos de guerrilha) e Mao Tse Tung (e a ideia de utilizar a via cultural na politização de esquerda).

- O MIR se inspirou na luta de libertação nacional ocorrida na Argélia na mesma década.

- A sublevação armada não é invenção cubana, como se pode ver nos casos de El Salvador (década de 1930) e Guatemala (década de 1950).

- O MIR pensa na violência revolucionária como reação à violência colonizadora (esta sendo fruto do domínio europeu e, posteriormente, do controle pelas elites regionais latino-americanas).

- O movimento valoriza as movimentações feitas por estudantes, camponeses e indígenas.

- Já em escala nacional (no caso, o Chile), o MIR reage às ofensivas do governo contra setores populares (ocorridas desde a década de 1950).

- Na década de 1950, surgem movimentos no Chile em resposta às ofensivas governamentais: uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) é criada no Chile em 1953, para a resistência das esquerdas; ocorre a criação de um Comitê de Solidariedade a Revolução Cubana, reunindo trotskistas, castristas, cristãos revolucionários e maoístas; e é criada uma Vanguarda Revolucionária Marxista.

- A confluência dos grupos acima mencionados dá origem ao MIR.

2ª explicação: Mariana Villaça - "*Impactos da Revolução Cubana no Uruguai*"

- Em 1961, surge o Movimento Revolucionário Oriental (MRO), que defendia uma frente ampla de esquerda e apoiou a 2ª Declaração de Havana (1962). Além do MRO, fortalece-se no Uruguai o MIR, apoiando o guevarismo e o maoísmo.

- Ian Lindquist, documentarista sueco, publica uma produção, em 1972, que dá voz a guevaristas uruguaios discutindo as estratégias de guerrilha (inspirados em Guevara e no movimento da Argélia).

- Junto a estes movimentos, também se pode mencionar o semanário "Marcha" (1939-1974), que defendia o engajamento político e o latinoamericanismo, ligando-se com vários movimentos sociais e políticos e divulgando-os, criando diversos eventos culturais no Uruguai (privilegiados especialmente pela juventude uruguaia).

- A ideia do "Marcha" e dos movimentos uruguaios era criar uma Frente Ampla de Esquerda contra a possibilidade de um golpe militar no Uruguai e o autoritarismo, em um momento no qual o Uruguai era grande consumidor cultural, tinha educação básica, pública, laica e de qualidade, além de desfrutar de crescimento econômico.

- O "Marcha" buscava o consumidor militante e editoriais de esquerda que defendiam a democracia (apesar de também dar voz a quem defendia a luta armada).

- Vemos no "Marcha" uma defesa da Revolução Cubana, ampla cobertura dos eventos ocorridos em Cuba (praticamente uma "cubanofilia") e uma apropriação de um elo simbólico com Cuba (cobertura de datas ligadas à Revolução, incentivo a artistas favoráveis ao regime cubano e ampla divulgação dos discursos de Fidel Castro).

- A "cubanofilia" do "Marcha" se avoluma a partir da morte de Che Guevara, iniciando um culto a Che através de publicações, concertos, teatros, etc, e celebrando os ideais de voluntarismo e luta armada.

### 3ª explicação: Henrique Soares Carneiro - "*A vodka e a Revolução Russa*"

- Se analisarmos a formação de diversos Estados modernos (especialmente os europeus), veremos que se fundaram no tráfico de bebidas e outras drogas.

- Braudel aponta o século XVII como o século da revolução da destilação. Neste sentido, vemos, por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) como popularizadora dos destilados (caso da "coragem holandesa", que na verdade é o gim, bebida dada aos soldados no campo de batalha).

- Com a popularização dos destilados, também cresce o uso de outras drogas e, com ele, o proibicionismo (caso da proibição da produção de bebidas alcoólicas nos EUA) e o combate a drogas derivadas da papoula, da cannabis, etc. No século XX, o combate às drogas chegou a ser um fator que "une" os lados da Guerra Fria.

- O proibicionismo alcoólico dos EUA foi um dos principais fatores que originaram o modelo coercitivo do Estado norte-americano.

- Na Europa Oriental, o movimento operário nasce nas tavernas e em outras áreas nas quais os trabalhadores se reuniam para beber.

- No século XVI, Ivan, o Terrível, estatiza as tavernas russas (os "donos" das tavernas eram obrigados, por exemplo, a beijar imagens do czar), transformando as mesmas em espaços de poder para vigilância (era proibido criticar o governo dentro das tavernas). Com a estatização, o consumo de vodka vira uma estrutura de vigilância da parte do poder estatal, ao invés de ser instrumento de organização dos trabalhadores (isto seria visto até o século XX, quando Stálin obrigava seus assessores a se embriagarem com vodka nas reuniões da assessoria com o presidente).

- O álcool se torna base da arrecadação do Estado russo (este era viciado nas rendas que a vodka fornecia).

- No século XIX, o Estado russo flexibiliza a produção da vodka, ajudando a enriquecer algumas famílias produtoras da bebida (caso dos Smirnoff), mas o czar Nicolau II volta a estatizar a produção (fato contra o qual até mesmo Lênin se posicionou contrário).

- Uma cultura alcoolista, associada ao monopólio estatal da vodka (nobreza produzia e o Estado vendia), pode ser considerada um dos fatores das derrotas russas em guerras (soldados alcoolistas). Em virtude disto, no início do século XX o Estado russo começa a combater o consumo de álcool (em 1914, por exemplo, Nicolau II chega a proibir o consumo de qualquer bebida alcoólica).

- Em razão do combate ao consumo de vodka, Nicolau II (que perdera um tio abstinente) enfrenta resistências populares e a produção clandestina, tem queda na arrecadação, perde recursos com a compra de estoques, monopoliza a rede ferroviária russa para exportar vodka (o que paralisa a infraestrutura do país), perde o fornecimento de cereais da parte dos camponeses (que vendiam para a produção de vodka e, muitas vezes, recebiam salários com vodka).

- A Revolução Russa mantém a proibição do consumo interno de vodka. Os bolcheviques chegaram a descartar estoques de vodka e vinho, mas populares saquearam os estoques e, com isso, o governo criou uma polícia coercitiva que deu origem à KGB.

- Na década de 1920, o governo russo aos poucos legaliza o consumo de álcool, cedendo às pressões da crise social gerada pelo proibicionismo.

- O consumo de vodka na Rússia é tão enraizado que deu origem até mesmo a uma expressão utilizada por corruptos: "Uma garrafa por um favor".



## **XXIX Simpósio Nacional de História - UnB - julho de 2017**

### **Associação Nacional de História - ANPUH**

[Texto publicado em 13, 16, 19 e 21/08/2017]

#### **24 de julho**

##### **1. Conferência de abertura**

*"Os desafios da ANPUH frente a crise brasileira: a luta pela preservação da democracia e contra os preconceitos"*

Maria Helena Capelato (presidente da ANPUH e professora na USP)

- A ANPUH, no contexto brasileiro atual, tem por funções e atribuições: defesa da História na escola e na academia, defesa das minorias, combate a preconceitos, combate a ideologias nocivas a educação, entre outras.

- Sobre os desafios dos historiadores ante o contexto histórico brasileiro atual, é preciso ressaltar que os intelectuais devem levantar publicamente questões pertinentes ao contexto e não podem se deixar intimidar ou ser cooptados por partidos / grupos políticos, pois assim o historiador conseguirá atuar contra injustiças e defendendo valores como democracia, liberdade, fraternidade, etc.

- Em Norbert Bobbio, temos o conceito de democracia como o sistema no qual o povo participa das decisões e busca equilíbrio entre liberdade e justiça.

- Historicamente, vemos no Brasil a Nova República ser iniciada com o governo Sarney, uma personificação das oligarquias brasileiras, o que não nos impede de valorizar, no contexto de seu governo, a Constituição de 1988.

- A partir de então, vemos que a essência da democracia é a dinâmica, sua capacidade de transformações.

- A Constituição de 1988 abriu vários direitos que, aos poucos, geraram conflitos e questionamentos nas instituições democráticas, fazendo-nos sempre repensar e reinventar a democracia no Brasil, ainda mais quando há o perigo do ódio e da intolerância se disseminando na sociedade.

- Tolerância se garante em uma democracia de fato, em um Estado de direito e em uma sociedade que ensina e aprende a tolerância e o respeito tendo o pluralismo como realidade.

- A relação do homem com seus semelhantes é sempre algo conflitante (isto é aprofundado por Todorov), não bastando apenas convencer os indivíduos sobre os males da violência, mas também tendo de usar o Direito para coibir os indivíduos.

- Hoje, vemos sempre mais crescente o ódio nas redes sociais, seja através de notícias falsas, da busca por "bodes expiatórios", entre outros expedientes.

- Estamos repletos, atualmente, de fatos intoleráveis: água fria em mendigos (São Paulo), massacres de trabalhadores rurais, crise no Rio de Janeiro que atinge a população por conta da classe política que dilapida o dinheiro público, Brasil como responsável por 10% dos homicídios ocorridos no mundo, Bolsonaro com suas falas e "homenagens", entre outros.

#### **25 de julho:**

##### **2. Diálogos Contemporâneos**

*"O século XIX revisitado: fontes, método e historiografia"*

Coordenação: Profª Neuma Brilhante (UnB)

1ª explanação: Prof. Carlos Eduardo França de Oliveira (USP)

- O professor pesquisa o debate da imprensa periódica no século XIX em Minas, São Paulo e Rio, pensando a formação do Estado nacional brasileiro e focando o Primeiro Reinado (1822-1831), com a intenção de mapear a ascensão de políticos paulistas e mineiros no

contexto da formação do Estado brasileiro (visto que Minas e São Paulo apoiaram mais intensamente o projeto político imperial).

- A pesquisa segue pensando a história do Império sob o prisma das províncias, resgatando a importância dos grupos provinciais na construção do Império (o que coloca MG e SP como centro do Império, junto com o Rio). Esta visão reflete uma mudança no modo de se estudar e enxergar o período, considerando a característica do "ser historiador" como trabalho/ofício, ou seja, que se proletariza deixando a antiga realidade dos historiadores "bem nascidos".

- Políticos paulistas e mineiros vão aos poucos se inserindo nas esferas de poder e nos cargos no Rio de Janeiro, especialmente a partir de sua projeção nos conselhos provinciais.

- O presidente da província era indicado pelo imperador, mas os conselhos provinciais eram compostos por homens eleitos pelos grupos dominantes das províncias, podendo ter em seus quadros opositores ao governo imperial (o que servia de contrapeso ao poder do presidente da província).

- Estas oposições garantiam, no Primeiro Reinado e na Regência, que não havia pleno controle eleitoral da parte do governo central.

- "A política provincial é fim e meio ao mesmo tempo", ou seja, quem transitava entre os poderes central e provincial utilizava as demandas provinciais de acordo com as circunstâncias do poder em que se estava a transitar.

2ª explanação: Profª Ana Paula Sampaio Caldeira (UFMG)

Tese "*O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional (1870-1882)*"

- Na administração de Benjamin Franklin Ramiz Galvão a frente da Biblioteca Nacional (BN), iniciou-se a divulgação dos anais da instituição e a projeção internacional da mesma.

- Ramiz Galvão coloca a BN a serviço da intelectualidade brasileira, dialogando entre a tradição (guardar a memória do Brasil) e a inovação (produzir conhecimento).

- Ramiz Galvão é considerado "patrono dos bibliotecários", sendo mais conhecido entre estes do que entre os historiadores.

- Apesar de suas produções no mundo letrado, ganha mais notoriedade pela influência e pelos contatos com instituições.

### **3. Simpósio Temático nº 88 - Múltiplas cidades: histórias, memórias, disputas e intervenções**

Coordenação: Profª Regina Soares de Oliveira (UFSB) e Viviane Gomes de Ceballos (UFCG)

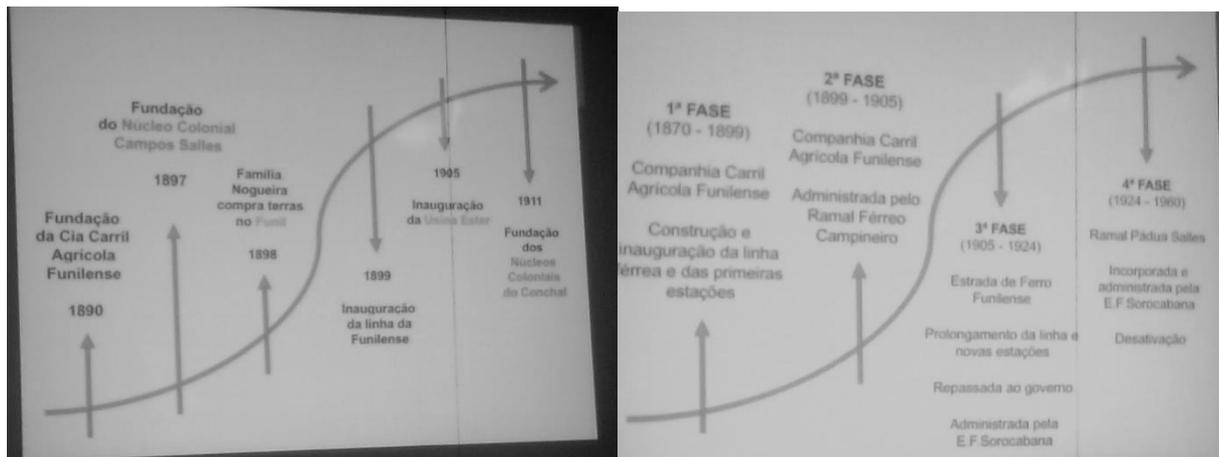
1ª apresentação: Ana Laura Evangelista - "*Estrada de Ferro Funilense (SP) - Território, história e patrimônio*"

- A pesquisa é sobre os núcleos coloniais implantados no trajeto da ferrovia entre Campinas e Conchal (SP).

- O nome Funilense tem a ver, provavelmente, com formações geográficas em forma de funil.

- As abordagens possíveis nesta pesquisa se relacionam com: Território, História do tempo presente, Patrimônio cultural, Patrimônio ferroviário e Geografia histórica.

- As questões levantadas na pesquisa podem ser pensadas nas dualidades: aparecer e desaparecer, lembrar e esquecer, práticas e representações.



2ª apresentação: Diego Marinho de Gois (UFOPA) - *"Santarém: um estudo sobre o cotidiano de uma cidade no interior da Amazônia no final da década de 1920"*

- Um dos objetivos da pesquisa é buscar a presença indígena no cotidiano de Santarém no fim dos anos 1920, além de resgatar a história da cidade sob o olhar dos trabalhadores e de outros grupos sociais que não as elites locais e pensar a modernidade da Amazônia a partir das "estradas das águas" (lembrando que Santarém fica no meio do percurso feito pelas embarcações que cortam os rios entre Belém e Manaus).

- A fonte principal é o jornal "A cidade" (edições de 1927 a 1929).

3ª apresentação: Carlos Alberto Oliveira (IFCH/CIEC/UNICAMP) - *"Cem anos em síntese: uma breve análise da Coleção Centenário"* - oliveirahcp@gmail.com

- A pesquisa analisa a produção "Coleção Centenário" (Fundação João Pinheiro, 1997) na escrita e historiografia sobre Belo Horizonte.

4ª apresentação: Ana Carolina Pereira - *"A cidade e a possibilidade de trabalhar questões relativas à identidade, memória e Patrimônio Cultural"*

- Patrimônio e cidade são temas abordados por várias disciplinas e estão em constante transformação;
- Possuem a capacidade de qualificar, de modificar, de criar, de resignificar, de descartar, de selecionar discursos, visões e interpretações que discutem acerca deles;

- Tanto o espaço citadino quanto o patrimônio ajudam a fomentar (re)arranjos capazes de vincular identidade(s) e memória(s) gerando novos laços de pertencimento(s), como também fortalecendo os já existentes;

- A cidade é uma aglomeração artificial, ou seja, ela é fruto de diversas ações e modificações que os homens realizam e fizeram ao longo do tempo;

- A cidade é uma construção que auxilia a perceber os ideais dos habitantes da urbe em distintas épocas, ela é "[...] um livro de pedra, uma espécie de biblioteca que se abre à leitura e interpretação"

(PESAVENTO, 2012: 406).

- A urbe também é resultante de componentes estabelecidos no passado e daqueles formados no presente;
- A constante transformação do espaço citadino tem como intuito responder às necessidades, quanto aos desejos hodiernos e futuros dos seus moradores;

- Um trabalho de educação voltado aos bens culturais citadinos realizado de maneira reflexiva pode desnaturalizar o espaço urbano;
- Estimulando, assim, os moradores a refletir acerca do cotidiano da cidade, da sua origem, das transformações ao longo do tempo, da organização e da dinâmica atuais;

- Todos os elementos que ajudam a formar uma cidade - como também as manifestações culturais que são realizadas em seu espaço - da mesma forma que a urbe, são potenciais objetos para se usar em ações educativas voltadas ao Patrimônio Cultural;

- Ao voltar o olhar por meio de estudos e de pesquisas acerca dos usos da/na urbe a compreensão dos seus elementos constitutivos - como também a valorização da multiplicidade existente em seu espaço e das manifestações que nele são realizadas - é estimulada;

- Quando a pluralidade da cidade é trabalhada de maneira reflexiva, as disputas ocorridas na história da cidade ao tentar definir as narrativas, as memórias e os elementos que presentificam as lembranças do passado ficam mais evidenciadas:

- Para compreender a dinâmica, a sociabilidade, a socialização e como a cidade funciona é necessário não se restringir apenas ao uso de estudos teóricos;
- Por que explorar diretamente os espaços, os elementos e as expressões culturais que compõem a cidade pode gerar laços de pertencimento mais perenes.

- A Educação Patrimonial (EP) - assim como outras atividades pedagógicas - propicia que os sujeitos tenham contato direto com os artefatos e com as manifestações de uma determinada cultura, porque a estas ações são parte de:

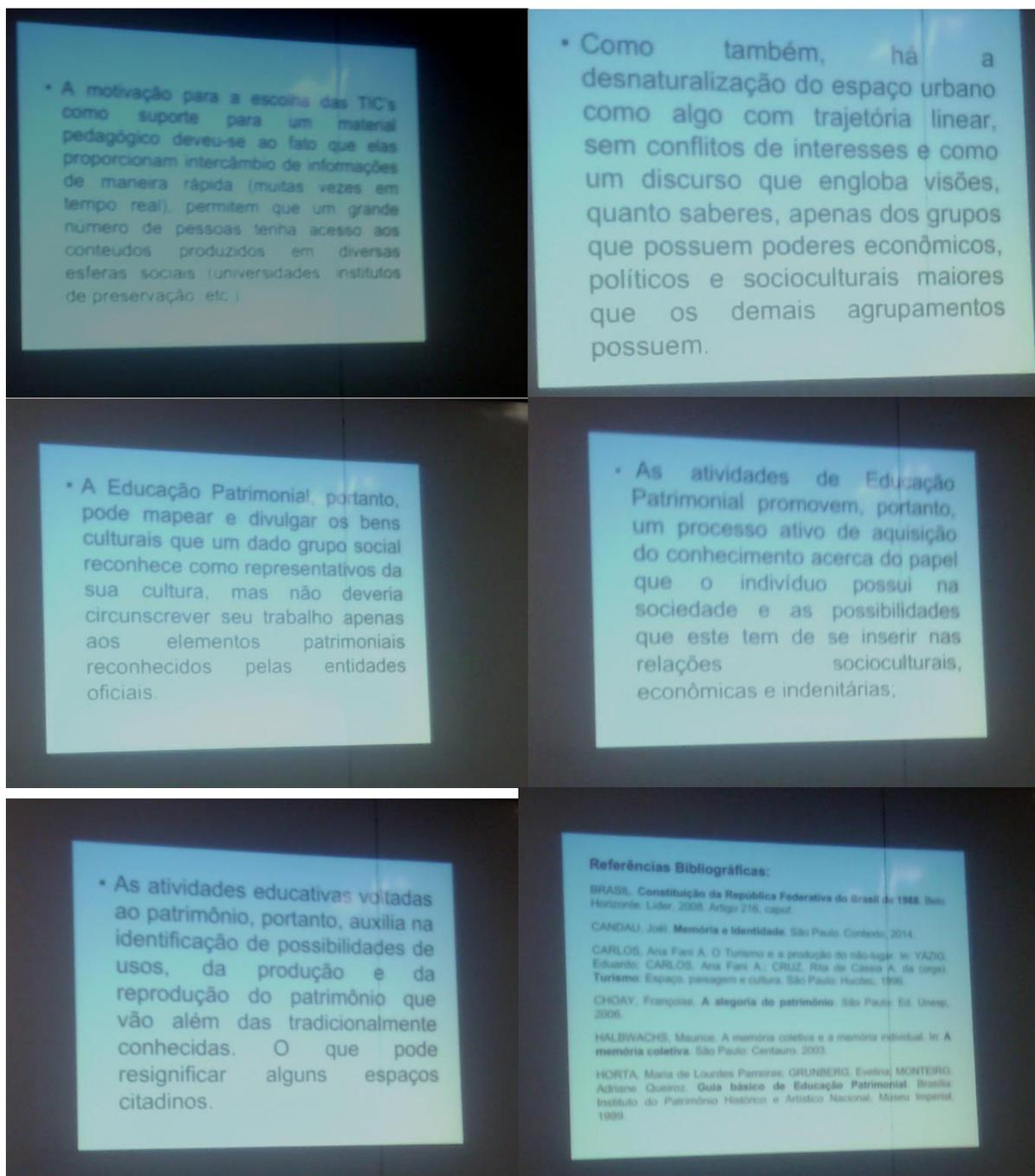
*"[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletiva" (HORTA, 1999: 06).*

- As atividades que se sugere num primeiro momento para se explorar os bens patrimoniais materiais e imateriais que são formados, como também recriados na cidade são:

- Entrevistas com moradores;
- Percursos orientados (presenciais ou via tecnologias digitais);
- Elaboração de mapas mentais;
- Observações das manifestações imateriais;

- Elaboração de exposição áudio visual utilizando as novas tecnologias da informação;
- Produção de textos;
- Roda de discussão;

- Para auxiliar o trabalho da educação voltada para o patrimônio auxiliando-a enfatizar a paisagem citadina e abordar os bens culturais como resultados de uma seleção que os antepassados realizaram, construiu-se um material didático utilizando as (TIC's).



5ª apresentação: Leandro Clímaco Almeida de Melo Mendonça (Colégio Pedro II) - *"Militâncias nas margens: histórias e memórias da intelectualidade suburbana através da imprensa (RJ, 1900-1920)"*

- Investiga a criação de periódicos a partir da formação de bairros nos subúrbios cariocas, em torno das estradas de ferro (estradas Rio D'Ouro, Leopoldina, Dom Pedro II, Melhoramentos do Brasil, etc).

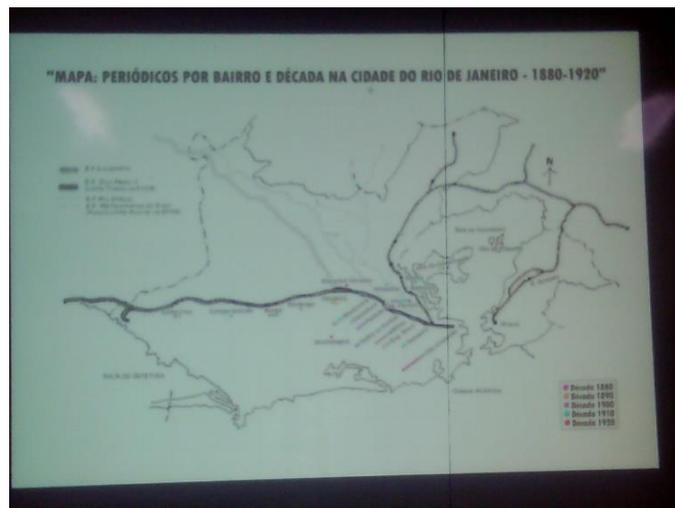
- A existência de periódicos e de uma intelectualidade nos subúrbios cariocas bate de frente com a ideia pejorativa de subúrbio (lugar desprovido de intelectualidade).

- A pesquisa aborda diversos periódicos suburbanos cariocas, como: *"União Operária"* (Engenho de Dentro), *"Echo suburbano"* (Madureira; pronuncia-se "eco"), *"Gazeta suburbana"*, *"Jornal suburbano"*, *"O santacruzense"*, *"O subúrbio"*, etc.

- A partir da análise dos periódicos acima mencionados, a pesquisa pretende investigar os motivos que levam à prática do jornalismo nos subúrbios cariocas e como esta prática interfere nos debates sobre assuntos importantes do Rio de Janeiro, especialmente cobrando da classe política carioca melhorias na infraestrutura suburbana (vemos este periodismo do subúrbio se fortalecer após as reformas do prefeito Pereira Passos, na década de 1900).

- Em vários momentos, há conflitos entre uma "elite suburbana" (expressão criada pelo escritor Lima Barreto) e os trabalhadores dos subúrbios, estando a "elite" a querer, por exemplo, uma grande avenida suburbana acompanhando as linhas férreas e inspirada no modelo da avenida Rio Branco (centro do Rio).

- É possível também perceber um conflito entre o periodismo produzido **para** o subúrbio e o feito **para** o subúrbio (era comum dedicar espaço nos grandes periódicos cariocas para assuntos do subúrbio).



6ª apresentação: Anna Gabriela de Souza Cordeiro (doutoranda em Educação - PPGED/UFRN) - "*Modernidade e ruína na fotografia: as duas faces do bairro da Ribeira no imaginário urbano de Natal*"

- No início do século XX, o bairro da Ribeira emerge como centro de Natal (resultado da modernização do espaço), interligando o porto de Natal e o núcleo inicial da capital potiguar (bairro Cidade Alta).

- A modernização da Ribeira muda as edificações, tendo hoje ruínas que testemunham tal processo.

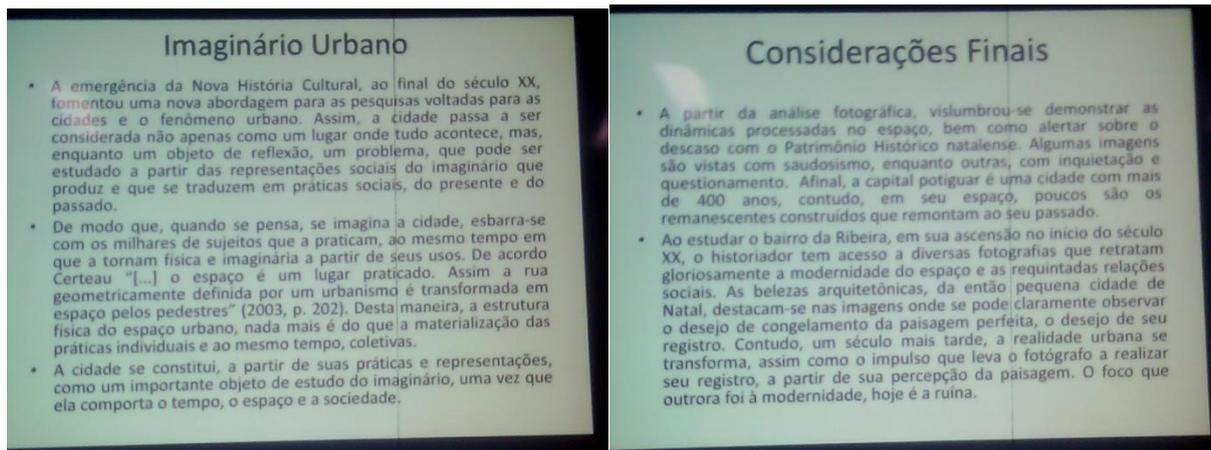
- As fotografias levantadas na pesquisa testemunham a decadência da Ribeira (que se dá com o fechamento do porto e a desativação da ferrovia de Natal).

### Imaginário

- Nesta pesquisa, o imaginário será considerado como um universo que abrange a produção e a circulação de imagens mentais e verbais, que incorporam sistemas simbólicos e atuam na construção das representações. De acordo com Evelyne Patlagean, "[...] cada cultura, portanto cada sociedade, e até mesmo cada nível de uma sociedade complexa, tem seu imaginário" (1990, p. 291). Figurando o imaginário como sendo o campo da experiência humana, onde o fundem-se os âmbitos mentais, culturais e sociais.
- Conforme apontou o historiador francês Jacques Le Goff, "Para tentar compreender como funciona uma sociedade e - tarefa que sempre foi do historiador - como ela muda e se transforma, é necessário encarar o aspecto do imaginário" (1980, p. 15-16). O autor entende os fatos históricos enquanto representações, que são os fenômenos constitutivos do imaginário social. Assim, a história do imaginário trata-se "de uma história da criação e do uso das imagens que fazem uma sociedade agir e pensar, visto que resultam da mentalidade, da sensibilidade e da cultura que as impregnam e animam" (LE GOFF, 2013, p. 10).

### Imaginário - Imagem

Apesar do imaginário está presente em diversos tipos de fontes históricas, sendo mister entender que no imaginário existe imagem, em que "A finalidade do estudo alargou-se à compreensão do funcionamento da imagem na cultura e na sociedade"(LE GOFF, 1994, p. 15). A imagem constitui-se assim como um importante elemento para a compreensão e problematização dos fenômenos sociais. Por este motivo, buscou-se neste trabalho, comparar as imagens de distintos momentos históricos da cidade de Natal, com o objetivo de vislumbrar as dinâmicas urbanas processadas no âmbito do bairro da Ribeira.



**26 de julho**

#### **4. Diálogos Contemporâneos**

*"A relevância da História Indígena no século XXI"*

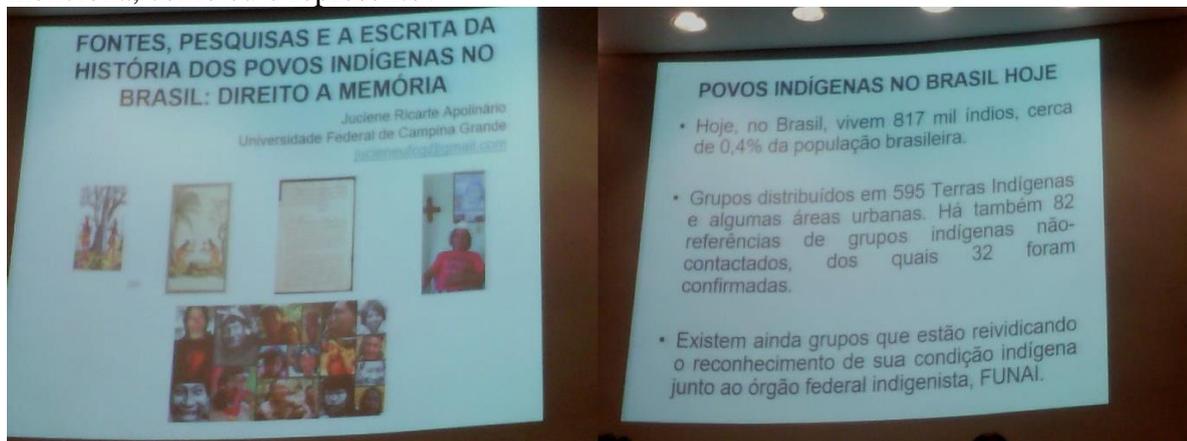
Coordenação: Prof<sup>ª</sup> Maria Regina Celestino de Almeida (UFF)

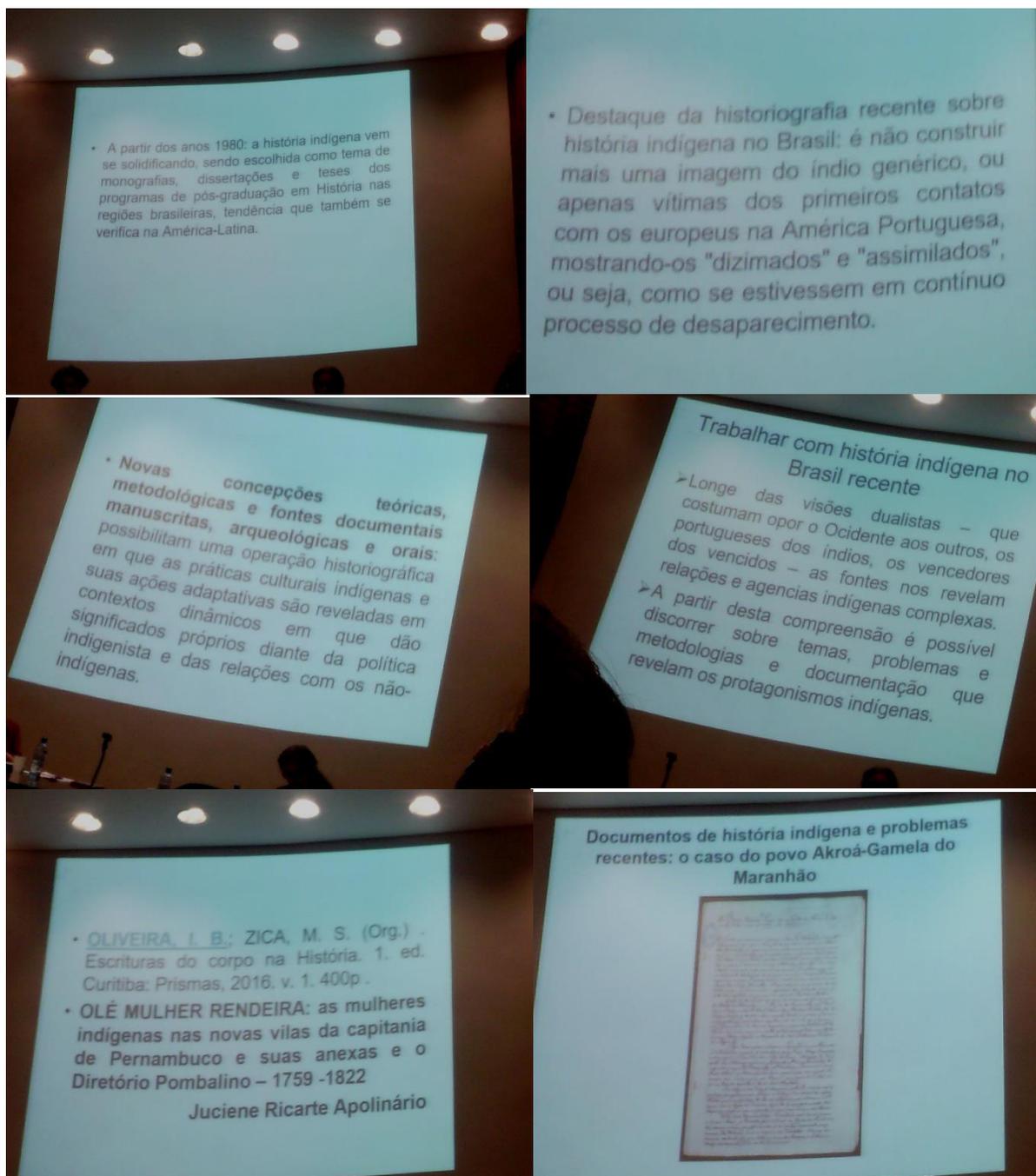
1ª explicação: Juciene Ricarte Apolinário (UFCG) - *"Fontes, pesquisas e a escrita da história dos povos indígenas no Brasil: direito a memória"*

- Todos os historiadores devem ter consciência de que história indígena é uma questão de todos, uma questão individual e não só dos historiadores que pesquisam história indígena.

- Um dos principais exemplos atuais de direito a memória é o caso dos Akroá Gamela (de língua timbira), que lutam pelo reconhecimento étnico e de suas terras e foram duramente atacados este ano em Viana (Maranhão).

- Ao historiador cabe se questionar: Que lugar tem o indígena na minha escrita historiográfica? Mesmo em trabalhos que não pesquisam diretamente o indígena, mas o menciona, como eu o represento?





2ª explanação: Profª Vânia Moreira - "Recuperação da história indígena nos anos 1980 e 90"

- A história da relação com os indígenas é uma história de polêmicas, com os índios sendo declarados selvagens e tendo retirados os seus direitos de reivindicar as próprias terras.

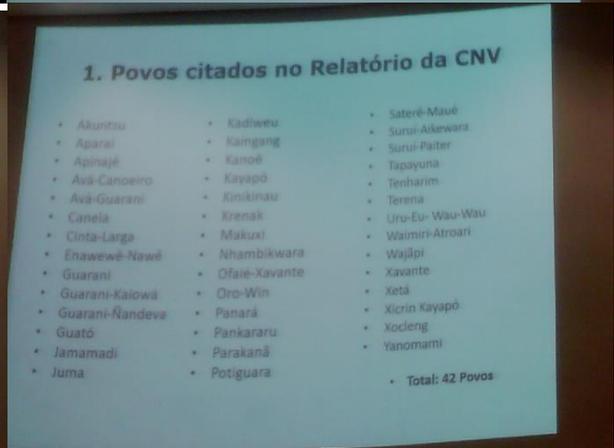
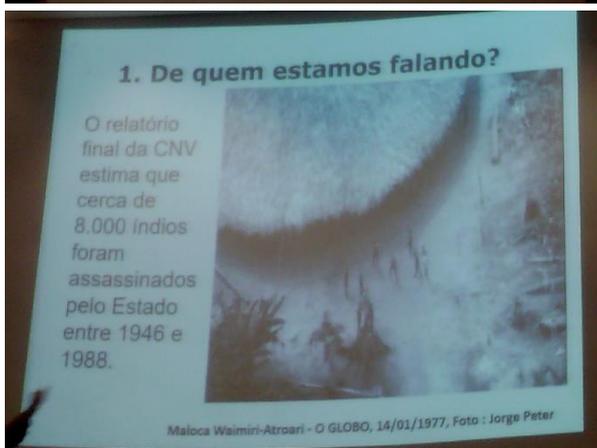
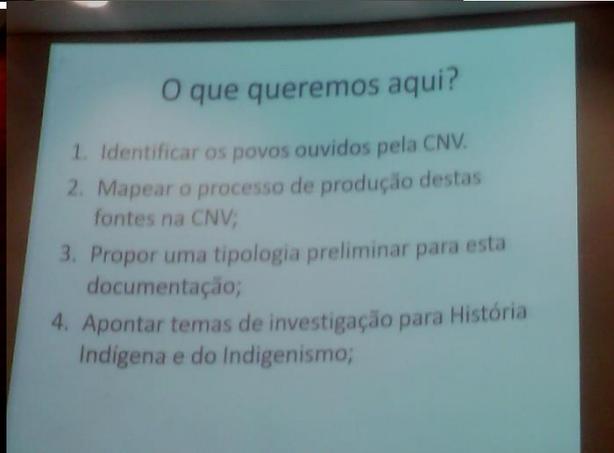
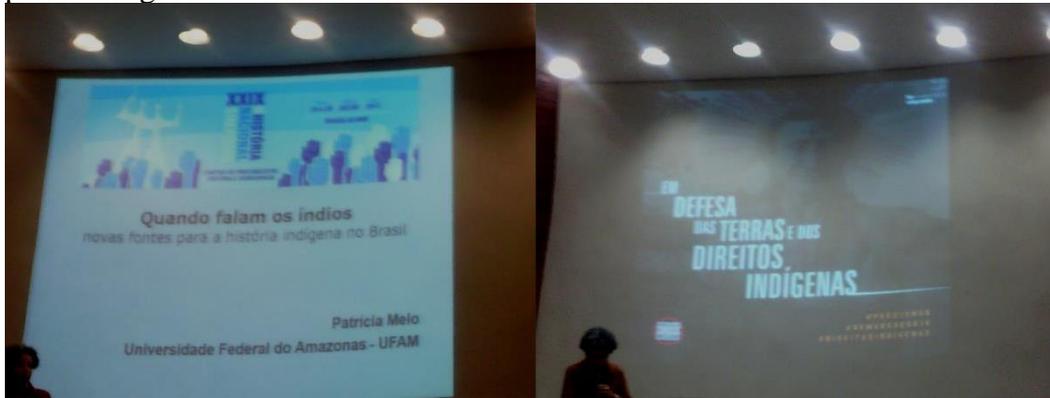
- Varnhagen, no século XIX, em sua "*História geral do Brasil*", defendia a construção de uma identidade brasileira que fosse cristã, europeia e ocidental. Além disso, reforçava que os índios eram selvagens (sem escrita, sem história e de costumes rudimentares) e só seriam realmente civilizados ao se integrarem a sociedade de matriz europeia. Para Varnhagen, os indígenas não tinham lugar na história brasileira.

- John Hemming, em obras como "Ouro Vermelho" e "A derrota dos índios brasileiros", põe nos próprios indígenas a culpa do seu extermínio, ao não aceitarem o modo competitivo e agressivo da cultura europeia imposta no Brasil.

- Só a partir dos anos 1980 as causas indígenas ganham mais força (considerar a Constituinte em 1988).

3ª explicação: Profª Patrícia Melo Sampaio (UFAM) - "*Quando falam os índios: novas fontes para a história indígena no Brasil*"

- A explanação fez uma análise das denúncias de violação dos direitos humanos dos povos indígenas entre 1946 e 1988.



## 2. A Comissão Nacional da Verdade

- Criada pela Lei 12.528/2011 e instalada em 16/05/2012
- Objetivo: "examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos" praticadas entre 18/12/1946 a 5/10/1988.
- Funcionou até 16 de dezembro de 2014.

## Os Grupos de Trabalho

1. Ditadura e Gênero;
2. Araguaia;
3. Contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964;
4. Ditadura e sistema de Justiça;
5. Ditadura e repressão aos trabalhadores e movimento sindical;
6. Estrutura de repressão;
7. Mortos e desaparecidos políticos;
8. Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas;
9. Operação Condor;
10. Papel das igrejas durante a ditadura;
11. Perseguições a militares;
12. Violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil;
13. Estado ditatorial-militar.

### GT 8 – Graves Violações de Direitos Humanos no Campo ou contra Indígenas

Instituído pela Resolução CNV, nº 08, 5/11/2012

**Pesquisadores/Assessores**

**Membros:**

Maria Rita Khei (Presidência)  
 Heloisa Maria Murgel Starling  
 Pedro Helena Pontual Machado  
 Wilkie Buzati Antunes  
 Inma Ferreira Simões

**Pesquisadores/Assessores:**

Isela Mendes  
 Cláudia Pizzatti  
 Flávia Diniz  
 Daniel Pires  
 Liana Mello  
 Eduardo Schmitt  
 Tania Marinho  
 Cláudia Assis  
 Ana Paula  
 Ana Fátima  
 Carlos Mendes  
 Liana F. Marinho  
 Luis Marinho  
 Luis Francisco de Carvalho Dias  
 Luis Henrique dos Reis  
 Marlene - Lígia de Castro  
 Mariana de Moura Faria  
 Mariana Dias  
 Nelson Antonio Castro de Almeida  
 Maria Gilda L. de Sá, Maria Helena Machado de Sousa  
 Cláudia - Oliveira  
 Patrícia de Albuquerque Rodrigues  
 Patrícia - Laranjeira  
 Rafael Patrício Martins  
 Rogério Augusto de Fátima  
 Sandra - Almeida  
 Tatiana Pires  
 Vanessa Capelli

## 3. O Relatório da CNV como objeto

- RELATÓRIO VOLUME I
- RELATÓRIO VOLUME II Textos temáticos
- RELATÓRIO VOLUME III Mortos e desaparecidos políticos

## Relatório – Volume 1

- Descreve as atividades da Comissão
- Apresenta as estruturas de Estado envolvidas nas violações de direitos humanos, os métodos, as práticas e as vítimas da violência e finaliza com as recomendações.
- Possui 5 partes, 18 capítulos e 976 páginas

## Relatório Volume 2

- Trata das graves violações
- Organiza-se sob a forma de **Textos Temáticos**
  - Texto 1 - Violações de direitos humanos no meio militar
  - Texto 2 - Violações de direitos humanos dos trabalhadores
  - Texto 3 - Violações de direitos humanos dos camponeses
  - Texto 4 - Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs
  - Texto 5 - Violações de direitos humanos dos povos indígenas
  - Texto 6 - Violações de direitos humanos na universidade
  - Texto 7 - Ditadura e homossexualidades
  - Texto 8 - Cíveis que colaboraram com a ditadura
  - Texto 9 - A resistência da sociedade civil às graves violações de direitos humanos
- Possui com 416 páginas.

## Relatório - Volume 3 O "Livro dos Mortos"

- Enumera os mortos e desaparecidos políticos.
- Possui índices em ordem alfabética e cronológica com 1.996 páginas.

## 3.1. O Relatório da CNV como fonte:

uma leitura a partir do *Texto Temático 5 - Violações de Direitos dos Povos Indígenas*

### 3.1.1 - Estrutura do Texto 5 Violações de Direitos dos Povos Indígenas

1. Espólio, seleção e estrutura de fontes indígenas

- Resumo Executivo**
  - Uma política de Estado de não reconhecimento
  - Questões indígenas são administrativas e políticas governamentais
  - Um reconhecimento de irresponsabilidade recorrente
  - Contexto do CNV
- Introdução**
  - Política federalista e política de áreas indígenas
  - Resistência do indígena indígena, reconhecimento e direitos do poder
  - CRU e constituições no Brasil e Brasil
  - O reconhecimento da política indígena
  - Contexto e realidade indígena
  - O Brasil do índio
  - Estado indígena, indígena, índio como questão de identidade nacional
  - A questão dos indígenas
  - Política de não reconhecimento e direito do CNV
  - Resistência, estado indígena, direitos, o contexto de reconhecimento
  - Contexto indígena, reconhecimento de identidade do índio
- Geografia social e espacial**
  - O reconhecimento dos índios
  - O caso dos Tapuias (Brasil do Nordeste)
  - A questão do reconhecimento dos índios do Nordeste
- Memórias e Mitos**
  - Indígenas, governo, administração e controle
  - O reconhecimento dos índios do Nordeste
  - A questão do reconhecimento dos índios do Nordeste
  - O caso dos Tapuias
- Indígenas, território, reconhecimento e desenvolvimento indígena**
  - O CRU e a organização indígena do território indígena
  - O reconhecimento indígena e o contexto indígena do Brasil
  - O caso indígena
- Participação ao movimento indígena**
- Conclusão**
- Recomendações**

### 3.1.2 - As Fontes (por natureza) Audiovisuais

- Audiências Públicas**
  - Marabá - Pará - 17/11/2012
  - Dourados - MS - 21/02/2014
  - Dourados - MS - 25/04/2014
  - Aguaiquara - MS - 17/10/2014
- Entrega do Relatório sobre graves violações de Direitos Humanos: Aikewara**
- Depoimentos orais** - Suruí/Aikewara - Documentos Citados no Capítulo 14 - Notas 99 a 103.
  - GT Indígenas: CNV/ Vídeo nas Aldeias - Imagem e Edição Vicente Carelli
  - Entrevista: Ricardo Kriewitz
  - Depoimento: Carlos Zaqueu
  - Entrevista com o sertanista Antônio Cotrim
  - Entrevista: Cacique Babau Tupinambá
  - Genocídio brasileiro (Entrevista/Depoimento: Elpidio Pires Guarani Kriewitz)
  - Depoimentos Waimiri-Atoari
  - 1ª Audiência Pública Karówa
  - Entrevista/Depoimento: Naiton Patsad
  - Entrevista/Depoimento: Davi Ygnomani
  - Entrevista/Depoimento dos Krenak 1
  - Entrevista/Depoimento dos Krenak 2

### 3.1.2 - As Fontes (por natureza) Escritas

- Carta do Povo Aikewara à CNV: o que nós esperamos. 2p.
- O tempo da guerra: Os Aikewara e a Guemíha do Araguaia (Iara Ferraz, Orlando Calheiros, Tiapé Suruí & Yeyituhu Suruí). 52p.
- Relatório sobre Violações de Direitos Humanos: o caso dos Xavante de Marivatsédé (0052-50314/2014-14) - Não disponível na página da CNV.
- Comissão Nacional da Verdade - Tomada de Testemunho (transcrição) - Audiência Pública Araguaia - Marabá, 17/11/2012, 22p.
- Relatório da Comissão Nacional da Verdade - Volume I - Capítulo 14 - Guemíha do Araguaia.
- Relatório da Comissão Nacional da Verdade - Volume II - Textos temáticos - Texto 5 - Violações dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas.
- 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade do Amazonas: o genocídio do Povo Waimiri-Atoari. 92p.
- Povos Indígenas e Ditadura Militar: subsídios à Comissão Nacional da Verdade, 1946-1988, 59p.
- Relatório Figueiredo. Ministério do Interior, 1967, 4.492p.

### 3.1.3. O que temos em termos documentais? Uma tipologia preliminar

- Produzidos por iniciativa dos índios**
  - Comissão da Verdade indígena Suruí-Aikewara
  - Relatório Xavante
- Produzidos por iniciativa da CNV**
  - Depoimentos nas Audiências Públicas
  - Depoimentos ("entrevistas") nas aldeias

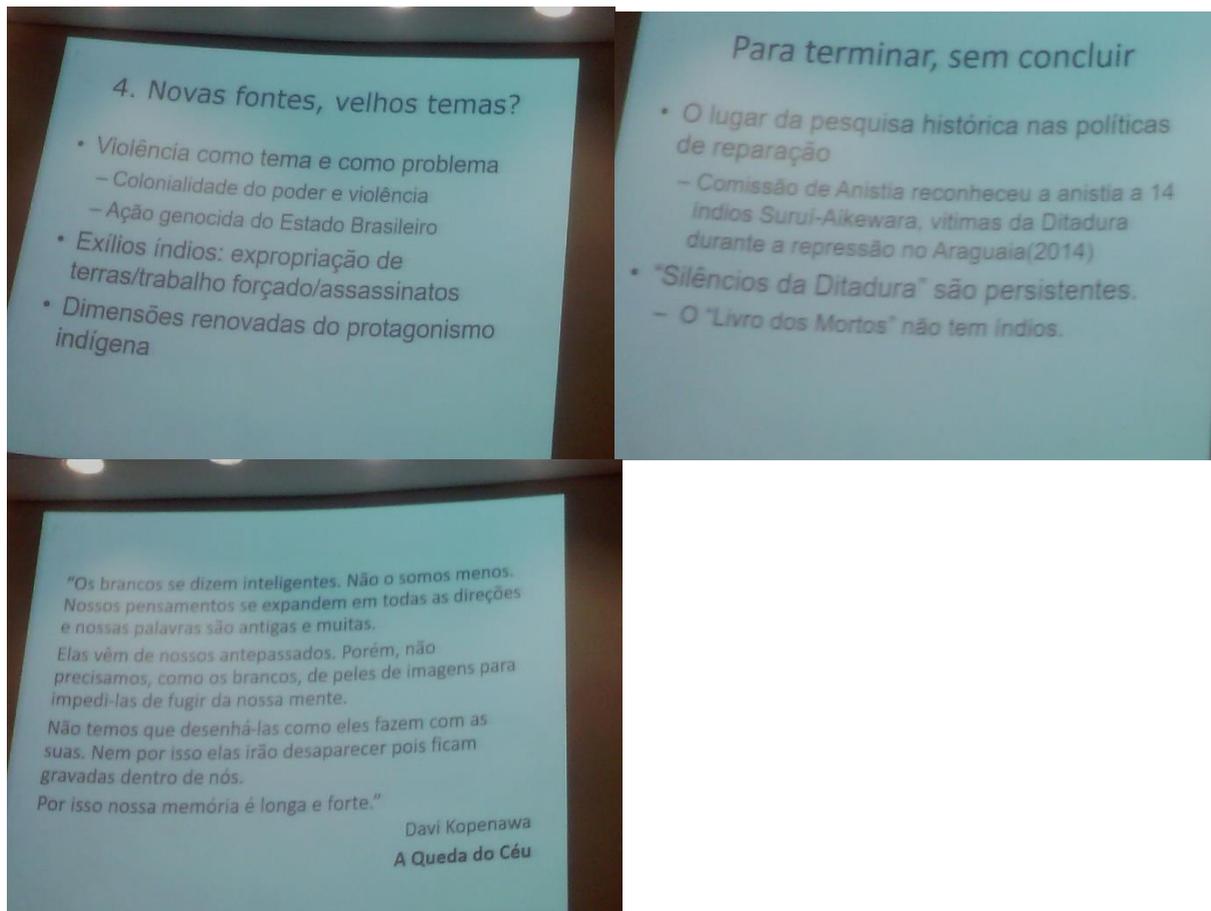
### 3.1.4. A produção das fontes perspectivas, problemas e limitações

- Originalidade dos depoimentos**
- Excepcionalidade dos novos documentos**
- Dimensões sócio-étnico-culturais**
  - Os informantes (Quem pode falar?)
  - Os "controles" das falas (Falas coletivas)
  - Apropriação de novas categorias para produzir narrativas ("Ditadura")
  - Memórias que se organizam (ou são organizadas) para atender um objetivo preciso.

### 3.1.4. A produção das fontes perspectivas, problemas e limitações

- Edições e intervenções**
- Os intérpretes - os "linguas"**
- Povos Citados / Povos Depoentes**
- Os limites das Falas Nativas: o que deve ser lembrado e o que não pode mais ser enunciado.**
- Dimensões narrativas do Relatório da CNV.**

Disponibilidade das Fontes:  
Arquivo Nacional/RJ - Fundo CNV



## 5. Simpósio Temático nº 88

1ª apresentação: Gabriela Fernandes de Siqueira (UFCE) - *"Os desvios à ordem: outro lado do processo de modernização de Natal nas primeiras décadas do século XX"*

- O objetivo principal é perceber e esclarecer a atuação dos diversos sujeitos no processo de modernização de Natal (lugar dado aos populares neste processo, como atuavam, etc).
- No estudo sobre o período, há que se considerar os interesses da família Albuquerque Maranhão nesta modernização, que envolve aspectos materiais e simbólicos.
- Uma das características da modernização de Natal foi a ideia de ruas largas, homenageando presidentes brasileiros e outros "figurões" (como no caso das ruas do então recém-criado bairro Cidade Nova).
- No início do século XX, em Natal havia os seguintes bairros urbanos: Cidade Alta, Cidade Nova e Ribeira, além da área suburbana.
- A pesquisa lançou mão de fontes como os jornais "Diário" e "A República" (ligados aos políticos de situação) e "Diário de Natal" (ligado à oposição ao governo de Natal).
- Um dos pontos analisados na pesquisa é a desapropriação feita para a criação do bairro Cidade Nova: os habitantes retirados de seus casebres receberam indenização? Para onde foram?
- Apesar de destinado a elite, o bairro Cidade Nova acabou tendo espaços populares (casas de samba, feiras, etc).
- Entre 1902 e 1904, a modernização de Natal foi acompanhada da chegada de 15 mil retirantes (fugindo da seca no interior), o que elevou a população para 31 mil pessoas. Muitos dos migrantes foram empregados nas obras de modernização e eram vistos como imorais, bagunceiros, barulhentos, dados ao samba, ameaçadores da higiene urbana, entre outras visões.

- A partir do contexto da modernização, pensa-se também sobre a violência no subúrbio de Natal, questionando se a mesma estaria mais ligada à pobreza ou a problemas políticos na cidade.

2ª apresentação: André Procópio Gomes (UDESC) - "*A construção de shoppings centers e a gentrificação de centros urbanos a partir do caso de Blumenau-SC (1990-2000)*"

- A pesquisa analisa principalmente o impacto da construção do Shopping Neumarkt sobre o cotidiano de Blumenau.

- Um aspecto importante na presença do shopping na cidade é o resgate de símbolos e memórias da ocupação de Blumenau por colonos alemães; na verdade, tal resgate dá novos significados, considerando, por exemplo, que aspectos como a tradição cervejeira alemã e estilos arquitetônicos não necessariamente surgiram nas mesmas regiões de onde vieram os colonos que se fixaram onde hoje é Blumenau.

3ª apresentação: Raquel Oliveira Jordan (mestranda / UNICAMP) - "*A cidade como questão: saberes e práticas em disputa nas propostas de 'melhoramentos urbanos' para São Paulo (1890-1910)*"

- A pesquisa estuda as propostas da municipalidade paulistana para modernizar São Paulo, alegando a "intensidade de vida e o progresso de São Paulo" (Samuel de Neves, 1911 - Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas) e argumentando que a capital paulista "não oferece atualmente ao estrangeiro nenhum cunho de originalidade" (Alexandre de Albuquerque, 1910).

4ª apresentação: Pedro Beresin Schleder Ferreira (FAU/USP) - "*Constelação de contrários: contradição e tensão na construção de uma 'avenida aristocrática'*"

- O foco da pesquisa é a formação da avenida Angélica (São Paulo), na virada do século XIX para o XX, ligado ao Empreendimento "Boulevard Burchard" (1891), que era destinado às elites locais e deu origem ao bairro de Higienópolis, comunicando-se com a avenida Angélica e, através dela, com a avenida Paulista.

- O entorno da avenida Angélica consistia em grandes lotes e terras pertencentes a "figurões" da elite paulistana.

- Em 1897, foram encaminhados ao poder público municipal requerimentos para conter o avanço de construções dos trabalhadores que se fixavam na avenida Angélica e na avenida Higienópolis, principalmente propondo a obrigatoriedade dos proprietários manterem recuos entre as casas (para evitar casas geminadas). Tais propostas foram aprovadas, mas caíram em 1901 e voltaram em 1907.

5ª apresentação: Monique Félix Borin (doutoranda / UNICAMP) - "*Os passeios da rua Barão de Iguape: legislação dos equipamentos públicos viários e sua incidência sobre os moradores de São Paulo (1886-1905)*"

- Pesquisa e analisa a relação entre a materialidade da expansão urbana e os discursos em torno dela, pensando a relação entre os moradores e o poder público no processo de mudanças viárias na região pesquisada e a maleabilidade nesta relação (perdão de multas, por exemplo).

6ª apresentação: Ricardo Figueiró Cruz (mestrando / FEEVALE) - "*Cidade (in)visível: os carnavais de Guaíba/RS como prática de sociabilidade urbana do centro para os bairros, durante a década de 70*"

- Pesquisa e analisa os carnavais de Guaíba, com seus blocos e escolas, e como interagem o centro e os bairros mais próximos nestes eventos.

7ª apresentação: Gustavo Uchôas Guimarães - "*Presença de indígenas no município de Virgínia - Um resgate da história indígena sul-mineira*"

O CONTEÚDO DESTA APRESENTAÇÃO E OS COMENTÁRIOS FEITOS NA OCASIÃO SERÃO DIVULGADOS EM OUTRA PUBLICAÇÃO.

## **6. Conferência**

*"As revoluções russas – controvérsias e legados"*

Prof. Daniel Aarão Reis (UFF)

Observação: Constan anotações a partir do momento em que cheguei à Conferência (não acompanhei seu início).

- Nas eleições de 1917 na Rússia, houve a tentativa de proibir candidatos liberais.
- A Rússia teve grandes perdas com a 1ª Guerra Mundial: o Tratado de Brest-Litovski impôs uma "derrota" aos revolucionários. Lênin, ao aceitar os termos do tratado, gera um racha entre os bolcheviques, o que desencadeou tensões que ajudaram a culminar na guerra civil (que contou, inclusive, com atentados contra Lênin).
- Na guerra civil, há de se destacar o papel do chamado Exército Negro (anarquistas ucranianos), que apoiaram os "vermelhos" contra os "brancos" no conflito, mas depois são perseguidos pelos "vermelhos" quando se recusam a baixar armas.
- Stalin define que os povos não-russos só teriam independência com permissão dos comitês proletários (organizações soviéticas urbanas), normalmente com maioria de russos em sua composição.
- Tal decisão de Stalin gera divergências entre aqueles que preferiam se manter unidos a Rússia e os que queriam se separar. Com pressão da Alemanha, a Rússia cede a independência para a Finlândia, a Polônia e os países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia).
- As guerras civis na Rússia (1918-1921) diminuem o caráter democrático dos revolucionários e fazem da Rússia um país mais fortemente dominado pelas diretrizes do governo revolucionário.
- A vitória do Exército Vermelho sobre a Revolução de Kronstadt (1921) consolida a Revolução Russa, que se expressa, a partir de então, em uma estrutura militarizada (até mesmo nos trajes dos bolcheviques), com a centralização no Partido Comunista.
- Para entender melhor o que ocorreu em outubro de 1917, é preciso analisar as guerras civis que se seguiram.

### Questionamentos surgidos para reflexão:

- Considerando o que ocorreu com o partido e os revolucionários após as guerras civis (militarização, centralização, rigidez na estrutura política ditatorial), a revolução já não teria sua derrota em 1921?
  - Que desafios existem para se evitar uma reconstrução histórica que destaque excessivamente a revolução de fevereiro de 1917 em detrimento da revolução de outubro do mesmo ano?
- 
- 
- 
-

# História brasileira

## **Entre projetos e programas – o exemplo do Bolsa Família**

*[Texto publicado em 13/03/2016]*

Em meio aos conturbados episódios envolvendo o ex-presidente Lula, o líder do PRTB, Levy Fidelix, publicou nas redes sociais uma interessante e sucinta análise das intenções do PT no poder. Particularmente, não concordo com as pautas de Levy Fidelix, mas, neste caso específico e considerando importante ter a mente aberta para coisas que nem sempre se encaixam em nossas cartilhas, me vi concordante com a postagem de Fidelix, cujo teor segue abaixo:

*“O PT é especialista em programas, não em projetos. O que isso quer dizer? Quer dizer que ele governa pensando apenas no período em que estiverem no poder. Eles não tem uma visão a longo prazo que verdadeiramente traria desenvolvimento, porém eles não estariam no poder para colher os frutos. Porque os frutos, para eles, não é ver o povo em uma situação confortável. Para eles o sucesso vem apenas quando ganham um tapinha nas costas e ouvem um 'bom trabalho', ou, mais ainda, quando o bolso fica recheado de dinheiro oriundo da corrupção”.*

O texto de Levy Fidelix é certo quando pensamos, por exemplo, no Bolsa Família. O programa é bom e tem sido ajuda para muitos brasileiros, mas também tem falhas estruturais que mostram que o PT pensa mais nos “louros” que pode ganhar do que propriamente no pleno desenvolvimento do povo (mesmo que isto ocorra sem o PT no poder).

A primeira falha do programa que deveria ser ajustada refere-se ao seu caráter de “política de governo”, ou seja, é uma iniciativa do governo brasileiro enquanto o PT estiver no poder (portanto, passível de não ter continuidade com outros partidos no poder, mesmo considerando o fim do programa como algo difícil de acontecer). O programa deveria passar para a condição de “política de Estado”, ou seja, ter a garantia de execução independente do partido que esteja no poder. Oras, por que o PT não facilita a transformação do Bolsa Família em “política de Estado” e prefere mantê-lo como “política de governo”? Porque o partido é vaidoso o suficiente para achar que vai ficar longo período no poder e não admite que outro partido venha a colher os frutos do programa. E qual seria o maior fruto do Bolsa Família? Que ninguém mais precise dele! O grande objetivo e sinal de sucesso de qualquer programa social é fazer com que nenhum cidadão precise do programa para crescer. Claramente, hoje o Bolsa Família é necessário para muitos brasileiros, porém não pode ter caráter “eterno” nem servir como instrumento para projetos de poder, e deve levar seus beneficiários a não mais necessitarem do programa na medida em que saem da miséria.

A segunda falha do programa Bolsa Família não é necessária e exclusivamente culpa do governo federal: a quantidade de pessoas que recebem o benefício sem precisar dele. A fiscalização do Bolsa Família é feita pelas prefeituras (que mantém os cadastros atualizados e fiscalizam principalmente através das assistências sociais) e pela Controladoria Geral da União (CGU). Mesmo assim, o processo de fiscalização poderia ser ainda mais eficiente se os beneficiários tivessem de declarar renda anualmente. O objetivo não seria a cobrança de impostos (como ocorre no sistema de declaração para cobrança do Imposto de Renda), mas puramente o maior controle sobre quem precisa ou não receber o benefício (e, posteriormente, cortando-o de quem não precisa recebê-lo).

A terceira falha do Bolsa Família está na frouxa exigência de frequência escolar. Como defensor de uma “Pátria Educadora”, o governo federal deveria saber que a simples frequência à escola não forma cidadãos nem desenvolve a educação. Um primeiro passo de melhoria seria condicionar o recebimento do Bolsa Família também ao desempenho do



## "EU TE AMO, MEU BRASIL, EU TE AMO": motivos para não defender a ditadura militar no Brasil

[Texto publicado em 01/04/2018]

O título deste texto é um verso de uma canção gravada em 1969 pela dupla Dom e Ravel<sup>35</sup> e que se tornaria um dos símbolos culturais da ditadura militar brasileira. Na mesma época, era lançado o *slogan* "Brasil: ame-o ou deixe-o", como forma de propaganda nacionalista a serviço dos militares no poder. Tudo isto está sendo lembrado aqui pois a data assim o inspira: a virada do dia 31 de março para 1º de abril sempre faz lembrar esse momento repugnante da história brasileira, quando militares tomam o poder, alegando estarem a livrar o Brasil de uma suposta "ameaça comunista", contextualizada na paranoica Guerra Fria.

A quem não viveu o período ditatorial no Brasil e pede para que volte através de intervenção militar, nunca é demais lembrar até onde foi esse propagandeado "amor pelo Brasil", um "amor" que aumentou desigualdades, censurou vozes, combateu "inimigos" e deu páginas tristes à história brasileira, assim como toda ditadura (seja ela dizendo-se de direita ou de esquerda) nos países que a permitem. A seguir, vamos ver três pontos relacionados ao período ditatorial brasileiro que merecem destaque para que não voltemos a pedir ou defender este tipo de regime.

### *Corrupção*

Os 21 anos de militares à frente do Poder Executivo brasileiro e de organização da política em torno de uma ordem favorável aos militares tiveram episódios de corrupção<sup>36</sup> que, à época, não eram amplamente divulgados por diversos motivos<sup>37</sup> (falta de autonomia na fiscalização dos agentes políticos, censura à imprensa, restrições ao Legislativo, etc). Muitos casos de corrupção durante a ditadura militar só vieram à tona, timidamente, a partir da abertura iniciada no governo Geisel (1974-1979), ou, escancaradamente, após o fim do período de governos militares. Sobre esta divulgação dos casos de corrupção na ditadura, Campos (2012, pág. 469<sup>38</sup>) afirma que

[...] na ditadura, principalmente nos anos mais fechados, foram vistas poucas acusações contra impropriedades cometidas por construtoras, o que evidencia obviamente não o menor número de casos, mas o amordaçamento dos mecanismos de fiscalização e divulgação de irregularidades, que, crê-se, eram até mais frequentes que nos períodos de maior abertura política.

---

<sup>35</sup> Letra completa da música: <<https://www.letras.mus.br/dom-ravel/979917/>>

<sup>36</sup> FREIRE, Marcelo. **Conheça dez histórias de corrupção durante a ditadura militar**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/conheca-dez-historias-de-corrupcao-durante-a-ditadura-militar.htm>> Acesso em: 31 mar.2018.

<sup>37</sup> FREIRE, Marcelo. **Ditadura militar brasileira era "cenário ideal" para corrupção, diz historiador**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/04/01/ditadura-militar-brasileira-era-cenario-ideal-para-corrupcao-diz-historiador.htm>> Acesso em: 31 mar.2018.

<sup>38</sup> CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>> Acesso em: 13 mar.2018.

Atualmente, apesar dos muitos escândalos de corrupção, vivemos em um país mais livre, no qual tais escândalos podem ser muito mais amplamente investigados, divulgados e cobrados pelos poderes públicos e pela população. E falando em população, esta vem atuando cada vez mais no combate à corrupção<sup>39</sup>, o que seria prejudicado caso vivêssemos em uma ditadura, onde um viés ideológico (seja ele qual for) aparelha e controla mais rigidamente os instrumentos que deveriam fiscalizar os "maus feitos" de políticos.

#### *Aumento das desigualdades*

Pedroso e Pedroso (2007), ao abordarem a desigualdade social no Brasil e no Chile entre as décadas de 1960 e 2000<sup>40</sup>, apontam que, durante o período de governos militares, o Brasil teve os 20% mais ricos da população como aqueles que mais cresceram em participação na renda total brasileira, evidenciando o crescimento de uma desigualdade social a despeito do alardeado "milagre econômico".

Outro dado importante aponta que, desde o início do período militar, a concentração de renda aumentou no Brasil<sup>41</sup>. Este dado baseia-se em um estudo (liderado por Pedro Ferreira de Souza, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA) que contempla a evolução da concentração de renda brasileira entre 1926 e 2013<sup>42</sup>; no caso da ditadura militar, o estudo aponta que, somente entre 1964 e 1967, o salário mínimo havia perdido 20% de seu valor real (já descontada a inflação), enquanto que, entre 1965 e 1968, o 1% dos mais ricos do Brasil elevou seu controle sobre a renda nacional (em 1965, ganhava 10 vezes a renda média do país; em 68, ganhava 16 vezes esta renda). Tal fenômeno é explicado pelo autor do estudo como algo a ser atribuído às isenções fiscais dadas nos primeiros anos do período militar, o arrocho salarial<sup>43</sup> e a repressão aos sindicatos (o que inviabilizou movimentações favoráveis aos trabalhadores).

---

<sup>39</sup> GOMES, José Vítor Lemes. **Os brasileiros frente à corrupção: um estudo sobre comportamento político**. 1º Seminário Internacional de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set.2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/GOMES-Jos%C3%A9.pdf>> Acesso em: 26 mar.2018.

<sup>40</sup> PEDROSO, Ledi Cerdote; PEDROSO, Márcia N. Cerdote. **Brasil e Chile dos regimes militares ao século XXI: política econômica e distribuição de renda**. Revista Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, vol. 30, nº 2, 2007, pág. 121-133. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/791/549>> Acesso em: 25 mar.2018.

<sup>41</sup> MARREIRO, Flávia. **Série inédita brasileira mostra salto da desigualdade no começo da ditadura**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/29/economia/1446146892\\_377075.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/29/economia/1446146892_377075.html)> Acesso em: 29 mar.2018.

<sup>42</sup> Uma constatação interessante do estudo é a de que a desigualdade na concentração de renda aumentou justamente durante os dois períodos de ditadura no Brasil: Getúlio Vargas (1937-1945) e os militares (1964-1985).

<sup>43</sup> O arrocho se deu principalmente devido às regras de reajuste salarial e negociações coletivas impostas pelo governo de Castello Branco, regras estas que dificultavam as convenções sindicais (também as decisões da Justiça do Trabalho deveriam seguir as regras de reajuste salarial e de negociações coletivas), juntando-se a tudo isto o combate às greves por parte do governo militar. Para maiores detalhes sobre o arrocho salarial no período militar e, de maneira geral, sobre a história da desigualdade no Brasil entre 1926 e 2013, leia: SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016\\_PedroHerculanoGuimar%C3%A3esFerreiradeSouza.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3%A3esFerreiradeSouza.pdf)> Acesso em: 13 mar.2018. Sobre o arrocho salarial no período militar: páginas 293-294.

O governo militar argumentava que tal concentração de renda se dava pois o "bolo" deveria crescer para depois ser repartido (usando palavras do ministro Delfim Neto na década de 1970): na realidade, realmente o bolo cresceu, mas poucos ficaram com suas fatias.

### *Censuras e combate a inimigos políticos*

Assim que deram o golpe, os militares buscaram legitimar seu poder através da censura a jornalistas, artistas e intelectuais que ousassem criticar o novo regime. Neste sentido, Samways (2008) destaca a atuação do governo militar para combater políticos opositores e jornalistas que não eram alinhados às ideias dos militares no poder<sup>44</sup>, citando Maria Aparecida de Aquino quando esta diz que a censura se deu mesmo antes do Ato Institucional nº 5, tendo como exemplo o caso do jornalista Hélio Fernandes, que foi feito prisioneiro na ilha de Fernando de Noronha após criticar o ex-presidente Castello Branco em 1967<sup>45</sup>. Após o Ato Institucional nº 5, a censura ficou mais dura a todos aqueles que, de alguma forma, se "desviassem" do ideário governamental<sup>46</sup>.

Sobre o combate a "inimigos", existem casos polêmicos que ao longo do tempo chegaram a ser atribuídos à ação dos governos militares, tendo entre os casos mais conhecidos a morte de Juscelino Kubitschek, em 1976: de acordo com a Comissão da Verdade de São Paulo<sup>47</sup>, JK planejava se candidatar à presidência como opositor aos militares e por isso foi eliminado (pois era visto como ameaça à "estabilidade" do regime militar no Brasil); no entanto, relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que não há como provar a ligação da morte de JK com a atuação de militares do governo<sup>48</sup>.

Fora este e outros casos polêmicos, o governo militar combateu seus inimigos políticos de diversas formas, principalmente com cassações de direitos políticos. Apesar da existência de um partido opositor (Mobilização Democrática Brasileira - MDB) e da chance deste partido lançar candidatos em processos eleitorais, o clima era instável para os políticos ligados ao MDB, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (1969). Segundo Gordilho

---

<sup>44</sup> SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Censura à imprensa e a busca de legitimidade no regime militar**. IX Encontro Estadual de História, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <[http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634\\_ARQUIVO\\_Censuraaimprensaabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf](http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634_ARQUIVO_Censuraaimprensaabuscadelegitimidadenoregimemilitar.pdf)> Acesso em: 31 mar.2018.

<sup>45</sup> As críticas foram feitas no editorial do jornal "Tribuna da Imprensa", na edição de 19 de julho de 1967, um dia após a morte de Castello Branco. Sobre a prisão de Hélio Fernandes e o imbróglio gerado para os militares, leia: BARROS, Gisele. **Hélio Fernandes é preso em Fernando de Noronha por criticar Castello Branco**. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/helio-fernandes-presos-em-fernando-de-noronha-por-criticar-castelo-branco-21711491>> Acesso em: 30 mar.2018.

<sup>46</sup> Samways (2008) destaca o manual distribuído a jornais do Rio de Janeiro assim que foi divulgado o Ato Institucional nº 5. O manual, assinado pelo general de brigada César Montagna de Souza, proibia aos jornais cariocas a divulgação de notícias que prejudicassem a "imagem ordeira" do Brasil, criticassem os atos institucionais, desmoralizassem o governo e as instituições brasileiras, falassem de greves ou quaisquer movimentos de trabalhadores, mostrassem opiniões e declarações de quem estivesse com direitos políticos cassados e estabelecessem a "desarmonia entre as forças armadas e entre os poderes da República ou a opinião pública".

<sup>47</sup> BEDINELLI, Talita. **Após 37 anos, a morte do ex-presidente Kubitschek é considerada homicídio**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/10/politica/1386701338\\_885414.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/10/politica/1386701338_885414.html)> Acesso em: 13 mar.2018.

<sup>48</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <[http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49078/Brasil\\_-\\_Comiss%C3%A3o\\_Nacional\\_da\\_Verdade.\\_Relatorio.\\_Volume\\_I\\_592\\_p.\\_.pdf?sequence=7](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/49078/Brasil_-_Comiss%C3%A3o_Nacional_da_Verdade._Relatorio._Volume_I_592_p._.pdf?sequence=7)> Acesso em: 13 mar.2018. Sobre a morte de Juscelino Kubitschek, ler as páginas 73 a 76 do relatório.

(2015, pág. 39-40), tal Ato deu poderes ao presidente Costa e Silva "com a justificativa de combater a subversão", ocasionando, na verdade, a prisão de vários jornalistas e políticos contrários ao governo, tendo como exemplos o ex-presidente Juscelino Kubitschek e o jornalista e ex-governador Carlos Lacerda<sup>49</sup>. Gordilho cita (pág. 42) uma ata da Sessão do Conselho de Segurança Nacional realizada em 16 de janeiro de 1969, na qual se diz claramente os motivos da cassação de políticos:

A maior parte dos que hoje estão arrolados é constituída de homens já bastante conhecidos por suas ideias anti-revolucionárias e, aqui, estamos vivendo um dilema revolução ou anti-revolução. Não podemos admitir que se faça um trabalho de maior corrosão ou de oposição à Revolução.

Resumindo: políticos eram cassados por suas opiniões contrárias ao regime militar.

### *Considerações finais*

Além do que já se sabe a respeito de torturas, desaparecimentos, prisões, exílios, entre outras ações repressivas, o último período ditatorial brasileiro jamais deveria inspirar saudade ou defesa também pelo fato de ter sido um período corrupto, combativo com "inimigos" políticos, gerador de profundas desigualdades sociais e rígido limitador das liberdades de expressão e pensamento.

A ditadura militar brasileira teve a sua frente corruptos com fortes ligações políticas e econômicas com grupos igualmente corruptos, mas tal corrupção não era mostrada ao povo brasileiro em seu real tamanho mediante repressão dos meios de comunicação. A mesma ditadura combateu aqueles que usavam de seus postos políticos para protestarem e opinarem contrários ao que os militares chamavam de "revolução". O governo militar também favoreceu o crescimento da desigualdade social no Brasil com suas políticas econômicas, trabalhistas e salariais que geraram arrocho para os trabalhadores e maior concentração da renda nas mãos dos mais ricos (isso sem contar no aumento da dívida pública brasileira<sup>50</sup> como resultado de diversos empréstimos para custeio de obras que, em parte, não eram concluídas).

Com todo este breve exposto, tem-se razões para afirmar que a virada de 31 de março para 1º de abril não deve ser comemorada e sim lamentada e lembrada como o início de um momento difícil à jovem democracia brasileira.

---

<sup>49</sup> GORDILHO, Maria Celina Monteiro. **Cassação de mandato, suspensão de direitos políticos e inelegibilidade: relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968-1970)**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18902/1/2015\\_MariaCelinaMonteiroGordilho.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18902/1/2015_MariaCelinaMonteiroGordilho.pdf)> Acesso em: 13 mar.2018.

<sup>50</sup> Segundo o movimento "Auditoria Cidadã da Dívida", a dívida pública brasileira saltou de US\$ 3,294 bilhões em 1964 para US\$ 105,171 bilhões em 1985. Para maiores detalhes, leia a página disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/corruptao-e-divida-publica-no-periodo-militar-1964-1985/>>





## **Lições do passado - a auditoria varguista**

*[Texto publicado em 09/10/2016. Continua atual, principalmente na conjuntura política e econômica em que se encontra o Brasil]*

É comum pessoas questionarem o porquê de estudarem História na escola; algumas vão mais longe e "batem o martelo" dizendo que História não serve para nada. Mas, como historiador, preciso cumprir a árdua tarefa de mostrar para que serve a História e neste texto cumprirei um pouco disto apontando a História do passado como referência aos nossos tempos atuais. Como a discussão da vez no Brasil gira em torno da PEC 241/2016<sup>51</sup>, vamos buscar uma referência no passado para entender melhor a desnecessidade de tal PEC.

Sobre a PEC 241/2016, não é segredo do que ela trata. Ao final deste texto, será deixado o link para quem quiser ler a PEC na íntegra e acompanhar a tramitação no Congresso Nacional. O fato é que a PEC, proposta pelo presidente Michel Temer, é mais uma daquelas formas de fazer o povo pagar a conta de uma crise que foi alimentada pelo contexto internacional e por uma incompetente gestão financeira da parte do governo federal (desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff). No entanto, a propaganda em torno da PEC quer fazer o povo engolir que ela é imprescindível e que, sem a aprovação da PEC, não há outra alternativa ao país para sair da crise econômica. Mas a História tem suas lições e aqui precisamos voltar até a década de 1930 (Era Vargas) para aprender e refletir sobre uma destas lições.

Em 1931, o governo federal apurou que apenas 40% dos contratos referentes a dívida externa brasileira estavam documentados, além da constatação de que não havia controle das remessas para o exterior e não havia uma contabilidade regular. Assim, sob o governo de Getúlio Vargas, um detalhado processo de auditoria e renegociação (que durou até 1943), descrito por Fattorelli (2006), fez a dívida externa brasileira cair da seguinte forma:

- US\$ 1,294 bilhão em 1930
- US\$ 698 milhões em 1945
- US\$ 548 milhões em 1948

Esta auditoria feita no governo Vargas seguiu uma metodologia baseada na criação da Secretaria Técnica da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros, na fiscalização do serviço dos empréstimos externos, na análise de todos os contratos federais, estaduais e municipais e no levantamento das condições contratuais. A dívida externa foi suspensa em 1931 (logo no início dos trabalhos de auditoria) e procedeu-se com uma renegociação das dívidas, seguida da celebração de acordos que fixavam as bases das remessas para o pagamento da dívida, conforme a capacidade brasileira de pagamento.

Ainda segundo Fattorelli (2009), a redução do montante da dívida e do fluxo de pagamentos permitiu maiores recursos para investimentos na industrialização brasileira e na implantação de direitos sociais. O único erro do governo Vargas, segundo Fattorelli e Ávila (2009), foi não ter reivindicado a reparação do havia sido pago indevidamente.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelece uma nova auditoria na dívida brasileira. Seguindo este preceito constitucional, foi instalada no Congresso Nacional, em 1989, uma comissão mista para analisar a dívida brasileira, mas o relatório final não foi votado em plenário até hoje.

---

<sup>51</sup> Quando aqui se trata a PEC 241/2016 como "discussão da vez", veja aqui uma enorme carga de generosidade, pois o que menos se veem (especialmente nas redes sociais) são discussões saudáveis, civilizadas, pautadas pelo debate de ideias para buscar a melhor solução; pelo contrário, o que mais se veem são embates verbais carregados de *slogans*, palavras de ordem e tolos chavões que só prestam desserviços a uma discussão já em muito prejudicada pela histórica alienação política de muitos brasileiros (principalmente aqueles que orgulhosamente dizem odiar política).

No Plano Plurianual<sup>52</sup> 2016-2019, uma emenda do deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL - Pará) incluiu a auditoria da dívida como compromisso do governo federal com participação de entidades civis, porém Dilma Rousseff vetou a realização da auditoria. De acordo com o site da Auditoria Cidadã da Dívida<sup>53</sup>, não há transparência do governo federal com relação aos beneficiários da dívida brasileira, cujos nomes são tidos como sigilosos pelo governo.

Pensando esta experiência brasileira de auditoria no governo Getúlio Vargas e no desenrolar das ações em torno da auditoria desde a década de 1980, podemos nos questionar:

A quem interessa o veto dado por Dilma Rousseff?

A quem interessa a não realização da auditoria?

A quem interessa o silêncio de Michel Temer, de sua equipe econômica e da maior parte da classe política em relação à auditoria?

O debate em torno da auditoria, como foi visto ao longo do texto, não é algo recente e ganhou força após a auditoria iniciada pelo governo do Equador, em 2007. A experiência equatoriana, segundo Miranda (2011), foi positiva por provar a ilegalidade da dívida.

Considerar a auditoria feita no governo Vargas como parâmetro pode levar a um questionamento sobre o tempo que todo o processo pode levar. Este questionamento, porém, cai quando pensamos que a proposta da PEC é para os próximos 20 anos, portanto o processo de auditoria certamente demoraria menos tempo e oferece uma saída à crise econômica brasileira sem sacrificar investimentos em educação, saúde, infraestrutura, etc.

Debater a auditoria neste momento da política e da economia brasileira significa aumentar ainda mais a pressão sobre o governo, pressupondo também que esta necessária ideia seja levada ao conhecimento do maior número possível de brasileiros.

#### **Para saber mais sobre a PEC 241/2016:**

Proposta de Emenda Constitucional na íntegra -  
<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=B8292E0478253FA314F34AFAB616EB96.proposicoesWeb1?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=B8292E0478253FA314F34AFAB616EB96.proposicoesWeb1?codteor=1468431&filename=PEC+241/2016)>  
Tramitação da PEC no Congresso Nacional -  
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Escândalo: Dilma veta a realização de auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil*. Disponível em:

<<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/01/14/dilma-veta-auditoria/>> Acesso em: 08 out.2016. Publicado em: 14 jan.2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct)> Acesso em: 06 out.2016.

---

<sup>52</sup> O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento das ações do governo federal. Para saber mais, leia: <<http://www.segplan.gov.br/post/ver/115737/o-que-e-o-plano-plurianual-ppa>>

<sup>53</sup> O movimento Auditoria Cidadã da Dívida foi criado em 2001. No ano anterior, um plebiscito realizado pela Rede Jubileu Sul Brasil teve a participação de 6 milhões de brasileiros, dos quais 96% disseram "não" ao pagamento da dívida externa sem uma auditoria. No entanto, como o governo federal à época não realizou a auditoria, surgiu a Auditoria Cidadã da Dívida para acompanhar a evolução do endividamento brasileiro e pressionar o governo pela auditoria. Para saber mais, leia: <<http://www.jubileusul.org.br/quem-somos>> e <<http://www.auditoriacidada.org.br/quem-somos/>>





# História geral

## **Ciclos da História Ocidental**

*[Texto publicado em 22/02/2015]*

O fato é que estamos vivendo pela 3ª vez um ciclo que se repete há 3000 anos na história ocidental. Este ciclo foi descrito por Marc Sautet em sua obra “Um café para Sócrates” e, baseado neste autor, vou ampliar seu conceito, detalhar suas características e pormenores (baseado em observações e percepções a respeito da História) para que possamos compreender melhor.

Podemos dizer que o tal ciclo vivido na história ocidental é composto por 5 elementos: glória, trevas, renascimento, conflitos e renovação. Como eu disse há pouco, estamos vivendo este ciclo pela 3ª vez, então vou explicar de forma sintética as outras duas ocorrências do mesmo:

1º ciclo: A civilização da ilha de Creta (Grécia) havia despontado como uma das mais importantes do Mediterrâneo, porém foi destruída por invasores que vieram da Europa Central e deixaram a Grécia em um momentâneo estado de “trevas”, ou seja, sem destaque entre as civilizações de sua época e sem grande desenvolvimento político e econômico. Este período veio a acabar na medida em que um “renascimento” ocorria nas artes, na dinâmica social, na economia e na política, tendo seu maior expoente em Atenas. Este período renascentista foi sucedido por conflitos entre as cidades-estado gregas, o que fragilizou a Grécia e deu brecha para que fosse invadida por duas novas potências da Antiguidade: Macedônia (que conquistou a Grécia em 335 a.C.) e Roma (que conquistou a Grécia em 146 a.C.).

2º ciclo: A civilização romana começa a viver períodos de glória quando começa a formar seu império em torno do Mediterrâneo. No entanto, as forças germânicas minaram o Império Romano até o seu fim (século V d.C.), levando a Europa Ocidental a um momentâneo período de “trevas”, ou seja, de ruralização da economia e de enfraquecimento das instituições políticas. Este período vê seu desfecho na medida em que ocorre um renascimento no comércio, nas artes, nas formas de governo, no sistema econômico e até mesmo na religião, tendo as cidades italianas como um dos grandes expoentes. Ao período renascentista, seguiram-se séculos de conflitos religiosos, revoluções e guerras imperialistas, dando brecha para que a Europa fosse influenciada pelas duas potências que dominaram o mundo nos últimos séculos: Inglaterra e, posteriormente, Estados Unidos.

O 3º ciclo da história ocidental começa com a glória dos Estados Unidos e já mostra, atualmente, possíveis candidatos a minar o poderio norte-americano ou, no mínimo, tentar estabelecer um novo período de “trevas”. Ao contrário dos ciclos anteriores, onde os “invasores” eram grupos étnicos, hoje os tais candidatos podem ser grupos políticos, sociais ou religiosos, sem necessariamente estarem unidos por uma identidade étnica; os mais fortes destes candidatos, hoje, são o terrorismo e o fundamentalismo religioso. Estas duas forças tentam estabelecer um estado de trevas baseado no medo, na intolerância e na doutrinação forçada. O fundamentalismo religioso, na verdade, faz parte de um conjunto ligado ao fanatismo, que é uma “mancha” na História da humanidade. Neste contexto, o poderio norte-americano, que ainda é imenso e intenso, vê iniciar um processo de “rachaduras” com o advento de blocos ou países política e economicamente fortes, como a União Europeia e a China.

Uma característica comum aos períodos de “trevas” foi o aumento da ligação com a terra. Tanto no período de “trevas” dos gregos quanto após o fim do Império Romano do Ocidente, vemos a ruralização tornar a terra um objeto de identidade social e uma base econômica. Nos dias atuais, não há um processo de ruralização (pelo contrário, a maior parte da humanidade vive nas cidades), mas podemos perceber um relacionamento mais intenso com a terra no sentido de apego ao território, de nacionalismo e de lutas separatistas. Não é a toa que o século XX começou com apenas 51 países independentes e terminou com 201 (hoje em dia,



## **Macabeus, Charlie Hebdo e anti-ocidentalismo**

*[Texto publicado em 10/02/2015]*

Vem sendo comuns na mídia, em especial nos últimos 14 anos, as notícias sobre ataques, invasões, atentados e conflitos envolvendo algum grupo originário do Oriente Médio ou que tenha se "alimentado" de pensamentos vindos da mesma região. A maioria das pessoas certamente conhecem ou já ouviram falar em Al Qaeda, Jihad Islâmica, Hamas, Boko Haram, Al Fatah, Estado Islâmico, entre outros nomes que frequentam os noticiários do mundo todo. Esses grupos têm em comum, principalmente, as seguintes características: atribuem a si mesmos uma interpretação supostamente correta da doutrina islâmica, tentam aplicar esta doutrina em todas as áreas da vida, combatem ferozmente os que eles chamam de "moderados" ou "infiéis" e consideram como grande inimigo o Ocidente (em especial os Estados Unidos) com tudo aquilo que o Ocidente pode apresentar e representar. Tais grupos mostram grande ousadia em seus ataques, bastando vermos os atentados contra as Torres Gêmeas de Nova York (11/09/2001), o ataque à sede da revista Charlie Hebdo em Paris (07/01/2015), entre outras ações que chocam o mundo na história contemporânea.

Na verdade, apesar de atualmente a maior parte destes grupos terem uma origem comum muçulmana, é fato que ao longo da História a resistência contra o Ocidente partiu de grupos com as mais diversas origens religiosas, também assumindo várias faces, tendo diversas intenções e gerando intensos conflitos. Se voltarmos no tempo, mais exatamente até o século XI, veremos a ruptura do cristianismo em Igreja Católica Apostólica Romana e Igreja Ortodoxa Grega, que nada mais foi do que uma reação das igrejas orientais (Ortodoxas) às práticas da igreja ocidental (Católica Romana).

Indo mais longe no tempo, chegaremos às lutas dos judeus contra a imposição cultural que vinha primeiro dos gregos e depois dos romanos. Inclusive, o primeiro grande movimento contrário à influência ocidental nasceu no seio do judaísmo, liderado pelo sacerdote Matatias e seus filhos em meados do século II a.C. Quando Matatias vem a morrer, assume seu lugar o seu filho Judas, que tinha o apelido de Macabeu ("martelo", em hebraico). Judas e seu irmão Jônatas morrem em batalhas, mas Simão, outro filho de Matatias, garante a independência dos judeus e cria o Estado da Judeia, separando-se do Império Selêucida.

Só para contextualizarmos: o Império Selêucida surgiu por volta de 310 a.C., fundado por Seleuco, que era um dos generais do imperador Alexandre, o Grande. Seleuco e seus sucessores quiseram levar adiante o projeto alexandrino de "helenizar" o mundo, ou seja, levar a cultura grega a todos os povos do imenso império que Alexandre conquistara antes de morrer. A revolta dos judeus inicia em 167 a.C., quando o rei selêucida Antíoco IV manda colocar uma estátua de Zeus (divindade mais importante dos gregos) no Templo de Jerusalém, o local mais sagrado do judaísmo.

Na Bíblia católica, os dois livros dos Macabeus trazem detalhes das lutas pela "purificação" do Templo judaico e criação de um Estado Judeu em reação à cultura grega imposta na região. As lutas de poder entre os descendentes de Simão, no entanto, abriram brechas para um novo invasor ocidental, os romanos. E sabemos que, posteriormente, os judeus levantaram-se em duas grandes revoltas contra o Império Romano: na primeira, foram derrotados e tiveram seu Templo destruído (70 d.C.); na segunda, também foram derrotados e expulsos de Jerusalém (135 d.C.), tendo se dispersado pela Europa, Ásia e África.

Este anti-ocidentalismo é uma reação às posturas das potências ocidentais ao longo da História, que constantemente invadiram o Oriente Médio e tentaram impor sua cultura pela força. Vemos estes casos na formação dos impérios comandados pelos generais de Alexandre o Grande, no crescimento do Império Romano, nas Cruzadas que tentaram conquistar a Terra Santa, no domínio francês e inglês sobre o Oriente Médio no século XX e nas ações estadunidenses em sua "guerra ao terror". Obviamente, as ações das potências ocidentais não justificam os atos terroristas perpetrados principalmente por extremistas religiosos, mas estas



## O fascínio dos antigos pela origem mítica de seus líderes

[Texto publicado em 07/08/2015]

Há temas na História que instigam a imaginação e levam as pessoas a se interessarem um pouco mais por histórias antigas. Um tema que tem estas características é a origem mítica de líderes que passam por grandes perigos desde o nascimento e são envoltos em profecias e promessas divinas. O que leva as mitologias antigas a relatarem estas origens tão cercadas de heroísmo? Vamos analisar a origem de grandes personagens, históricos ou não, que compartilham de periculosidade em seus primeiros anos de vida: Sargão, Moisés, Édipo, Rômulo e Remo, Ciro e Jesus. É importante ressaltar aqui que o uso das palavras “mitologia”, “mítico” e “mitológico” vai muito além da ideia de “histórias verdadeiras” ou “lendas”. Os mitos são relatos ligados ao sagrado, para explicar algo em sua origem e tendo personagens ou influências sobrenaturais. Com esta ideia é que podemos chamar de “mito” a origem dos personagens que vamos analisar como exemplos do fascínio da humanidade por líderes fortes com origem heroica.

Sargão foi um rei que dominou o sul da Mesopotâmia no final do III Milênio a.C. Um texto assírio do século VII a.C. relata que Sargão era filho ilegítimo de uma sacerdotisa. Por este motivo, ele foi colocado, ainda bebê, em um cesto e depositado nas águas do rio Eufrates, até ser encontrado por um carregador de água chamado Akki, que o criou e o fez seu jardineiro.

Moisés, libertador dos hebreus, tem sua vida relatada nos livros bíblicos de Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Segundo o relato bíblico (Êxodo 1,15 – 2,10), uma ordem do faraó egípcio dizia que todo menino hebreu recém-nascido deveria morrer para evitar a multiplicação dos hebreus. No entanto, a mãe de Moisés, para protegê-lo, colocou-o em um cesto e deixou-o no rio Nilo, até que o menino foi encontrado pela filha do faraó e por ela foi criado.

Édipo teve sua vida contada na obra *Édipo Rei*, do escritor grego Sófocles (século V a.C.). No livro, Édipo é um bebê jurado de morte por estar envolto em uma profecia segundo a qual ele mataria o pai e se casaria com a mãe. Seu avô, rei de uma cidade grega, manda matar o bebê, mas o executor fica com pena e o abandona, e logo após um pastor o encontra e o adota.

Rômulo e Remo aparecem nos mitos romanos e em relatos de escritores gregos. Eles teriam vivido no século VIII a.C. A mãe, Reia Silvia, era sacerdotisa e teria sido fecundada pelo deus Marte. O fruto da gravidez foi os gêmeos, que foram lançados ao rio Tibre pelo usurpador do trono da cidade de Alba Longa. Porém, os bebês sobreviveram e foram amamentados por uma loba, sendo depois adotados por um pastor da região.

Ciro foi imperador da Pérsia no século VI a.C. Seu nome consta na Bíblia como libertador dos judeus que se encontravam exilados na Babilônia. O escritor grego Heródoto (século V a.C.) relata sua origem da seguinte forma (Livro I, 108 a 113): o rei Astíages, que governava a Média e tinha a Pérsia como subordinada, sonhou que de sua filha nascia uma videira que cobria toda a Ásia. Instruído por magos de que a videira seria um neto seu que iria tomar-lhe o poder, Astíages manda eliminar o bebê que nasceu de sua filha. O bebê, chamado Ciro, foi entregue a Hárpago para que este o matasse, mas Hárpago, usando de compaixão, entregou Ciro a um pastor e este o criou como filho.

Jesus de Nazaré, cuja vida e palavras deram origem ao cristianismo, tem sua vida relatada principalmente nos evangelhos bíblicos de Mateus, Marcos, Lucas e João. Segundo os relatos bíblicos, sua mãe, Maria, ficou grávida por ação divina, estando Jesus já cercado por profecias que falavam de seu caráter divino e messiânico. Logo após o seu nascimento, Jesus foi perseguido pelo rei Herodes (vassalo do Império Romano), que viu no bebê uma ameaça ao

seu poder. Maria e seu esposo José levaram Jesus em fuga para o Egito, de onde voltaram somente quando Herodes morreu.

Note que há muitas semelhanças entre os relatos: o personagem principal está envolto em uma profecia ou promessa divina, e isto ameaça principalmente quem detém o poder; a tentativa de eliminação do personagem não dá certo, normalmente com intervenção divina que o ajuda a ser salvo; o personagem é encontrado e criado por pessoas que muitas vezes não sabem de sua origem. Outro ponto em comum é o destino glorioso dos personagens que tiveram estas origens perigosas e heroicas: Sargão conquista diversas cidades do sul da Mesopotâmia e funda uma grande cidade chamada Acad; Moisés lidera os hebreus em sua saída do Egito e dá-lhes uma legislação que garante o culto monoteísta e influencia o judaísmo, o cristianismo e o islamismo; Édipo foi rei de Tebas e livrou a cidade do perigo de um monstro mitológico; Rômulo e Remo destituíram o rei de Alba Longa e fundaram a poderosa cidade de Roma; Ciro destruiu o Império da Média e lançou as bases para que os persas dominassem da Grécia à Índia; e Jesus deu início a um movimento religioso que hoje congrega 2 bilhões de pessoas que o adoram como Deus.

Desde os mais remotos tempos, a humanidade tende a associar sua identidade nacional ou étnica a heróis que encarnam os valores socialmente aceitos e que são incentivados como virtudes. Estes heróis encarnam a própria construção de um povo ou de um grupo (que pode ser étnico, econômico, social, religioso, etc). Neste contexto, é importante que a história destes heróis seja lembrada e contada, com fatos que mostrem sua missão ou que apontem desde o início o propósito divino de suas ações. No caso de Moisés, por exemplo, é enfatizado o seu nascimento no contexto de um decreto real que dificulta a sobrevivência de Moisés logo após nascer, mas o relato é conduzido no sentido a mostrar que ele tem proteção divina e os fatos de sua vida canalizarão para a função para o qual foi divinamente escolhido: libertar os hebreus. Ou ainda, no caso de Ciro, vemos sua missão logo antes do seu nascimento, no sonho que o avô tivera (a videira que nasce da mãe de Ciro), e dali percebemos a história sendo conduzida em função desta missão, com o relato de sua sobrevivência e de seu crescimento até ter condições de derrotar o Império da Média.

Na construção dos relatos sobre estes personagens, vemos a associação destes a virtudes que se quer perpetuar em um grupo. Assim, vemos a conhecida tolerância dos persas personificada em Ciro quando ele dá liberdade de culto aos povos sob seu domínio, ou o caráter bélico dos povos da Mesopotâmia personificado em Sargão que conquista diversas cidades da antiga Suméria, ou o amor cristão personificado em Jesus que ensina preceitos de respeito e doação de si, ou a obediência hebraica a seu Deus personificada em Moisés que segue as palavras divinas para conduzir o povo hebreu.

Na verdade, esta construção de valores nacionais ou étnicos com auxílio dos mitos em torno de seus heróis não é peculiar apenas dos povos antigos. Temos exemplos recentes em dois países da era contemporânea: o Brasil, que em seus primeiros anos da República distinguiu uma legião de heróis para legitimar as ideias republicanas e transmitir valores como patriotismo; e a Coreia do Norte, cujo governo criou uma mitologia na qual o primeiro líder, Kim Jung-Il, teria nascido no monte sagrado Paektu como uma “estrela brilhante” que iluminaria a Coreia (historicamente, o líder Kim Jung-Il nasceu na Sibéria).

Um outro detalhe que não passa despercebido é a presença dos personagens que contribuem como fios condutores das histórias, tendo papéis de diversos graus de importância. É o caso, por exemplo, das mulheres que geram os personagens aqui analisados. Nas origens de Sargão, Rômulo e Remo, Moisés e Jesus, temos suas mães com alguma forma de ligação com a divindade, sendo mulheres as quais se associam ideais de pureza (no caso das sacerdotisas mães de Sargão e de Rômulo e Remo), obediência (caso de Maria, mãe de Jesus) e fé (virtude implícita no relato sobre Joquebed, mãe de Moisés). Nelas também vemos implícitas a virtude da coragem, cada uma a sua maneira: as mães de Sargão e de Rômulo e



## O sobrenome Uchôas e o lobo ibérico

[Texto publicado em 04/12/2014]

Ao longo da História, os sobrenomes surgiram como referências a pessoas, tipos físicos, condição social, profissões, animais, plantas, regiões, características geográficas, etc. Assim, por exemplos: Rodrigues (refere-se ao nome Rodrigo), Longo, Rico, Ferreira, Leão, Nogueira, Lisboa, Vale, etc. Segundo CUNHA (2009), os sobrenomes surgem entre os nobres, mas depois se espalham entre o povo ao longo da Idade Média como forma de diferenciar indivíduos de mesmo nome.

Como exemplo de referência a animais, temos o sobrenome Uchôas, que é uma variante da palavra basca *otso a* (pronuncia-se *ochoa*), que significa “o lobo”. Segundo GUIMARÃES (2014), o sobrenome surgiu na Idade Média com duques que governavam a região da Vascônia, no País Basco, e de lá se espalhou pela Península Ibérica.

O significado do sobrenome Uchôas na língua basca faz referência ao lobo ibérico. Seu nome científico é *Canis lupus signatus*. A espécie tem cerca de 2000 indivíduos, sendo 1700 deles no norte da Espanha, entre a Galícia e o País Basco, e 300 no norte de Portugal, segundo dados do Grupo Lobo, da Universidade de Lisboa. O lobo ibérico está ameaçado de extinção, principalmente por causa da caça, da destruição de seu habitat e das armadilhas feitas por pastores.

O lobo ibérico também está como possível referência para os sobrenomes Lobo e Lopes.

Propostas pedagógicas:

A origem e história de um sobrenome podem ser pesquisados e discutidos englobando diversas áreas do conhecimento. Exemplificando com o texto acima, é possível trabalhar noções e conteúdos de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (origem e formação das palavras), História (processos históricos de um povo), Geografia (transformações do espaço geográfico por uma sociedade), Ciências da Natureza (ocorrência de animais em uma região e problemas ambientais) e Sociologia (dinâmicas sociais e transformações de uma sociedade).

Referências bibliográficas:

CUNHA, Juliana. Qual a origem dos sobrenomes? Disponível em: <http://super.abril.com.br/cotidiano/qual-origem-sobrenomes-507933.shtml> Acesso em: 04.dez.2014. Publicado em nov.2009.

GRUPO LOBO. Lobo ibérico. Disponível em: [http://lobo.fc.ul.pt/?page=conteudos/lobo\\_iberico](http://lobo.fc.ul.pt/?page=conteudos/lobo_iberico) Acesso em: 04.dez.2014.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Origem do sobrenome Uchôas. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/origem-do-sobrenome-uchoas/127635/> Acesso em: 04.dez.2014. Publicado em dez.2014.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Os dois lados de Fidel

[Texto publicado em 26/11/2016]

Com alegria ou com tristeza ou com quaisquer outros sentimentos, a morte de Fidel Castro é hoje amplamente divulgada no mundo todo. Fidel era um vestígio ainda vivo da Guerra Fria, sendo ele mesmo uma personificação<sup>54</sup> dos intensos conflitos que no passado opuseram o "imperialismo ianque" e o "comunismo".

Particularmente, a análise que faço de Fidel não soaria muito bela ou aceitável aos ouvidos de alguns simpatizantes ou militantes de esquerdas, pois não tenho apreço por ditadores (sejam eles de que lado forem). No entanto, neste dia, a contraditória e polêmica figura castrista não pode escapar aos olhos e à reflexão de nenhum daqueles (independente da ideologia política) que percebem o papel do líder cubano na História do século XX.

De um lado, temos um governante que substituiu uma ditadura que "beijava a mão" dos EUA por outra ditadura de inspiração socialista<sup>55</sup>, governou em um regime de um só partido<sup>56</sup>, censurou liberdades, mandou prender muitos adversários políticos<sup>57</sup> e em cujo comando (seja como primeiro-ministro, de 1959 a 1976, ou como presidente, de 1976 a 2008) milhares de cubanos tentaram ou conseguiram fugir de Cuba<sup>58</sup>. Este lado castrista é bastante destacado por diversos grupos de ideologias políticas contrárias ao socialismo<sup>59</sup>, que há quase 60 anos alimentam acusações contra Fidel e o governo cubano.

De outro lado, temos um governante que cumpriu obrigações. Não abro mão de dizer que todo político, por mais que suas ações tragam os melhores benefícios à população, não faz mais do que sua obrigação como administrador da coisa pública<sup>60</sup>. Sob este ponto de vista, algumas obrigações foram cumpridas pelo comandante cubano com mais eficiência do que muitos governantes ao redor do mundo (inclusive brasileiros), como se podem ver em rápidas pesquisas sobre o IDH cubano (o 2º melhor da América Latina<sup>61</sup>), o seu sistema educacional

---

<sup>54</sup> GUIMARÃES, Roberto. *O legado de Fidel*. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR81909-6013,00.html>> Acesso em: 26 nov.2016.

<sup>55</sup> HERRERA, Rémy. *Cuba: uma resistência socialista na América Latina*. Disponível em: <[https://resistir.info/cuba/cuba\\_remy\\_pt.html](https://resistir.info/cuba/cuba_remy_pt.html)> Acesso em: 26 nov.2016.

<sup>56</sup> PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. Disponível em: <<http://www.pcc.cu/>>

<sup>57</sup> BBC. *Dissidente cubano preso morre após 85 dias de greve de fome*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/02/100224\\_cubadissidenteebc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/02/100224_cubadissidenteebc.shtml)> Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 24 fev.2010.

<sup>58</sup> GARAVELLO, Murilo. *Regime de Fidel Castro gerou fuga em massa para os EUA e multidão de dissidentes*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional/2008/02/19/ult1859u136.jhtm>> Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 19 fev.2008.

<sup>59</sup> CAETANO, Camilo. *10 coisas proibidas em Cuba que você não sabia*. Disponível em: <<http://www.ilisp.org/artigos/10-coisas-proibidas-em-cuba-que-voce-nao-sabia/>> Acesso em: 26 nov.2016.

<sup>60</sup> GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *A ingratidão é necessária*. Disponível em: <<http://em-intimidade-com-a-historia.webnode.com/news/utopias-parte-2-a-ingratidao-e-necessaria/>> Publicado em: 26 mar.2016.

<sup>61</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014*. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)> Acesso em: 26 nov.2016.

UOL NOTÍCIAS. *Brasil fica em 79º no ranking mundial de IDH; veja resultado de todos os países*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/infograficos/2014/07/22/brasil-fica-em-79-no-ranking-mundial-de-idh-veja-resultado-de-todos-os-paises.htm>> Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 22 jul.2014.

(1º na América Latina<sup>62</sup>), o atendimento em saúde (1 médico para cada 160 cubanos<sup>63</sup>), a mortalidade infantil (menor taxa da América<sup>64</sup>), a desnutrição infantil (0%<sup>65</sup>), o crescimento econômico (único país da América a registrar crescimento nos últimos 21 anos consecutivos<sup>66</sup>), entre outros índices. Este lado castrista é bastante destacado por grupos simpáticos ou ligados às ideias socialistas, que há quase 60 anos alimentam defesas do regime cubano.

Independente dos pontos a serem considerados, é fato que a morte de Fidel Castro é também a morte de mais um vestígio ainda vivo da Guerra Fria. Vestígios da Guerra Fria existem ainda em nossas sociedades, como, por exemplo, a obsessão pelo "comunismo"<sup>67</sup> ou pelo "imperialismo ianque"<sup>68</sup>. Estes vestígios provavelmente não desaparecerão, mas podem sofrer transformações na medida em que também se transformam, a nível ocidental ou global, os posicionamentos e mentalidades em relação aos EUA, ao pensamento chamado de "comunista", ou ainda na medida em que tivermos maior predominância de determinadas tendências políticas assumindo o poder ao redor do mundo.

As transformações ou extinções dos vestígios da Guerra Fria são incertezas futuras, mas o fato é que o nome de Fidel Castro, independente de amado ou odiado, permanecerá gravado como uma figura a ser constantemente analisada e estudada no contexto não só da Guerra Fria, mas da história mundial no século XX.

---

<sup>62</sup> BRUNS, Barbara; LUQUE, Javier. *excellent teachers. How to improve learning in Latin America and the Caribbean*. Disponível em: [http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/LAC/Great\\_Teachers-How\\_to\\_Raise\\_Student\\_Learning-Barbara-Bruns-Advance%20Edition.pdf](http://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/LAC/Great_Teachers-How_to_Raise_Student_Learning-Barbara-Bruns-Advance%20Edition.pdf) Acesso em: 26 nov.2016.

LAMRANI, Salim. *Cuba tem o melhor sistema educativo da América Latina*. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/vasto-mundo/cuba-tem-o-melhor-sistema-educativo-da-america-latina-e-do-caribe/> Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 04 set.2014.

<sup>63</sup> BBC BRASIL. *Por que Cuba tem tantos médicos?* Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130608\\_cuba\\_medicos\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130608_cuba_medicos_pai) Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 09 jun.2013.

<sup>64</sup> INDEX MUNDI. *Taxa de mortalidade infantil - Mundo*. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=29&r=xx&l=pt> Acesso em: 26 nov.2016.

<sup>65</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Infant and young child feeding*. Disponível em: [https://www.unicef.org/nutrition/files/Final\\_IYCF\\_programming\\_guide\\_2011.pdf](https://www.unicef.org/nutrition/files/Final_IYCF_programming_guide_2011.pdf) Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: mai.2011.

REVISTA FÓRUM. *Unicef confirma que Cuba tem 0% de desnutrição infantil*. Disponível em: [http://www.revistaforum.com.br/2012/02/08/unicef\\_confirma\\_que\\_cuba\\_tem\\_0\\_de\\_desnutricao\\_infantil/](http://www.revistaforum.com.br/2012/02/08/unicef_confirma_que_cuba_tem_0_de_desnutricao_infantil/) Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 08 fev.2012.

<sup>66</sup> TRADING ECONOMICS. *Cuba - PIB - Taxa de crescimento anual*. Disponível em: <http://pt.tradingeconomics.com/cuba/gdp-growth-annual> Acesso em: 26 nov.2016.

<sup>67</sup> REVISTA VEJA. *Manifestante confunde bandeira do Japão com símbolo comunista*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/politica/manifestante-confunde-bandeira-do-japao-com-simbolo-comunista/> Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 17 nov.2016.

<sup>68</sup> JORNAL EXTRA. *Maduro culpa imperialismo por prisão de sobrinhos acusados de narcotráfico*. Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/mundo/maduro-culpa-imperialismo-por-prisao-de-sobrinhos-acusados-de-narcotrafico-18028633.html> Acesso em: 26 nov.2016. Publicado em: 12 nov.2015.

# Política

## **Esmiuçando a PEC 55/2016**

[Texto publicado em 13/11/2016]

O assunto do momento no Brasil é o Projeto de Emenda à Constituição número 55 (PEC 55/2016), que antes de chegar ao Senado era chamada por PEC 241/2016. Dos altos círculos políticos até as rodas de conversas nos bares, brasileiros tentam entender e discutir o polêmico projeto que, para alguns, vai "salvar" as finanças do governo federal, enquanto para outros vai sacrificar o povo brasileiro ainda mais.

Neste breve informativo, vamos entender a PEC 55 em forma de perguntas e respostas. Obviamente, o texto aqui escrito é passível de contra-argumentos, o que é positivo para um debate saudável, fundamentado em ideias e que não parte para ataques e desqualificações pessoais.

### **1. O QUE É UMA PEC?**

Para simplificar, PEC é um projeto para alterar partes do texto da Constituição sem que seja necessária a convocação de uma Assembleia Constituinte. Quem pode propor emendas constitucionais são o presidente da República, as Assembleias Legislativas (há regras para que estas proponham PECs), deputados federais e senadores. Até que uma PEC seja aprovada, o seu processo inclui discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em comissão temporária criada pela CCJ e depois nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado (dois turnos de votação em cada casa legislativa)<sup>69</sup>.

### **2. O QUE É A PEC 55?**

A PEC 241/2016 é uma proposta do presidente Michel Temer (PMDB) para limitar o crescimento dos gastos públicos no Brasil. Quando aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado, ganhou nova numeração, sendo agora PEC 55.

### **3. O QUE SÃO GASTOS PÚBLICOS?**

Por gasto público, entende-se que seja todo gasto do Estado para custear os serviços públicos prestados à sociedade<sup>70</sup>. Os gastos públicos podem ser:

Correntes: despesas com pessoal, juros e encargos e outras despesas correntes, como a manutenção dos serviços públicos (saúde, educação, segurança e conservação de bens móveis e imóveis).

De capital: despesas com amortização da dívida pública, investimentos e inversões financeiras. Os investimentos são as despesas com planejamento e execução de obras públicas e aquisição de equipamentos, materiais e instalações. Já as inversões financeiras envolvem: aquisição de imóveis, aquisição de títulos de capital de empresas, constituição ou aumento do capital de empresas ou entidades comerciais ou financeiras, entre outros investimentos.

### **4. O QUE DIZ A PEC 55?**

A íntegra da PEC 55 pode ser consultada por qualquer pessoa no site do Senado<sup>71</sup>. Vamos aqui esmiuçar detalhes do que diz a PEC 55 para depois analisar estes detalhes:

---

<sup>69</sup> POLITIZE. *Você sabe o que é uma PEC?* Disponível em: <<http://www.politize.com.br/voce-sabe-o-que-e-uma-pec/>> Acesso em: 09 nov.2016.

<sup>70</sup> SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. *Gasto público*. Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/transparencia/gasto-p%C3%BAblico>> Acesso em: 09 nov.2016.

<sup>71</sup> SENADO. *Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC do teto dos gastos públicos*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>> Acesso em: 31 out.2016.

*Artigo 1º da PEC:* propõe mudanças nos artigos 101 a 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, da parte da Constituição que legisla sobre situações transitórias, estando estas com seu caráter jurídico extinto quando ocorre a situação prevista<sup>72</sup>. As tais mudanças propostas farão com que os referidos artigos assim estabeleçam:

- Artigo 101: fixa em 20 anos o novo regime fiscal.

- Artigo 102: estabelece quem será afetado pelos limites de gastos (em suma, os três poderes) e fixa como será reajustado o limite; neste caso, propõe a correção do limite de gastos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou seja, corrige o limite dos gastos pela inflação registrada no ano anterior. Além disso, o artigo propõe também que certas ações governamentais não estarão sujeitas aos limites estabelecidos, tais como: transferência aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios de recursos decorrentes da exploração de petróleo, gás natural e outros recursos hídricos e minerais; transferência aos estados e ao Distrito Federal de recursos decorrentes da arrecadação de impostos; abertura de créditos em casos de despesas imprevisíveis e urgentes (guerras, calamidades públicas, etc); despesas da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; despesas com aumento de capital de empresas estatais não-dependentes<sup>73</sup>; entre outras.

- Artigo 103: estabelece que o presidente da República só poderá propor alteração no método de correção dos limites de gastos apenas uma vez nos 20 anos de vigência do regime fiscal, e tal proposta só poderá ocorrer a partir do 10º ano da vigência do regime.

- Artigo 104: fixa punições ao Poder Executivo e outros órgãos que não cumprirem o limite de gastos: proibição de aumentos para servidores públicos e militares, de realização de concursos, de alterações em planos de carreira que acarretem aumento de despesas, de criação de cargos (exceto as reposições de cargos que não acarretem aumento de despesas), entre outras. O descumprimento dos limites também acarretaria, de acordo com a proposta, no veto a incentivos ou benefícios tributários e à criação ou expansão de linhas de financiamento, entre outros.

- Artigo 105: estabelece que as aplicações mínimas em serviços de saúde e educação devem obedecer à correção pela inflação.

- Artigo 106: submete as emendas individuais aos projetos de lei orçamentária às correções pela inflação.

- Artigos 107 a 109: estabelecem regras para conter pagamentos futuros decorrentes da PEC<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> DIREITONET. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT*. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1215/Ato-das-Disposicoes-Constitucionais-Transitorias-ADCT>> Acesso em: 09 nov.2016.

<sup>73</sup> Empresas estatais não dependentes são aquelas empresas do governo (federal, estadual ou municipal) que não recebem do seu controlador (União, Estado ou Município) recursos para pagamento de pessoal ou de custeio. Neste grupo aparecem, por exemplo, o Banco do Brasil, a Petrobras, a Caixa Econômica Federal, etc.

FONTES:

<<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/governanca-das-empresas-estatais/visao-geral-das-empresas-estatais/o-que-e-empresa-estatal-dependente>>

<[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/empresas\\_estatais/160225\\_empresas-com- orc-de-invest-por-grupo.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/dest/empresas_estatais/160225_empresas-com- orc-de-invest-por-grupo.pdf)>

<sup>74</sup> ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (AMPID). *Entidades emitem nota técnica sobre inconstitucionalidade do congelamento dos pisos da saúde e da educação na PEC 241*. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/v1/?p=2364>> Acesso em: 09 nov.2016. Publicado em: 13 out.2016.

Artigos 2º e 3º da PEC: dispõem sobre a entrada em vigor da PEC (caso aprovada e promulgada) e sobre a revogação do artigo 2º da Emenda Constitucional 86, de 17 de março de 2015<sup>75</sup>.

### **5. QUAIS OS ARGUMENTOS DE QUEM DEFENDE A PEC 55?**

Os defensores da PEC 55 argumentam que o país precisa conter os gastos públicos (que vêm aumentando acima da inflação desde 1991) e que a PEC, se aprovada, vai frear estes gastos, obrigando os governantes a administrarem melhor os gastos e tornando mais eficaz a gestão fiscal. Além disso, argumenta-se também que a saúde e a educação poderão receber investimentos corrigidos acima da inflação, que a dívida pública irá diminuir graças à contenção de gastos e que a não aprovação da PEC obrigaria o governo a adotar outras formas de sanar o déficit nas contas públicas, como, por exemplo, o aumento de impostos<sup>76</sup>.

### **6. QUAIS OS ARGUMENTOS DE QUEM É CONTRA A PEC 55?**

Os que são contrários à PEC 55 argumentam que a mesma, se aprovada, não resolverá o problema fiscal no Brasil pois o diagnóstico foi feito de forma equivocada, sem considerar a forte queda da arrecadação e o aumento de gastos com o pagamento da dívida pública. Além disso, criticam o atrelamento da correção dos gastos com saúde e educação à inflação, sem levar em conta o crescimento do PIB e o crescimento demográfico brasileiro, que obrigariam a rever os reajustes nos gastos. Para os críticos, a PEC representa "estrangulamento" de gastos em saúde e educação por causa do aumento de outras despesas obrigatórias (como a Previdência). Por fim, argumentam que os gastos públicos podem ser equilibrados através de uma reforma tributária que contemple, entre outras coisas, o aumento dos impostos cobrados dos mais ricos, além de afirmarem que a PEC pode estender a crise ao dificultar o investimento público<sup>77</sup>.

### **7. A EDUCAÇÃO CONTINUARÁ RECEBENDO GRANDES INVESTIMENTOS MESMO COM A APROVAÇÃO DA PEC 55?**

De 2004 a 2014, os investimentos do governo federal em educação subiram de R\$ 24,5 bilhões (2004) para 94,2 bilhões (2014), aumentando proporcionalmente mais que o PIB brasileiro<sup>78</sup>. Somente em 2014, o gasto com educação representou 23,14% da receita de impostos do governo, acima do estabelecido pela Constituição (18%).

---

<sup>75</sup> A Emenda Constitucional 86/2015, em seu artigo 2º, estabelece alteração no inciso I do parágrafo 2º do artigo 198 da Constituição Federal, passando a fixar em 15% da receita corrente líquida da União o mínimo para se investir em saúde. Por receita corrente líquida entende-se o total das receitas tributárias do governo, deduzidos os valores das transferências constitucionais.

FONTES:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/53635.html>>

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc86.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc86.htm)>

<sup>76</sup> GAZETA ONLINE. *Você conhece a PEC 241? Veja argumentos contra e a favor da polêmica proposta.* Disponível em: <[http://www.gazetaonline.com.br/\\_conteudo/2016/10/noticias/economia/3989439-voce-conhece-a-pec-241-veja-argumentos-contra-e-a-favor-da-polemica-proposta.html](http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2016/10/noticias/economia/3989439-voce-conhece-a-pec-241-veja-argumentos-contra-e-a-favor-da-polemica-proposta.html)> Acesso em: 09 nov.2016. Publicado em: 26 out.2016.

<sup>77</sup> Ver nota 8.

<sup>78</sup> MENDES, Marcos. *A despesa federal em educação: 2004-2014.* Boletim Legislativo nº 26, 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol26>> Acesso em: 09 nov.2016.

Com a aprovação da PEC 55, teme-se que os investimentos em educação sofram um "estrangulamento", ou seja, que não cresçam além da inflação, o que, portanto, não representaria um aumento real nos investimentos, desconsiderando assim o crescimento populacional dos próximos anos (o que aumentaria a demanda por mais investimentos).

Em meio às discussões sobre a PEC 55, argumenta-se que a educação só pode ter melhor qualidade se estiver atrelada a investimentos<sup>79</sup>, o que pode ficar ameaçado pelo novo regime fiscal imposto pela PEC caso seja aprovada. Também destaca-se a fala de que o impacto da PEC na limitação dos gastos públicos vai afetar inevitavelmente a educação e a saúde, prejudicando a evolução dos investimentos como vinham ocorrendo nos últimos anos<sup>80</sup>.

## **8. A PEC LIMITA O PAGAMENTO DOS JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA?**

Como a PEC vai incidir apenas sobre as despesas primárias<sup>81</sup>, o pagamento de juros da dívida pública não será submetido ao cálculo dos limites de gastos. Esta atitude é criticada por aqueles que se posicionam contra a PEC 55, que argumentam que o governo vai sacrificar o povo com limites de gastos mas nada fará em relação aos que se beneficiam do pagamento da dívida pública.

## **9. O QUE O GOVERNO DEVERIA FAZER EM RELAÇÃO À DÍVIDA PÚBLICA?**

Uma das alternativas propostas para evitar a rigidez da PEC 55 é a auditoria da dívida pública brasileira, seguindo os exemplos do Equador, que com uma auditoria descobriu pelo menos 30 anos de irregularidades nos empréstimos e nos pagamentos de juros da dívida, e de outros países latino-americanos que estão investigando suas dívidas atrás de ilegalidades<sup>82</sup>.

Há também um exemplo brasileiro, quando Getúlio Vargas decretou, em 1931, uma auditoria que descobriu irregularidades em 60% da dívida brasileira (ausência de contabilidade regular e de controle das remessas feitas ao exterior, falta de documentação consistente que comprovasse a dívida, entre outras). A auditoria feita no período varguista possibilitou a redução da dívida e do fluxo de pagamentos, aumentando os recursos que permitiram ao governo investir na industrialização do Brasil e nos direitos sociais<sup>83</sup>.

---

<sup>79</sup> VIEIRA, Sérgio. *Impacto da PEC dos Gastos na educação domina debate na CE*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/materias/2016/10/19/impacto-da-pec-dos-gastos-na-educacao-domina-debate-na-ce>> Acesso em: 09 nov.2016. Publicado em: 19 out.2016.

<sup>80</sup> AGÊNCIA SENADO. *Em audiência na CDH convidados apontam perdas para saúde e educação com PEC dos Gastos*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2016/10/debatedores-na-cdh-ressaltam-perdas-para-saude-e-educacao-com-pec-dos-gastos>> Acesso em: 09 nov.2016. Publicado em: 31 out.2016.

<sup>81</sup> "Despesa primária é aquela em que o governo não considera os efeitos financeiros, decorrentes dos juros. Portanto, é a primeira despesa do governo, aquela que ele dispõe para executar suas políticas públicas. Ao dispor de um empréstimo bancário, ele arrecada uma receita, mas terá dois encargos: o saldo principal a amortizar e os juros. Essa despesa com juros nós denominamos de nominal, e não entra no cálculo do resultado primário." FONTE: <<http://gnetoconcurseiro.blogspot.com.br/2010/10/o-que-e-uma-despesa-primaria.html>>

<sup>82</sup> FATTORELLI, Maria Lúcia. *Investigar a dívida pública*. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=317>> Acesso em: 09 nov.2016. Publicado em: 05 fev.2009.

<sup>83</sup> Para saber mais sobre a auditoria feita no governo Vargas, leia a breve explanação que escrevi: GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. *Lições do passado: a auditoria varguista*. Disponível em: <<http://em-intimidade-com-a-historia.webnode.com/news/licoes-do-passado-a-auditoria-varguista/>> Publicado em: 09 out.2016.

A Constituição brasileira de 1988 prevê uma auditoria da dívida pública (Artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), no entanto esta não foi feita até hoje (recentemente, a ex-presidente Dilma Rousseff vetou a auditoria como proposta para o Plano Plurianual 2016-2019).

## 10. OUTROS PAÍSES TÊM LIMITES DE GASTOS?

Diversos países ao redor do mundo têm limites de gastos públicos, no entanto a maioria sem a mesma rigidez proposta pela PEC 55. Citar estes países e suas práticas não intenciona o mero discurso de "vamos copiar o que vem de fora". Na verdade, mencionar estes países é uma forma de responder àqueles que evocam as experiências estrangeiras de tetos de gastos como forma de legitimar ou justificar a PEC na forma como está sendo discutida e votada no Brasil. A seguir, exemplos de alguns países que limitam seus gastos<sup>84</sup>:

Holanda: adota tetos de gastos desde 1994, sendo estes tetos válidos normalmente para períodos de quatro anos e abrangendo também o pagamento da dívida pública. Os planejamentos de tetos do governo holandês permitem aumentos nos gastos após a previsão inicial, se comprovada a existência de recursos para isto. Além disso, em 2009 e 2010 o governo holandês excluiu do teto de gastos as despesas com benefícios sociais e programas de assistência e desemprego, a fim de conter os efeitos da crise econômica de 2008. Esta flexibilidade não é prevista na PEC votada aqui no Brasil.

Suécia: adotou programas para tetos de gastos que não permitem alterações, mas que vigoram por apenas três anos (e não em 20, como é a proposta brasileira).

Finlândia: o modelo finlandês é semelhante à proposta brasileira quanto a não inclusão do pagamento da dívida pública como parte do teto de gastos, mas difere quanto ao tempo em vigor: quatro anos, permitindo alterações para flexibilizar os limites.

Dinamarca: limitou o crescimento real (acima da inflação) dos gastos a 0,5% (1994), elevando o índice para 1% entre 2002 e 2005. Atualmente, o Parlamento dinamarquês estabelece os limites de gastos a cada quatro anos.

Japão: proibiu aumentos nos gastos federais de um ano para o outro, exceto o pagamento da dívida pública.

Kosovo: o país tem programas de tetos de gastos abrangendo apenas os municípios.

Bulgária: o governo búlgaro sancionou, em 2012, lei que proíbe que as despesas ultrapassem 40% do PIB.

Apesar do exemplo de outros países ter sido defendido como modelo para o Brasil por supostamente terem dado certo e recuperado a economia dos que adotaram tetos nos gastos, a realidade é que países europeus, mesmo adotando tetos nos gastos, sofreram com os efeitos da crise de 2008, como nos casos de Holanda, Suécia e Finlândia, que tiveram altas no nível de desemprego e no valor da dívida pública.

## 11. HÁ SOLUÇÕES QUE EVITARIAM A PEC 55?

A PEC 55 apresenta problema quando fixa um regime fiscal para os próximos 20 anos (podendo ter alterações negociadas somente após o 10º ano de vigência), além de ser polêmica ao limitar despesas primárias sem considerar outras possibilidades para sanar o déficit nas contas do governo. No entanto, que soluções ou alternativas podem ser oferecidas para evitar a PEC 55? Abaixo, vamos elencar algumas possíveis soluções:

11.1. Uma proposta de teto de gastos mais flexível: estudar o que deu certo e o que não deu em propostas e práticas de outros países é um dos caminhos para se repensar uma nova

---

<sup>84</sup> MEDEIROS, Étore. *Nenhum país adotou o teto de gastos como o da PEC 241*. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/10/truco-nenhum-pais-adotou-teto-de-gastos-como-o-da-pec-241/>> Acesso em: 28 out.2016. Publicado em: 25 out.2016.

proposta que limite os gastos públicos sem a rigidez temporal e sem o caráter praticamente punitivo que aperta os gastos principalmente naquilo que atinge mais diretamente o povo (as despesas primárias).

*11.2. Auditoria da dívida pública:* cortar gastos para continuar pagando uma dívida da qual não se sabe até que ponto é irregular ou manipulada é um ato imoral contra o povo brasileiro. A auditoria demonstra compromisso com a Constituição brasileira, com o povo brasileiro e com o dinheiro público, além de dar uma resposta histórica à necessidade que o governo tem de ser mais transparente com as suas despesas no pagamento da dívida.

*11.3. Taxação das grandes fortunas:* prevista na Constituição (artigo 153, inciso VII), mas ainda não regulamentada no Brasil. O Projeto de Lei do Senado número 534 (PLS 534/2011)<sup>85</sup> propõe que sejam consideradas grandes fortunas aquelas superiores a R\$ 2,5 milhões de reais, sendo passíveis de taxações de acordo com o tamanho da fortuna. O PLS fixa critérios para quem deve ou não ser taxado, prevendo alíquotas de 0,5% a 2,5% sobre o patrimônio, de acordo com seu valor total.

## 12. A PEC 55 É INCONSTITUCIONAL?

Segundo relatório do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa<sup>86</sup>, a PEC 55 é inconstitucional por ferir cláusulas pétreas da Constituição<sup>87</sup>. A seguir, uma síntese dos aspectos da PEC que ferem as cláusulas pétreas da Constituição:

### *12.1. Violação da separação dos poderes:*

Ao controlar a autonomia financeira dos poderes Legislativo e Judiciário, a PEC 55 fere o princípio da separação dos poderes, congelando despesas primárias destes poderes pelos próximos 20 anos e gerando, futuramente, um sucateamento ainda maior de serviços prestados à população, como a Defensoria Pública e o Ministério Público. Além disso, abrir discussões sobre o novo regime fiscal somente a partir do 10º ano de sua vigência tira dos poderes Legislativo e Judiciário a autonomia para discutir seus orçamentos, ferindo suas autonomias administrativa e financeira. Isso sem contar que esta abertura de discussões somente no 10º ano do novo regime fiscal implica em limitação à autonomia do próprio Poder Executivo que propôs a PEC, visto que ao Executivo só se permitirá a alteração do novo regime fiscal, mediante lei complementar, apenas uma vez.

No caso do poder Legislativo, ainda há o fato de que o parágrafo 4º do artigo 104 da PEC 55 quer estender as vedações o artigo às proposições legislativas, ou seja, quer limitar o Legislativo para que não proponha leis que fujam ao novo regime fiscal. Este parágrafo, de acordo com o relatório, é inconstitucional porque fere o princípio pelo qual cada parlamentar tem autonomia na proposição de leis, mesmo que sejam inconstitucionais (a inconstitucionalidade da lei proposta só é analisada e declarada pelo Supremo Tribunal Federal, após a proposição da lei).

---

<sup>85</sup> Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/95456.pdf>>

<sup>86</sup> VIEIRA JÚNIOR, Ronaldo Jorge Araújo. *As inconstitucionalidades do "novo regime fiscal" instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados)*. Boletim Legislativo, nº 53, nov.2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/bol53>> Acesso em: 10 nov.2016.

<sup>87</sup> Cláusulas pétreas são dispositivos da Constituição que não podem ser alterados nem mesmo mediante uma PEC. Na Constituição brasileira (artigo 60, parágrafo 4º), são cláusulas pétreas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos poderes; e os direitos e garantias individuais. FONTE: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/clausula-petrea>>

### 12.2. Violação à segurança jurídica:

O relatório da Consultoria Legislativa argumenta que o tempo previsto para o novo regime fiscal (20 anos) é longo demais para ser aprovado com base apenas na situação atual do país, sem levar em conta as possibilidades de futuro crescimento econômico do Brasil e de aumento das demandas sociais. Basear os limites dos gastos públicos levando em consideração as despesas de 2016 poderá prejudicar o oferecimento de serviços públicos dignos à população, e mais cedo ou mais tarde o Supremo Tribunal Federal teria de se manifestar para garantir o acesso da população aos direitos sociais fundamentais elencados na Constituição.

### 12.3. Violação à razoabilidade:

Nesta parte do relatório, questiona-se a respeito da PEC se realmente é uma medida adequada para obter um resultado pretendido, se realmente é indispensável e não pode ser substituída por outra proposta igualmente eficaz e menos danosa e se realmente não impõe sobrecarga aos atingidos por sua abrangência.

O mesmo relatório estabelece que a PEC 55 é inconstitucional quanto ao primeiro questionamento pois visa apenas a contenção do aumento de despesas, mesmo sabendo que a crise no Brasil teve importante participação do crescimento menor de receitas; também é inconstitucional quanto ao segundo questionamento pois pode ser substituída por outras propostas igualmente eficazes, como a maior tributação dos mais ricos e o fim das desonerações fiscais ainda em vigor; e também é inconstitucional quanto ao terceiro questionamento pois congela despesas que são essenciais para a população ter acesso a serviços públicos de qualidade.

### 12.4. Violação ao voto direto, secreto, universal e periódico:

Ao fixar o novo regime fiscal com duração de 20 anos, podendo haver apenas uma alteração a partir do 10º ano de vigência, a PEC limita a autonomia do presidente da República para definir o limite de despesas do seu governo, impedindo-o, assim, de exercer plenamente o mandato que lhe foi confiado pelo povo através do voto. Portanto, o voto popular (com seus aspectos direto, secreto, universal e periódico) é desrespeitado pela PEC quando esta tira dos poderes Executivo e Legislativo a autonomia para debater o teto de gastos sempre que for necessário e oportuno.

### 12.5. Violação da intranscendência da pena em sua dimensão institucional:

O título desta seção significa que a PEC estabelece, para o descumprimento dos limites, punições que são inconstitucionais por ferir a individualização da pena. Por exemplo: pelo proposto na PEC, se o Supremo Tribunal Federal ultrapassar seu teto de despesas, juízes federais de primeira instância seriam também punidos quanto a plano de carreira, aumento salarial, etc., visto que a PEC prevê que as punições se estendam ao conjunto dos órgãos referidos no artigo em que se fala destas punições.

### 12.6. Violação à vedação ao retrocesso social:

É inconstitucional permitir meios que causem retrocessos sociais no Brasil. A PEC 55, ao estabelecer as regras para aplicação de recursos na educação e na saúde, fere o princípio constitucional de vedar o retrocesso social.

Os investimentos em saúde e educação são estabelecidos na Constituição ligados a um percentual mínimo das receitas correntes (saúde) e das receitas de impostos (educação). No entanto, a PEC propõe investir em saúde e educação mediante atualização monetária (ou seja, corrigir pela inflação) dos recursos investidos em 2017. Esta base de cálculo, a médio ou longo prazo, colocará o mínimo de investimentos em educação e saúde abaixo da



## **Utopias - parte 1 - Política se discute?**

*[Texto publicado em 19/03/2016]*

Por que o título "Utopias" para se falar de ideias políticas e de ideais para a sociedade? Como muitos sabem, a palavra "utopia" foi criada por Thomas Morus, escritor inglês do século XVI, baseado em duas palavras gregas que, juntas, significam "lugar nenhum". Hoje em dia, "utopia" traz a ideia de algo impossível, algo que de tão perfeito se torna irrealizável.

No caso desta série de textos, a escolha do título "Utopias" se contextualiza naquilo que, pessoalmente, venho observando no cenário brasileiro: o momento político faz com que se torne quase impossível discutir política com seriedade, justiça e até mesmo civilidade. Ou ainda, aos ouvidos de muitos brasileiros, soa impossível algum discurso lúcido que tenta orientar a discussão política para que haja proveito de todas as partes. Ou ainda, aos olhos de muitos brasileiros, parece quase impossível enxergar quaisquer possibilidades de melhoria do país tendo a classe política que temos hoje.

Por tudo isto, a escolha do título "Utopias". A mim, autor desta série de textos, por vezes parece quase impossível que brasileiros possam debater ideias sem que se caia na "paixão futebolística" na qual se transformaram as discussões políticas atuais. Por todo lado, se vê muita defesa cega e apaixonada de políticos ou partidos ou ideologias, mas pouca discussão aberta às possibilidades de analisar os mesmos políticos, partidos e ideologias sob diversos ângulos, percebendo seus pontos fortes e fracos e as mentalidades, manipulações e virtudes que podem ou não compor cada aspecto analisado.

E é na utopia de se promover uma troca civilizada de ideias que se inicia esta série "Utopias". Se eu tenho utopias? Muitas! O ser humano, olhando a realidade ao seu redor, muitas vezes precisa das utopias, não para se anestesiar e alienar, mas para ter forças no trabalho de transformação destas realidades. E é por ter utopias que proponho esta troca de ideias.

A princípio, fica a pergunta: política se discute? Muitos acabam fugindo pelas tangentes quando surgem discussões de cunho político e dão a desculpa de que "Política, religião e futebol não se discutem". No entanto, é preciso ter em mente que somos seres políticos. A todo o tempo, fazemos política para fazer valer nossas ideias, para discutir o que queremos e pensamos, para convencer o outro de algo, entre outras situações. E a política é passível de discussões sim! Discutir política é (em teoria) o meio mais eficaz de se encontrar rumos que sejam benéficos a toda a sociedade. O problema está em discutir política da forma como se faz atualmente: acalorada, despolitizada (parece contraditório, mas é real), apaixonada, cega, parcial, rasa, polarizada.

Nos próximos textos, vamos trocar ideias sobre a necessidade de se pensar uma política renovada a partir do despertar de novas mentalidades na população, fazendo com que esta passe a ser "ingrata" em relação aos políticos a fim de que estes percebam melhor suas obrigações para com aqueles que eles representam.

### **REFERÊNCIAS:**

<http://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-utopia/>

<http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/utopia/>

<http://www.significados.com.br/utopia/>

---

---

---

---

## **Utopias - parte 2 - A ingratidão é necessária**

*[Texto publicado em 26/03/2016]*

No texto introdutório da série "Utopias", vimos que política é algo discutível, ao contrário do dito popular que diz que política "não se discute". E assentado nesta premissa de que política é discutível, vamos trocar ideias sobre a ingratidão tão necessária para que a política se transforme em algo realmente a serviço de toda a sociedade.

Nas últimas brigas e rinhas por causa da política brasileira atual, é muito comum ver pessoas dizendo que defendem tal político ou tal partido porque, no poder, tal político ou tal partido fez bem ao povo (e, dependendo do político ou do partido, há quem diga que foi o que mais fez pelo povo em toda a história brasileira). Não vamos entrar no mérito da questão, pois o objetivo deste texto não é discutir se realmente tal político ou tal partido fez bem ao povo, mas vamos nos centrar na mentalidade que há por trás de defesas embasadas no argumento de que o governante fez coisas boas à sociedade. A mentalidade por trás de tais argumentos é de "gratidão" ao político, e tal sentimento chega a fazer com que pessoas deixem de perceber ou discutir os "maus feitos" deste político, fortalecendo assim a famosa frase de Ademar Pereira de Barros (ex-governador de São Paulo): "Roubo, mas faço". A frase nada mais é do que um resumo da cultura política brasileira, que espolia o povo e não lhe oferece condições para pleno desenvolvimento a médio e longo prazo, mas que oferece ao povo soluções de curto prazo para dar a ideia de que algo está sendo feito e assim despertar a gratidão que santifica políticos e cega diante dos maus feitos.

Sobre o que foi dito acima, há dois grandes exemplos na história política nacional: Vargas e Lula. Getúlio Vargas deu golpe duas vezes (1930 e 1937), governou de forma ditatorial (1937-1945), cerceou liberdades, censurou a imprensa, mas é reverenciado por causa da Consolidação das Leis do Trabalho e do impulso à indústria brasileira; Luís Inácio Lula da Silva vem sendo alvo de várias denúncias e tem seu nome ligado a maus feitos que estão sendo investigados com a Operação Lava Jato, mas é reverenciado por causa de programas sociais e impulsos ao desenvolvimento da economia brasileira. Tanto em um como no outro caso, há um sentimento de gratidão tão grande que bloqueia as possibilidades de discussão séria e sóbria a respeito de aspectos negativos destas duas figuras históricas, não para demonizá-los (como muitos opositores acabam fazendo), mas para que não continuemos com uma cultura que "santifica" personalidades históricas e cria "auras mitológicas" em torno delas.

Diante de todo o exposto, o que se quer afirmar aqui é que a ingratidão é altamente necessária para que se possa haver um debate político capaz de analisar todos os lados sem "canonizações", sem cultos à personalidade do líder, mas também sem animosidades, sem "demonizações", sem contaminações do debate com anseios e paixões que margeiam a loucura. E esta ingratidão, que não é má quando se refere ao campo político, só despertará no coração e na mentalidade quando as pessoas passarem a perceber que tudo o que um político faz de bom não passa de obrigação. A Consolidação das Leis do Trabalho (Getúlio Vargas), o desenvolvimento da indústria automobilística (JK), a criação e consolidação do Plano Real (Itamar/FHC), a extensão dos programas sociais (Lula), entre outras ações, nada mais são do que OBRIGAÇÕES dos governantes perante as necessidades dos trabalhadores, da economia, dos mais pobres e de toda a sociedade brasileira. Saindo da esfera federal, qualquer "boa ação" de qualquer prefeito ou vereador em qualquer recanto do Brasil nada mais é do que OBRIGAÇÃO do representante do povo. E quando falamos de política, para obrigação não cabe gratidão!

Se não houvesse gratidão a políticos, encararíamos como naturais as investigações em torno do político que fez bem à sociedade mas que acabou se envolvendo em "maus feitos". Se não houvesse gratidão a políticos, discutiríamos o atual cenário brasileiro com menos



### **Utopias - parte 3 - Vá estudar História**

*[Texto publicado em 27/03/2016]*

Em um cenário tão conturbado como a política brasileira atual, é muito comum ouvir, de todos os lados, pessoas que, para mostrarem "superioridade" de ideias, dizem aos seus oponentes: "Vá estudar História!" Dizem isto como se a História prestasse apenas para afirmar e confirmar suas convicções pessoais ou como se a única História válida fosse aquela escrita e interpretada por seu grupo político e ideológico. E o pior é que quem utiliza esta expressão, mandando os outros estudarem História, normalmente tem um conhecimento raso ou muito parcial da História.

É comum perceber, principalmente pelas redes sociais, que a turma do "Vá estudar História", seja de qual ideologia for, não preza por ter um conhecimento mais amplo e abrangente das ideias, dos processos, das mentalidades. Quem se diz de "esquerda" lê apenas autores de tendências e convicções "esquerdistas"; quem se diz de "direita" lê apenas autores de tendências e convicções "direitistas"; e assim por diante. E isso quando lê, pois há uma grande massa de "compartilhadores de *posts* de redes sociais" ou de "leitores do senso comum", ou seja, aqueles que leem superficialmente, não questionam a veracidade do que leem, não buscam fontes confiáveis e espalham pelas redes porque convém a suas ideias pessoais.

Dentro de uma situação como a atual, onde o debate político ocupa o tempo e as mentes de todas as pessoas nas mais diversas situações cotidianas, é de extrema importância aprender a ler o que se discute, buscando a veracidade das informações e buscando também conhecer o "opponente", não por "fontes terceiras" ou de confiabilidade duvidosa, mas indo direto a fonte. Para se conhecer pensamentos progressistas, por exemplo, não se deve ler fontes conservadoras, mas fontes progressistas; e vice-versa. Depois da busca direto a fonte, o indivíduo tem condições de começar a confrontar o que foi lido com as suas próprias ideias e formar conhecimentos e opiniões capazes de elevar o nível do debate político para que este se torne mais sério e menos "apaixonado". Além disso, a busca por conhecimentos e informações que transcendam a própria "casinha" é uma das condições básicas para uma discussão pautada pela civilidade, pelo respeito e pela edificação de todos os lados. Não é necessário, claro, que se deixe de lado as próprias convicções e que se concorde com o outro, mas é necessário que se conheça o pensamento do outro para que sejam maiores as chances de um debate intelectualmente honesto (coisa que vem faltando - e muito - nas discussões políticas Brasil afora).

No próximo texto, vamos continuar esta troca de ideias sobre a busca por conhecimentos. Vamos questionar e refletir sobre a "verdade": O que é a verdade? Alguém pode tê-la? Em meio às discussões políticas atuais, é possível encontrar uma verdade? Como a verdade é tratada em meio aos debates políticos no Brasil de hoje?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Utopias - parte 4 - Quid est veritas?

[Texto publicado em 03/04/2016]

O título desta parte da série Utopias remete à pergunta feita por Pôncio Pilatos durante o julgamento de Jesus de Nazaré. Teologicamente, o cristianismo afirma que a verdade estava em pessoa diante de Pilatos, sendo julgada por ele. No entanto, o uso da "questão ponciana" como título deste texto deve-se a uma necessidade histórica e atual, desvinculada do aspecto teológico e religioso: a necessidade de se questionar as "verdades" que tentam se impor nos discursos, debates e práticas políticas do nosso país na atualidade. Muito mais do que questionar "QUAL é a verdade?", é importante questionar "O QUE é a verdade?". A reflexão em torno desta questão nos ajuda a entender o desenrolar das ações que envolvem principalmente as mais altas esferas da política brasileira.

A verdade pode ser definida como aquilo que se manifesta a nossos olhos (ideia ligada ao termo grego *aletheia*); ou ainda, pode ser entendida como o caráter daquilo que se expressa como real, ou seja, está ligada ao relato dos fatos ocorridos (ideia ligada ao termo latino *veritas*); por fim, a verdade também pode ser definida como a esperança ou crença em coisas que certamente virão (ideia ligada ao termo hebraico *emunah*). Em cima destas definições, podemos perceber o atual cenário brasileiro como uma guerra entre "verdades", tanto no campo dos fatos como no das linguagens e das esperanças. No entanto, percebe-se também uma disseminação de fatos, linguagens e esperanças que apenas têm aparência de "verdade".

Primeiro: os fatos. Em uma era de muita informação, é contraditório ver uma multidão de pessoas mal-informadas ou que não se dispõem a se informar com qualidade, transparência e comprometimento. Pelo contrário, uma enxurrada de informações duvidosas e mentirosas inunda os meios de comunicação (principalmente a internet) e leva consigo multidões de pessoas que não buscam saber se os fatos são realmente do jeito que os meios de comunicação colocam como tendo ocorrido. A todo momento, grupos políticos, partidários e ideológicos (ou pessoas que se identificam com tais grupos) bombardeiam seus oponentes com fatos cuja autenticidade nem sempre é comprovada. Vemos isto, por exemplo, quando simpatizantes do atual governo atribuem a Lula a criação de 18 universidades federais e a Fernando Henrique Cardoso nenhuma universidade federal (o que não é verdade, se pesquisarmos a origem de cada universidade cuja criação é atribuída às gestões lulistas) ou ainda quando simpatizantes de grupos, partidos ou ideologias contrários ao atual governo procuram expor apenas os "maus feitos" governistas e desconsideram ou ignoram as evidências corruptas de quem não tem ligação com o partido da situação.

Segundo: as linguagens. Percebe-se a distorção ou a manipulação das informações pela forma como elas são relatadas e pelo linguajar utilizado nas discussões de cunho político. Grupos tentam impor suas verdades e aniquilar os oponentes com expressões que vão desde o "Vá estudar História!" até os termos e expressões depreciativos como "coxinha", "petralha", "tucanalha", "pão com mortadela", etc. Além disso, com a facilidade de acesso que se tem às redes sociais, fica muito mais fácil distorcer e manipular informações utilizando diversos recursos de linguagem para que pareçam "verdades".

Terceiro: as esperanças. As redes sociais têm sido altamente aproveitadas por seus usuários que manifestam esperanças em um país melhor. Até aí, tudo bem, não fossem algumas esperanças e crenças que são alimentadas às custas da realidade, como, por exemplo, aqueles que esperam ansiosamente pela deposição da atual presidente sem nem mesmo ter havido um completo, justo, apartidário e imparcial processo de investigações em torno daquilo que pensam ser "crimes de responsabilidade"; ou ainda, há aqueles que esperam e acreditam que o país será "moralizado" apenas com a saída da presidente, sem levar em conta todo o "iceberg" de realidades, mentalidades, culturas e práticas que devem ser transformadas neste país para que haja maior confiabilidade na classe que nos representa no poder.



## Utopias – parte 5 – Separando o joio do trigo

[Texto publicado em 17/07/2016]

Com este texto encerra-se a série Utopias. O texto anterior da série teve um título com referência bíblica. Para este texto, também recorro ao relato evangélico para ilustrar algo muito necessário atualmente: aprender a separar, em meio a tantas opções, aquilo que é danoso daquilo que é proveitoso. E a história brasileira, especialmente o momento atual, apresenta tantas opções de escolha (política, partidária, ideológica, etc) que fica difícil separar o que realmente pode ser melhor para os rumos do país e o que traz muitos danos a estes rumos. Neste texto, vamos refletir um pouco sobre a tão necessária separação do joio e do trigo para vislumbrarmos melhor os cenários que se apresentam a nós dentro dos processos históricos que vamos passando atualmente (tanto na política quanto em outras áreas).

O maior joio semeado entre os brasileiros atende pelo nome de *reducionismo* (e isto origina vários outros joios): muitas discussões e muitos discursos são reduzidos a formas simplistas de pensar que perdem a profundidade da análise e da reflexão. Por exemplo: os que se dizem "defensores da democracia" posicionando-se contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff são tratados como *petistas* e *comunistas* em falas que partem de vários dos que são pró-*impeachment*, da mesma forma que os defensores do *impeachment* acabam sendo reduzidos a *burgueses* e *direita reacionária* em falas que partem de vários dos que são contrários ao *impeachment*. O reducionismo é visto em todos os lugares onde, por exemplo, aquele que pensa diferente da maioria é reduzido ao rótulo de *subversivo* ou *chato* ou *do contra*, sendo nocivo por impedir a prática de bons debates, boas reflexões e bons discursos. Reduzir as ideias para simplificá-las ao extremo, tirar a profundidade das análises e rotular grupos e ideias são práticas comuns que mostram graves deficiências coletivas (os outros joios): falta de leitura, desinteresse pelo estudo ou pela simples busca da veracidade das informações, tendência a reproduzir o senso comum, argumentações que recorrem exagerada, acrítica e indistintamente a "autoridades"<sup>89</sup> (professor, líder religioso, político, etc).

E a situação fica ainda mais agravada com a internet e seu poder de dar voz a todos quantos queiram opinar. São muito comuns, especialmente nas redes sociais, os reducionismos que servem mais para incitar ódios e demonstrar ignorância do que para promover debates sérios e embasados. A internet tem sido instrumento para que muito joio seja plantado, gerando intolerância, ignorância, ódio, discussões competitivas, entre outros danos que em nada contribuem para se pensar o momento político brasileiro atual.

Fazendo jus ao título desta série, é preciso ter um pouco de utopia para se pensar como evitar o reducionismo: acreditar que o estudo sério de fontes confiáveis possa mudar a maneira das pessoas enxergarem os debates (não como competição para ver quem ganha no grito, mas como construção de ideias); acreditar que é possível a uma pessoa "sair da casinha" e ler coisas que são contrárias a suas posições e convicções, não necessariamente para que esta pessoa deixe de lado suas convicções, mas para que compreenda que aquilo que ela pensa não é uma ideia superior ou absoluta; acreditar que é possível discutir política ou quaisquer outros assuntos sem recorrer a ataques pessoais, chavões e outros recursos linguísticos que só trazem desserviços à formação de debates sérios que visem refletir melhor sobre o que vivemos hoje.

A leitura de fontes variadas, o olhar crítico sobre estas fontes (mesmo aquelas com as quais o leitor a princípio concorda) e o exercício do debate realmente centrado em ideias e

---

<sup>89</sup> Neste caso, há situações em que é interessante recorrer a "autoridades" para se embasar melhor uma argumentação; no entanto, o problema ocorre quando a recorrência a "autoridades" se torna o único meio de embasamento argumentativo, dando brechas para o "autoritarismo discursivo", ou seja, a imposição de opiniões e argumentos em detrimento dos demais só porque alguém falou que era "verdade".



# Produções artísticas (mídia e literatura)

## **Análise da novela Os Dez Mandamentos**

*[Texto publicado em 16/07/2015]*

Vários telespectadores têm acompanhado com entusiasmo o desenrolar da novela “Os Dez Mandamentos”, produzida pela TV Record. É uma produção bem feita, a caracterização procura ser o mais fiel possível à época e aos lugares (Oriente Médio do século XIII a.C.) e a história é conhecida da maioria das pessoas, pois a novela baseia-se no relato bíblico. Inclusive, nas redes sociais não faltam manifestações de fervorosos telespectadores que assistem a novela com uma Bíblia ao lado para conferir se a produção é fidedigna ao texto sagrado. Em vários comentários nas redes, vê-se pessoas que contestam ou atestam cenas da novela comparando-as ao texto bíblico (algumas pessoas chegam até a dar pequenas aulas de teologia em seus *posts*). No entanto, pretendo aqui opinar com o olhar de historiador, e com este olhar é que começo avaliando positivamente a novela da Record.

O grande mérito da novela é oferecer um olhar mais amplo e mais detalhista sobre o relato bíblico. O escritor do livro do Êxodo foca-se na libertação dos hebreus no Egito, e por isso não dá muitos detalhes sobre o nascimento, a infância e a juventude de Moisés. É aí que a novela “Os Dez Mandamentos” entra com uma riqueza de detalhes que nos faz enxergar melhor como teria sido o desenvolvimento de Moisés entre os egípcios e sua consciência sobre o “ser hebreu”. A autora da novela tem sido muito feliz ao criar um cenário que nos possibilite sentir o drama dos hebreus explorados pelos egípcios. Exemplo disto pode ser dado referindo-se aos primeiros capítulos, quando o casal Anrão e Joquebed teve que esconder Moisés recém-nascido para depois colocá-lo em um cesto no rio Nilo. O relato bíblico sobre este episódio é muito vago: *“Certo homem da casa de Levi foi tomar por esposa uma descendente de Levi, a qual concebeu e deu à luz um filho. Vendo que era bonito, escondeu-o por três meses. E como não pudesse mais escondê-lo, tomou um cesto de papiro, calafetou-o com betume e pez, colocou dentro a criança e a expôs nos juncos, à beira do Rio. De longe, uma irmã do menino observava o que lhe iria acontecer”*. (Êxodo 2,1-4). Na novela, este trecho foi interpretado mostrando todo o drama dos hebreus em torno do decreto do faraó Seti (ordenando a morte dos meninos hebreus recém-nascidos) e todo o perigo enfrentado pelos pais de Moisés para mantê-lo vivo.

Ainda dentro deste olhar mais detalhista, é possível também perceber, através da novela, o quão conflitante foi para Moisés descobrir-se hebreu, ainda mais com toda a educação egípcia que recebeu ao longo da infância e da juventude. O texto bíblico não fala desta educação: *“Naqueles dias, Moisés, já crescido, saiu para ver os seus irmãos, e viu as tarefas que pesavam sobre eles; viu também um egípcio que feria um dos seus irmãos hebreus”* (Êxodo 2, 11). O trecho bíblico de Atos dos Apóstolos 7,22 fala que Moisés foi educado na sabedoria dos egípcios; no mais, nada temos sobre a educação de Moisés no palácio do faraó.

Outro aspecto que chama a atenção na novela é a fidedignidade a nomes e eventos históricos contemporâneos ao êxodo hebreu. Uma rápida pesquisa histórica nos mostra que Ramsés II realmente foi casado com Nefertari, tendo construído para ela o templo que hoje fica no Complexo de Abu Simbel. Ramsés era filho do faraó Seti I e da rainha Tuya e realmente teve uma irmã chamada Henutmire; no entanto, um fato histórico que a novela certamente não mostrará é que Ramsés foi casado também com Henutmire (era costume entre os faraós egípcios o casamento com suas irmãs). Historicamente, também é sabido que Nefertari possivelmente fosse filha de um general egípcio e tivesse origem humilde, além do fato de que seu primeiro filho com Ramsés II morreu ainda jovem (antes dos 30 anos de idade). Este último detalhe histórico é importante se pensarmos no relato bíblico das pragas (a última delas foi a morte de todos os primogênitos egípcios, inclusive o primeiro filho do faraó).



## **História oral em uma novela da Record**

*[Texto publicado em 21/04/2015]*

Recentemente, vem fazendo sucesso na TV aberta brasileira uma produção da Rede Record chamada “Os Dez Mandamentos”. É a primeira novela brasileira com temática bíblica. A trama gira em torno da história de Moisés, cuja vida e legislação são relatadas nos livros bíblicos de Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

A novela pode ser analisada sob um sem número de pontos de vista, porém quero aqui destacar algo que provavelmente não passa despercebido de grande parte dos telespectadores: as histórias do povo hebreu contadas por adultos para as crianças. Em várias cenas da novela, é possível ver principalmente o personagem Nun contando histórias para os filhos de Aarão. Normalmente, estas histórias falam das origens do povo hebreu e dos ensinamentos dos patriarcas. Este detalhe da novela é importante e interessante para que nós (mesmo aqueles que não possuem formação acadêmica) percebamos na história oral um fator de ligação e formação histórica e cultural de um povo.

Um rápido estudo sobre a Bíblia revelará que ela foi escrita após séculos de tradição oral. O que vemos principalmente no livro do Gênesis nada mais é do que resultado escrito de diversas gerações transmitindo as histórias e mitos por via oral, seja pelos ensinamentos dos mais velhos, seja em festas tradicionais, seja na intimidade do lar ou em quaisquer outros meios de transmissão. Assim, podemos afirmar que a história oral é um importantíssimo meio de transmissão, atualização, manutenção e sobrevivência de conhecimentos da parte de um povo ou grupo.

A forma mais comum que a novela “Os Dez Mandamentos” mostra como transmissão de história oral é através da intimidade do lar, com adultos contando histórias a crianças. Este método de transmissão de histórias perdeu cada vez mais espaço na medida em que a sociedade se cercou pela escrita. Hoje em dia, principalmente, não é mais necessário guardar histórias, pois temos a dispor uma infinidade de livros, de páginas da *internet*, de informações disponibilizadas por vários meios de comunicação, etc. Mesmo assim, a contação de histórias ainda preserva o caráter afetivo de criar e estreitar laços entre quem conta e quem ouve, ainda mais em nosso mundo tão “apressado” e repleto de estímulos tecnológicos.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Opinião sobre o filme *Os Dez Mandamentos*

[Texto publicado em 21/02/2016]

Quem trabalha com a História ou áreas afins normalmente tem um olhar mais crítico em relação às coisas ao seu redor e procura sempre (ossos do ofício) analisar tais coisas com uma visão que vá além do que os demais viram. Foi com este olhar que assisti ao tão alardeado filme *Os Dez Mandamentos*, produção baseada na mais recente novela de teor bíblico da Record.

Na verdade, dizer que o filme foi uma “produção baseada” na novela é um tanto quanto exagerado; o que foi visto é uma produção novelística de 180 capítulos editada e condensada em apenas duas horas de filme, com a diferença de que as cenas da novela foram transportadas ao filme como sendo um relato de Josué aos seus soldados antes de uma batalha noturna (estas cenas de Josué falando aos seus soldados são as tais “cenas inéditas” propagandeadas pela Record). E o tal “final surpreendente” tão destacado pela emissora de Edir Macedo nada mais é do que a morte dos que fizeram o bezerro de ouro (uma continuação da última cena da novela) e o grito de guerra de Josué após terminar seu relato e partir com os soldados para a conquista da Terra Prometida. Não me preocupo em contar o final do filme, pois o *spoiler* na verdade já foi feito há quase 3000 anos (basta ler Êxodo 32,25-29 e Josué 1,10-11).

O filme *Os Dez Mandamentos* repete um antigo hábito do cinema: representar os egípcios como se tivessem sido brancos. Há uma grande discussão em torno desta temática, com aqueles que defendem a ideia de egípcios negros e os que admitem a ideia de egípcios brancos. Nunes (2014), por exemplo, cita o texto *A origem dos antigos egípcios*, de autoria de Cheikh Anta Diop e que compõe a coleção *História Geral da África* (UNESCO); no referido texto, Diop enfatiza as representações dos antigos egípcios mostrando a si mesmos como um povo negro. Já Vilela (2005) destaca que o argumento de que os egípcios eram negros nada mais seria do que uma “confusão com os núbios” (povo negro que vivia ao sul do Egito) e que na verdade os egípcios eram “brancos de pele morena”. De qualquer forma, a representação de egípcios brancos é muito recorrente no cinema, apesar das evidências de que eram negros (por exemplo, as muitas representações imagéticas em túmulos e monumentos), o que faz a produção da Record perpetuar uma ideia que nasceu da antiga mentalidade que atribuía superioridade intelectual e social aos brancos.

É também pertinente trazer a este texto o teor da crítica que a arqueóloga Márcia Jamille, especializada em Antigo Egito, faz à novela *Os Dez Mandamentos*, visto que os aspectos criticados se repetiram no filme. Jamille (2015) enfatiza que muita coisa apresentada na novela “não corresponde com a realidade do Egito faraônico”. Dentre os detalhes que foram repetidos no filme e que não correspondem à história egípcia, podemos citar: a menção ao casamento de Ramsés com Nefertari após a sua coroação como faraó (na verdade, Ramsés II já era casado com Nefertari e tinha filhos com ela ao ser coroado rei do Egito) e os cortes e estilos de vestuário que não existiam no antigo Egito (em especial nos trajes femininos, nas armaduras dos soldados e na capa do faraó).

Além destes detalhes, também é interessante observar que, para um estudioso da Bíblia e da tradição judaico-cristã, algumas falas do filme soam anacrônicas, isto é, fora do contexto temporal. Por exemplo: seria impossível (ou no mínimo improvável) ouvir Moisés dizendo que estava a escrever relatos em língua hebraica, visto que o texto em hebraico mais antigo já descoberto até hoje é o chamado Calendário de Gezer, um calendário agrícola datado do século X a.C. (cerca de 300 anos após a provável época em que Moisés viveu), além de podermos considerar bastante improvável que um príncipe egípcio tivesse aprendido a escrita hebraica enquanto os próprios hebreus estavam há séculos cercados de cultura egípcia (o



## **O riso de Aristóteles na obra de Umberto Eco**

[Texto publicado em 03/10/2016, após apresentação no VI Colóquio de Filosofia da Universidade Federal de Lavras]

### **RESUMO**

A obra de Umberto Eco *O nome da rosa* oferece um vislumbre para entender a visão aristotélica sobre o riso e como a Igreja medieval acolheu esta visão. Partindo deste pressuposto, questiona-se como *O nome da rosa* pode fazer vislumbrar esta visão e seus efeitos na mentalidade medieval. Buscando explorar e aprofundar um pouco mais esta questão, esta pesquisa lança mão da análise bibliográfica de historiadores e filósofos que analisam o que Aristóteles escreveu sobre o riso e sobre a mentalidade medieval a respeito deste tema, em especial as abordagens de Góes (2009), Alvarce (2009) e outros autores. O riso, defendido por Aristóteles como parte da essência do homem, gerou discussões em vários autores antigos e medievais, tendo muitos deles, principalmente cristãos, se colocado contra o riso e vendo-o como pecaminoso. Tais conflitos são visualizados na trama desenvolvida por Umberto Eco, que lhes confere importância ao colocá-los como o pivô de misteriosos fatos em um mosteiro. Revisitar o riso aristotélico sob a ótica de Eco promove um repensar das mentalidades do homem sobre a importância e as implicações de manifestações sentimentais por meios externos de acordo com culturas e grupos sociais ao longo dos tempos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Riso. Umberto Eco. Mentalidades.

### **INTRODUÇÃO**

Uma série de mortes em um mosteiro italiano, todas elas tratadas como obras demoníacas, é investigada por Guilherme de Baskerville, um franciscano que passava pelo mosteiro. A trama segue até vermos o envolvimento dos mortos com o segundo volume da obra *Poética*, de Aristóteles, que trataria da comédia. Esta descrição trata-se do livro *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco, que viaja ao mundo medieval e pela forma como a filosofia era tratada nos meios cristãos, envolvidos com discussões teológicas e filosóficas das mais diversas correntes.

Para nossa época, o riso, um dos temas que aparecem em *O nome da rosa*, é algo tratado naturalmente, inclusive recomendado por grupos diversos, desde cientistas até os gurus da autoajuda. No entanto, pensar o riso na Idade Média<sup>90</sup> é considerar o caráter pecaminoso que ele ganhou nos discursos e mentalidades cristãs europeias.

Baseado em uma análise bibliográfica sobre o tema do riso, vamos contextualizá-lo na mentalidade medieval e explorar os conflitos que surgem entre o discurso medieval sobre o riso e a obra *Poética*, de Aristóteles, cujo segundo volume (perdido) faria uma apologia do riso e de suas virtudes para o ser humano. Para isto, o principal embasamento teórico encontra-se nos trabalhos de Góes (2009) e Alvarce (2009), que analisam a obra *Poética* e o livro *O nome da rosa*, tendo também como referências as contribuições e análises de Macedo (2000), Minois (2003) e Alberti (1999), entre outros autores.

Antes de prosseguir, porém, é preciso contextualizar e entender um pouco do que Aristóteles dizia sobre o riso. No livro *Isagoge*, Porfírio<sup>91</sup> (1965) explora o pensamento aristotélico sobre o que seria próprio do homem, atribuindo ao riso este caráter de próprio do

---

<sup>90</sup> Neste texto, vamos tratar o termo Idade Média referindo-se ao que foi delimitado pela historiografia tradicional, ou seja, o período da história da Europa Ocidental que vai de 476 (fim do Império Romano do Ocidente) até 1453 (fim do Império Romano do Oriente ou Império Bizantino).

<sup>91</sup> Para saber mais sobre Porfírio (232-304): <<http://educacao.uol.com.br/biografias/porfirio.htm>>

ser humano. Porfírio diz que "ao menos se diz que ele é capaz de rir, não porque ri sempre, mas porque é capaz de fazê-lo naturalmente; é uma qualidade que faz sempre parte de sua natureza, como para o cavalo a faculdade de relinchar" (1965, p. 18-23). Góes (2009, p. 230) destaca que Aristóteles distinguia o riso como elemento de diferenciação do homem em relação aos outros animais e ainda atribuía à capacidade de rir o fato de o homem ser o único animal a sentir cócegas. E em *O nome da rosa*, vemos o personagem Guilherme de Baskerville destacar que Aristóteles não escreveria um livro inteiro (o volume II da *Poética*) se não desse importância ao riso como algo determinado pela natureza humana (Eco, 1989, p. 120; Góes, 2009, p. 233). Alvarce (2009, p. 73) cita Alberti (ver nota de rodapé nº 8) ao afirmar a importância de Aristóteles ao definir o cômico como uma deformidade humana que não gera dor nem destruição. Ainda em Alvarce (2009, p. 74) lemos que Aristóteles associa o riso àquilo que é agradável e prazeroso.

Esta análise bibliográfica parte da problemática de se aprofundar o estudo sobre o riso em Umberto Eco e oferecer maiores possibilidades de se discutir a externalização de sentimentos ao longo da História. No primeiro capítulo, intitulado *O nome da rosa*, será feita uma breve abordagem da trama de Umberto Eco. No segundo capítulo, *O riso de Aristóteles*, será feita uma análise de como o riso aparece em *O nome da rosa*, com o conflito de argumentos entre os personagens da trama. No terceiro capítulo, intitulado *Recepção do riso*, será feita uma reflexão sobre a forma como a abordagem aristotélica do riso foi recebida no período medieval. Por fim, nas considerações finais, se arrematará o texto com reflexões a respeito da relação entre o homem e o riso.

## 1. O NOME DA ROSA

A obra *O nome da rosa*, de Umberto Eco, foi lançada em 1980 na Itália. O título da obra refere-se a uma expressão medieval que significava o poder infinito das palavras, segundo Rosa (2010).

Em *O nome da rosa*, vemos o personagem principal, o frei Guilherme de Baskerville, chegar a um mosteiro italiano acompanhado do jovem Adso de Melk, estando este mosteiro envolto em uma série de misteriosas mortes. A investigação das mortes leva Guilherme de Baskerville a se confrontar até mesmo com um poderoso nome da Inquisição, Bernardo Gui, além de colocar Guilherme em um complexo relacionamento com a biblioteca do mosteiro, onde encontrava-se a chave do entendimento dos assassinatos: o livro II da *Poética* de Aristóteles, dedicado ao cômico. Este livro ajuda Guilherme a resolver o mistério das mortes dos monges.

Além da trama em torno das mortes e do livro aristotélico, *O nome da rosa* explora um conflito dentro da Igreja, principalmente envolvendo uma discussão sobre a pobreza de Jesus Cristo, sendo assim uma rica obra para pensarmos e imaginarmos o contexto medieval europeu no século XIV (período em que ocorre a narrativa de Umberto Eco).

## 2. O RISO DE ARISTÓTELES

Em *O nome da rosa*, o riso é tratado com a erudição característica de Umberto Eco. Góes (2009) aborda este aspecto destacando o fato de que Eco fala do riso mencionando ditos de vários escritores do mundo antigo e medieval, como Basílio de Cesareia<sup>92</sup>, Clemente de

---

<sup>92</sup> Em Góes (2009, p. 226) lemos que Basílio de Cesareia condenava o riso como algo a ser castigado por Deus.

Alexandria<sup>93</sup> e João Crisóstomo<sup>94</sup>, que, na maioria das vezes, declaravam-se contrários ao riso.

Duas figuras em *O nome da rosa* se destacam no debate sobre o riso conforme exposto na obra aristotélica: de um lado, Guilherme de Baskerville, que usa a argumentação aristotélica para afirmar que o riso está na essência do homem; de outro lado, Jorge de Burgos, o bibliotecário cego, para quem o riso é pecaminoso por espantar o temor e assim gerar dúvidas no ser humano.

Guilherme e Jorge travam uma conversa sobre o riso em um ambiente próximo a biblioteca do mosteiro. Jorge repreende monges que se puseram a rir de gravuras que haviam sido feitas por Adelmo de Otranto, a primeira vítima das misteriosas mortes no mosteiro. O bibliotecário diz severamente: "*Verba vana aut risui apta non loqui*" ("Não falar palavras frívolas ou aptas a excitar o riso")<sup>95</sup>.

Diante do questionamento de Guilherme naquele momento e em outras situações ao longo de *O nome da rosa*, o bibliotecário expõe seu pensamento sobre o riso e destaca que seu problema com o livro de Aristóteles sobre a comédia estava no fato de o livro ser filosófico, chegando a dizer: "Porque era do Filósofo. Cada livro daquele homem destruiu uma parte da sabedoria que a cristandade acumulara no correr dos séculos" (Eco, 1989, p. 487). Jorge ainda prossegue dizendo que sua tarefa de esconder o livro aristotélico sobre a comédia tinha uma justificativa: "deste livro poderia partir a fagulha luciferina que atearia no mundo inteiro um novo incêndio: e o riso seria designado como arte nova" (Eco, 1989, p. 488).

### 3. RECEPÇÃO DO RISO

Umberto Eco, em *O nome da rosa*, coloca o livro II da *Poética* de Aristóteles como sendo uma obra muito bem guardada e que deveria se manter escondida devido a sua "periculosidade" aos monges (e às pessoas em geral). Na verdade, o que Eco quer mostrar é a forma como o riso, defendido por Aristóteles, foi mal recebido pelo homem católico europeu medieval, sendo condenado por vários escritores cristãos.

Góes (2009, p. 217-218) fala desta recepção do riso evocando o personagem Jorge de Burgos, para quem o riso nada mais seria do que uma forma de desacreditar a Igreja pois mataria o temor e, assim, também mataria a fé, gerando dúvidas. Por outro lado, o mesmo autor menciona um movimento, a partir do século XII, de valorização do riso como forma de favorecer a transmissão da mensagem cristã, ridicularizando os pecadores e suas atitudes pecaminosas. Este confronto de ideias marcou o período medieval pois referia-se a algo inerente ao homem, revelando como o ser humano lida com expressões externas de sentimentos ao longo da História.

Na fala de Jorge de Burgos onde ele diz ter sido merecida a morte de Adelmo por ter desenhado coisas risíveis, podemos ver um extremo de conservadorismo em relação ao riso, chegando a atribuir castigos divinos a quem tivesse atitudes cômicas. Inclusive, Jorge invoca a ideia de que nem Jesus Cristo se serviu do riso para ensinar os discípulos. Góes (2009, p. 220) ainda destaca que Jorge vai mais longe utilizando pensamento aristotélico para rebater Guilherme de Baskerville, dizendo que nem tudo o que é parte do homem é necessariamente bom.

---

<sup>93</sup> Segundo Góes (2009, p. 224-225), Clemente de Alexandria aceitava um riso discreto, mas considerava o riso descontrolado como atitude de prostitutas.

<sup>94</sup> Góes (2009, p. 227) menciona o pensamento de João Crisóstomo segundo o qual o choro seria uma via de purificação do homem, devendo o riso ter lugar apenas na Vida Eterna.

<sup>95</sup> Eco, 1989, p. 86.

Macedo (2000, p. 250-251) expõe que o riso na Idade Média ganha caráter demoníaco na medida em que é associado às fraquezas do corpo, sendo assim expurgado da vida do cristão medieval. No entanto, mesmo a Igreja reconhece que o riso jamais seria extinto, e por isso sua teologia destaca os conceitos de *laetitia* e *gaudum spirituale* como princípios antagônicos (Góes, 2009, p. 227), sendo o primeiro uma alegria "mundana" e o segundo uma alegria espiritual que poderia se manifestar nesta vida mediante a contemplação das obras de Deus na criação<sup>96</sup>.

Minois (2003, p. 112), falando sobre o riso no período medieval, aponta a associação que se fazia entre o riso e o pecado original, chegando ao ponto de termos o homem medieval pensando o riso como uma "desforra do diabo, que revela ao homem que ele não é nada".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, ainda há quem defenda um controle rígido sobre o riso. O site *Got Questions*<sup>97</sup>, por exemplo, ao falar de uma prática de riso incontrolável que ocorre em certos meios evangélicos, afirma que o "riso é uma resposta emocional não confiável" e "não realiza nada de útil", além de destacar que "espasmos incontroláveis de emoção são contrários à natureza do Espírito Santo" (para afirmar que o tal fenômeno evangélico não seria obra divina). O mesmo site chega a declarar, à semelhança do bibliotecário de *O nome da rosa*, que "não havia ninguém na Bíblia mais cheio do Espírito Santo que o próprio Jesus, e nenhuma vez a Bíblia grava-o rindo".

Esta mentalidade sobre o riso sobrevive em nossos dias junto com pensamentos totalmente opostos, nos quais o riso é valorizado como meio de expressão da felicidade e da autoestima, tendendo a fazer bem ao ser humano, como atesta Ferreira (2013) em sua argumentação sobre os benefícios do riso no combate ao *stress* e na prevenção de doenças.

Vimos que o riso, na Idade Média, era visto como uma forma de "indisciplina espiritual" (Góes, 2009, p. 228), sendo, portanto, passível de condenação aquele que se desse às atitudes cômicas, desrespeitando seu foco na contemplação de Deus. Em *O nome da rosa*, esta mentalidade sobre o riso fica latente nas falas do personagem Jorge de Burgos, principalmente em seus diálogos com Guilherme de Baskerville.

Contextualizar o riso no período medieval, tendo Aristóteles como pontapé inicial da análise dentro da trama de *O nome da rosa*, oferece-nos possibilidades de pensar também o que hoje temos como visão das manifestações sentimentais e comportamentais através do riso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVARCE, Camila da Silva. *O riso*. In: ALAVARCE, Camila da Silva. *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109119/ISBN9788579830259.pdf?sequence=2>> Acesso em: 20 ago.2016.

ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Circulo do Livro, 1989. p. 94-103.

---

<sup>96</sup> Aqui, Góes (2009) cita: ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; FGV, 1999. Página 69.

<sup>97</sup> O *Got Questions* é um site especializado em responder questionamentos a respeito da Bíblia. Em sua página de apresentação, os organizadores do site assim se definem: "Nós somos cristãos, protestantes, conservadores, evangélicos, fundamentalistas e não-denominacionais".



# Temas diversos





## **Uma guerreira chamada Noêmia**

*[Texto publicado em 19/10/2015]*

Hoje venho me colocar um pouco mais como pessoa e um pouco menos como historiador para falar de uma grande figura da minha história pessoal. Noêmia Olívia Guimarães, a minha vó Noêmia, foi uma mulher com M maiúsculo, mas a ela também poderíamos atribuir um maiúsculo B de brava mulher, um maiúsculo G de guerreira, um maiúsculo A de amorosa, um maiúsculo F de fibra e quantos maiúsculos mais forem possíveis para se referir a esta grande mulher que hoje descansa em paz.

Nascida aos 04 de abril de 1929, teve na luta, no sofrimento e na fé caminhos de vida que se traduziam em seu rosto que trazia as marcas de uma mulher que viveu como a grande maioria das mulheres de sua época, sendo filha obediente, mãe dedicada e esposa fiel. E como grande mulher, teve experiências que fizeram destacar sua longa vida: casou-se duas vezes (e teve a sina de se unir a dois viúvos chamados José Guimarães), sendo mãe de um total de sete filhos (dos quais três estão vivos) e 11 enteados. Com seu primeiro José, 4 anos de casamento interrompidos pela inevitável visita da morte; com seu segundo José, 50 anos de casamento e de lutas para ver os filhos e enteados crescendo e tomando as rédeas das próprias vidas.

A vó Noêmia foi uma esposa zelosa, cuidando impecavelmente do marido; a vó Noêmia foi uma mãe que deu o melhor de si para os filhos; e naquilo que porventura ela viesse a ter falhado (e quem é que não falha?), a vó Noêmia compensou nos netos, sendo vovó extremamente cuidadosa, simpática, alegre, o tipo de vovó que qualquer neto gostaria de ter. Em seu rosto de mulher sábia contemplo o rosto de tantas mulheres que até hoje são modelos para seus maridos, filhos, netos e parentes.

Da querida vó Noêmia guardo no coração as histórias, as piadas que sempre contava, a macarronada que fazia com tanto carinho, as conversas na cozinha enquanto alimentava o fogão a lenha para que não apagasse e cozinhasse as delícias que só as vovós sabem fazer. Da amada vó Noêmia guardo no coração as risadas que ela dava quando falávamos para ela arrumar um terceiro José e as mãozinhas calejadas pela vida mas que eram acolhedoras a todos os que a ela dessem sua mão. Da querida vó Noêmia guardo no coração as histórias que ela me contava sobre o passado, nas muitas vezes em que meu espírito de historiador me levava a querer saber mais e mais dos nossos antepassados (e como soava bonito quando se referia a um avô dela chamando-o de “vovô Valentim”, cuja memória já se apagou nas neblinas do tempo). Da amada vó Noêmia guardo no coração a fé simples de quem sempre acompanhava a novena ao Divino Pai Eterno.

Tenho certeza que hoje, 19 de outubro de 2015, o céu está em festa e que o Divino Pai Eterno a acolhe de braços abertos e com largo sorriso de quem a esperava ansiosamente. E a todos os que trazem na bagagem da vida as boas lembranças de suas vovós, digo que agora somos nós (todos os familiares) que temos na bagagem as ternas lembranças da minha vó Noêmia.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

# Palavras finais

Estudar História, mergulhar em seus detalhes e seus fenômenos, é um ato corajoso de busca de conhecimento, entendimento e identidade. E o que se propõe com "Intimidade com a História" é justamente essa aproximação, criação de intimidade e consequente mergulho.

O projeto "Intimidade com a História" continuará através do *site* e da página no *Facebook*, oferecendo conteúdos diversos relacionados à História em suas múltiplas faces (posteriormente, será lançado um segundo volume das publicações do *site*, com aquilo que foi publicado entre 2018 e 2020). Este livro proporcione ao leitor a chance de se aprofundar, de dialogar com a História e formar posturas e opiniões capazes de questionar, expandir horizontes e ser melhor na sociedade!

ISBN 978-650001508-9

